SANDERSON NASCIMENTO SOARES

O estatuto e a clínica em ato com adolescentes em conflito com a lei

Belo Horizonte, MG
UFMG/FAFICH
2015

Sanderson Nascimento Soares

O estatuto e a clínica em ato com adolescentes em conflito com a lei

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Estudos Psicanalíticos

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Andréa Máris Campos Guerra

Belo Horizonte
2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na publicação
Biblioteca Prof. Antônio Luiz Paixão - FAFICH

Nome: Soares, Sanderson Nascimento
Título: O estatuto e a clínica do ato com adolescentes em conflito com lei

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais para obtenção do título de Mestre em Psicologia
Área de Concentração: Estudos Psicanalíticos

Aprovada em:

Banca examinadora

Prof.ª Dr.ª Andréa Máris Campos Guerra – Orientadora
Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais

Assinatura: _____

Prof.ª Dr.ª Ana Cristina Costa de Figueiredo
Instituição: Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Assinatura: _____

Prof. Dr. Jésus Santiago
Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais

Assinatura: _____

Para minha mãe, Rozane.

AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente à minha mãe, Rozane, por apostar na escolha do sujeito;

À minha querida família pelo amor, carinho e compreensão: Priscilla, Lara, Rodolfo e Lobão;

À todos os meus familiares (avó, tios e primos) que mesmo distantes se fizeram presentes, incentivando e acreditando no meu desejo de vencer mais essa etapa. Em especial, aos meus tios e primos: Dica, Ju, Vovô, Vaninha, Paulinho, Rozangela, Zinho, Ariana e Vinícius que de alguma forma me acolheram e possibilitaram os meus estudos em Belo Horizonte;

Ao Tibeto por ter me acolhido em sua casa como um filho, sobretudo, por incentivar, apostar e acreditar no meu sucesso;

Aos meus amigos pela disponibilidade e apoio incondicional: Vovô, Diego, Lucas e Miller;

Aos novos amigos que fiz ao longo desse trabalho, pela parceria nos momentos delicados e de conquistas: Ana Terra, Everton, Marina e Paula;

À minha querida orientadora, Andréa Guerra, por apostar no meu trabalho ao me escolher e acolher no mestrado. Obrigado por compartilhar de seu entusiasmo regido pelo significante “Guerra” que marca o nosso encontro nas orientações, supervisões, projetos, pesquisas, cursos, seminários, livros e até mesmo conselhos nos momentos mais difíceis. A você Andréa, toda a minha admiração e gratidão! Muito obrigado por tudo!

À Ana Cristina Figueiredo por ter aceito o convite para participar da minha banca de defesa dessa dissertação e, sobretudo por não ter medido esforços para marcar sua presença nesse momento tão especial para mim.

Ao Jésus Santiago pelos ensinamentos e transmissão da psicanálise. Além ter contribuído comigo durante as aulas do mestrado e agora na defesa da dissertação.

Ao Programa *Se Liga*, Secretaria de Defesa Social, Centro de Defesa da Cidadania pelo incentivo e aposta no meu trabalho, sobretudo, por possibilitar o meu encontro com os adolescentes em conflito com a lei, pois sem eles eu nada saberia;

Aos companheiros do *Se Liga*, em especial, Maria Célia, Martha, Simone e Viviane Mayrink. Saibam que sem vocês esse trabalho não seria possível!

Aos alunos da graduação e dos cursos que me possibilitaram o prazer da transmissão e a busca de novos conhecimentos;

Por fim, agradeço em especial à minha futura esposa, Karenn, pela parceria, compreensão, apoio e muito amor dedicado, inclusive nos momentos mais insuportáveis dessa trajetória.

Sonho o poema de arquitetura ideal

Cuja própria nata de cimento

Encaixa palavra por palavra, tornei-me perito em extrair

Faíscas das britas e leite das pedras. Acordo!

E o poema todo se esfarrapa, fiapo por fiapo. Acordo!

O prédio, pedra e cal, esvoaça

Como um leve papel solto à mercê do vento e evola-se,

Cinza de um corpo esvaído de qualquer sentido

Acordo, e o poema-miragem se desfaz

Desconstruído como se nunca houvera sido. Acordo!

os olhos chumbados pelo mingau das almas

E os ouvidos moucos,

Assim é que saio dos sucessivos sonos:

Vão-se os anéis de fumo de ópio

E ficam-me os dedos estarrecidos.

Metonímias, aliterações, metáforas, oxímoros

Sumidos no sorvedouro.

Não deve adiantar grande coisa permanecer à espreita

No topo fantasma da torre de vigia

Nem a simulação de se afundar no sono.

Nem dormir deveras.

Pois a questão-chave é:

Sob que máscara retornará o recalcado?

Adriana Calcanhoto – A fábrica do poema

RESUMO

Soares, S. N. (2015). O estatuto e a clínica do ato com adolescentes em conflito com a lei. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Essa dissertação de mestrado no esforço de formalização teórica de uma prática clínica, no âmbito do Programa de Egresso do Estado de Minas Gerais, nomeado *Se Liga,* discute o movimento paradoxal no qual, o sujeito adolescente com seu ato infrator (des)ata sua presença no laço social com o Outro, simultaneamente. A fim de fundamentar essa discussão da prática analítica na instituição, bem como em formalizar um arcabouço teórico responda a essa problemática, investigamos e analisamos a noção de ato na obra de Freud e Lacan, sobretudo nos *Seminários A lógica da fantasia* (Lacan, 1966-1967/2008) e *O ato psicanalítico* (Lacan, 1967-1968/2009). Além disso, nos servirmos especialmente do *Seminário A identificação* (Lacan, 1961-1962/2003) e do texto *O aturdito* (Lacan, 1972/2003) para articular a subversão do sujeito na produção em ato de um novo desejo, a partir da topologia da banda de Moebius. Veremos como a noção de ato, o ato analítico e a banda de Moebius se articulam na produção de um novo desejo do sujeito em ato. O ato se apresenta ao adolescente em conflito com a lei como única saída possível para lhe dar com seu mal-estar. Além disso, hipotetizamos que esse adolescente marca sua presença no campo do Outro e sua singularidade em ato. A análise do fragmento do caso Bela, assim como das vinhetas clínicas de: Alonso, Eduardo e Xavi evidenciará a lógica de funcionamento, no qual o sujeito ata e desata sua presença no laço social através do ato infrator.

Palavras-chave: Ato, A*cting out.* Passagem ao ato. Adolescente. Topologia. Banda de Moebius. Programa *Se Liga.* Método psicanalítico. Prática clínica. Instituição.

RESUMÉ

Cette dissertation s'insère dans l'effort de formalisation théorique d'une pratique clinique, dans le cadre du Programme d'ex-détenus de l´Etat de Minas Gerais – Se liga -, et discute le mouvement paradoxal dans lequel le sujet adolescent, avec son acte infractionnel, (dé)noue simultanément sa présence dans le lien social. Pour donner des fondements à la discussion de la pratique analytique dans l´Institution, et aussi formaliser un cadre théorique qui répond à cette problématique, nous avons investigué et analysé la notion d´acte dans l´œuvre de Freud et Lacan, surtout dans les Séminaires La logique du fantôme, (Lacan, 1996-1067 2008) et L´acte psychanalytique (Lacan, 1968 2009). En outre nous nous sommes servis surtout du Séminaire L´Identification (Lacan 1961=1962 2003) et du texte L´Étourdit (Lacan 1972 2003) pour articuler la subversion du sujet dans la production en acte d´un nouveau désir à partir de la topologie de la bande de Moebius. Nous avons vu comment la notion d´acte, l´acte analytique et la bande de Moebius s´articulent dans la production d´un nouveau désir du sujet en acte. L´acte se présente à l´adolescent en conflit avec la loi comme la seule sortie possible pour envisager son propre malaise. En outre, nous hypothétisons que cet adolescent marque sa présence dans le champ de l´Autre et sa singularité en acte. L´analyse du fragment du cas Bela, ainsi que des vignettes cliniques de : Alonso, Eduardo et Xavi ont mis en évidence la logique du fonctionnement, selon laquelle le sujet noue et dénoue sa présence dans le lien social par l´acte infractionnel.

Mots-Clés: Acte, acting out, passage à l'acte, adolescent, topologie, bande de Moebius, Programme Se Liga, méthode psychanalytique, pratique clinique Institution.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 13

1 O ESFORÇO DE FORMALIZAÇÃO TEÓRICA DE UMA PRÁTICA CLÍNICA 16

1.1. Programa *Se Liga* 16

1.2. A construção de uma prática clínica 21

1.2.1. A construção do caso clínico 21

1.3. Do detalhe à marca do caso 27

1.4. Sócrates e a marca do método psicanalítico 34

1.4.1. O método socrático e sua aproximação com o método analítico 34

1.4.2. O método socrático e a noção de Supereu freudiano 40

1.5. Fragmento de caso: os detalhes e os traços do caso Bela 45

1.6. Discussão 51

2. O ATO 54

2.1. Estatuto do ato 54

2.2.1. Acting out 66

2.2.2. Passagem ao ato 69

2.3. Ato de palavra 72

2.4. Ação e Ato (infracional) 76

2.5. O ato (des)ata 77

2.5.1. A banda de Moebius 77

3. O ATO ANALÍTICO 85

3.1. O ato analítico e seu efeito de corte 85

3.2. Psicanálise pura e psicanálise aplicada 89

3.3. Psicanálise na instituição 93

3.4. A operação clínica, na instituição, com sujeitos adolescentes em que o aspecto sintomático se faz pela via do *acting out* e/ou passagem ao ato 98

3.5. A dimensão do ato analítico como operador Moebiano 102

CONSIDERAÇÕES FINAIS 107

REFERÊNCIAS 110

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa de mestrado é produto do esforço de formalização teórica de uma prática analítica advinda da experiência vivenciada na política de atendimento às medidas socioeducativas, sobretudo no âmbito do Programa de Egresso do Estado de Minas Gerais, nomeado *Se Liga*.

O sujeito adolescente com seu ato infracional, desata, em uma certa medida, sua presença no laço social, mas simultaneamente e/ou *a posteriori*, ata sua presença no laço social, talvez do mesmo ponto, na mesma comunidade em que vivia antes do ato, mas nunca do mesmo modo, pois o ato marca um antes e um depois. Essa hipótese pode ser retirada da escuta clínica de adolescentes participantes do *Se Liga*. Nessa experiência foi possível recolher e atestar esse movimento que os adolescentes fazem de atar e desatar o laço com o Outro, simultaneamente. Por exemplo, embora o adolescente esteja trabalhando, estudando e/ou realizando cursos e que além disso possua laços familiares estáveis e consistentes, ele ainda permanece em alguma medida enlaçado à infração, seja ela, tráfico de drogas, roubo ou porte ilegal de armas, dentre outros. Reata, ata, desata, na costura fina de novos modos de existir. São inúmeras as causas desses (des)enlaçamentos que persistem, mesmo após cumprir a medida socioeducativa e estar engajado no *Se Liga* e em outro modo de satisfação. Na experiência do *Se Liga* é possível recolher no detalhe e no particular de cada caso, aquilo que lhe apraz, o modo como o jovem orienta sua posição desejante. Apresentamos uma vinheta clínica na qual podemos perceber essa lógica de funcionamento.

Diante do exposto e visando a formalização teórica que responda a essa problemática, no primeiro capítulo, localizaremos em qual contexto institucional está inserido o analista em sua prática, por isso apresentaremos o *Se Liga*, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Como desdobramento, discutiremos o método para a construção de uma prática clínica. Desta forma, nos serviremos das teorizações acerca da método de construção do caso clínico, do método utilizado por Freud (1914b/1996) para recolher algo do detalhe que pudesse dizer do todo. Nesse sentido, avançaremos seguindo os passos de Lacan (1967-1968/2009) que utilizou a teoria do matemático Peirce Charles Sanders para discutir e discernir o traço particular do sujeito do traço universal. Dumézil (1989) deu continuidade à essa discussão

incipiente em Lacan (1967-1968/2009) e forjou o dispositivo da marca ou traço do caso. Para finalizar, o capítulo faremos a distinção entre o detalhe e o traço do caso.

Munidos do método de extração de um saber, a partir do detalhe do caso, bem como da lógica de operação para recolher do sujeito seu traço, retornaremos à filosofia para discutir e aproximar o método socrático do método psicanalítico, assim como a filosofia da psicanálise, sob o prisma dos discursos analítico e socrático, no diálogo entre Górgias e Platão (1980). Pretendemos, com a apresentação e considerações do fragmento do caso Bela, colocar em questão a teoria psicanalítica, a fim de se produzir um saber fazer com sujeitos adolescentes em conflito com a lei que apresentam seu sintoma pelo via do *acting out* e/ou da passage ao ato. Além disso, verificaremos como é possível o adolescente negociar por conta própria os (des)enlaces que estabelece com o Outro, após cumprimento da medida socioeducativa.

Posteriormente, no segundo capítulo, nos investigaremos e discutiremos o que está em jogo na relação do psicanalista com o ato. O ato porta um dizer, uma significação por isso, devemos encontrar num ato o seu sentido de palavra, em última instância, o ato é uma palavra. Ao elevarmos o ato à categoria de mensagem, hipotetizamos que através de seu ato, o adolescente em conflito com a lei esforça-se para tentar salvar sua singularidade.

A partir de nossa pesquisa, em Lacan (1967-1968/2009), *Seminário O ato psicanalítico* e Lacan (1966-1967/2008), *Seminário A lógica da fantasia* apresentaremos o estatuto do ato e as quatro dimensões intrínsecas que nos permitem localizar o estatuto do ato. As quatro dimensões são: 1) inscrição em algum lugar, o correlato de significante; 2) caráter inaugural que funda uma experiência; 3) ultrapassamento de uma lei; 4) suscitar um novo desejo. Em seguida, perpassaremos de Freud à Lacan apresentando e discutindo, a noção de *acting out* e passagem ao ato. Lacan, em 1962-1963, no seminário sobre a angústia, conceitua o *acting out* e a passagem ao ato como duas formas de agir e duas modalidades diferentes de barrar a angústia, causada pela urgência que a presença do *objeto a*, em cena, confere. O *acting out* é alguma coisa que se mostra na conduta do sujeito, é a mostração velada, pois a verdade da cena atuada escapa ao sujeito. Por sua vez, na passagem ao ato, o sujeito se identifica como objeto à um objeto real, em sua vertente de dejeto, destintuindo-se da cena de sua fantasia. No *acting out*, o sujeito sobe ao palco e endereça ao Outro uma mensagem impossível de ser dita e por isso mesmo atuada. Todavia, na passagem ao ato, um não é dirigido ao Outro, pois identificado ao objeto o sujeito se apaga e evade da cena.

Portanto, a passagem ao ato é o gesto de deixar para lá o que é impossível de dizer, frente a uma combinação de excesso de significantes no Outro e a falta de um único que possa representar o sujeito, que possa nomear o objeto inassimilável pelo significante, o *objeto a*.

O ato infracional frequentemente apresenta-se como resposta ao embaraço do sujeito adolescente frente à puberdade e ao que ela lhe causa. Para delimitar a diferença entre ação e ato (infracional) devemos localizar, em última instância, qual o efeito que o ato produz na história de vida do sujeito, investigando se o ato (infracional) produziu sua inscrição em algum lugar e se fundou uma nova experiência. Além disso, esse ato tem que comportar uma certa ultrapassagem de uma Lei, que marca um antes e um depois, suscitando assim, um novo desejo do sujeito. Enfim, essas diretrizes balizarão extraídas da singularidade do caso nos permitirão discutir com o recurso topológico da banda de Moebius, o movimento do sujeito em atar e desatar sua presença no laço social.

No último capítulo, o ato analítico, tomaremos o ato analítico em seu valor de corte. O ato psicanalítico é o ato no qual se institui um psicanalista, na medida em que esse ato marca um ponto de mudança de posição, não somente de analisante a analista, mas também uma mudança de posição na relação com o Outro. Ele também pode ser considerado como um ato de intervenção do analista ou seja, é o que faz o analista em sua *práxis*.

Para concluir, correlacionamos o efeito do ato ao efeito do corte moebiano. Nessa perspectiva, o ato, compreendido como corte estrutural que funda o sujeito, separando-o do Outro e enlaçando-o ao objeto, ganha seu valor paradoxal evidenciado como um ato que desata e ata, ao mesmo tempo, o sujeito no laço social, ao preço da extração de uma cota de gozo, na forma de *objeto a*. A banda de Moebius nos permite pensar que as coisas nem sempre têm um direito e um avesso, um dentro e um fora, um interno e um externo ou que o inconsciente está no fundo e a linguagem na superfície, ou ainda, que há o inconsciente subjetivo e consciente político. Mas sim, pelo contrário, evidencia que há uma relação, uma correlação entre o direito e o avesso, sugerida pela continuidade na faixa (Miller, 1988).

1 O ESFORÇO DE FORMALIZAÇÃO TEÓRICA DE UMA PRÁTICA CLÍNICA

De acordo com o objetivo expresso na introdução, o universo de investigação empírica desta dissertação é composto por casos advindos, sobretudo, da experiência vivenciada no âmbito do Programa de Egresso do Estado de Minas Gerais, nomeado *Se Liga*.

Neste capítulo, a análise circunscrita ao caso de Bela (nome fictício) é precedida, primeiro, por uma breve descrição do Programa *Se Liga*, cuja concepção é fundamentada nos preceitos estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Na sequência, são descritos a construção da prática clínica, o traço do caso e do método psicanalítico. Pretendemos, com a consideração do caso de Bela, verificar como é possível o adolescente negociar por conta própria os (des)enlaces que estabelece com o Outro[1] após cumprimento da medida socioeducativa.

1.1. Programa *Se Liga*

Em 1988, a Constituição Federal Brasileira implantou a Doutrina da Proteção Integral, sobretudo em seu Art. 227:

> é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1988).

Ela é a expressão de um novo paradigma, é um momento de virada que rompe com o período tutelar-repressor ao priorizar a garantia de direitos das crianças e dos adolescentes.

[1] O termo Outro, escrito com maiúscula, é um recurso da psicanálise para nomear aquele que fornece à criança a palavra, o significante, em outros termos é aquele que acolhe e oferta o leite, a mamada, assim como o olhar.

Em 1990, como continuidade desse marco institucional e das considerações da Convenção Internacional da ONU dos Direitos da Criança, publicada em 1989, foi sancionado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), consubstanciado na Lei nº 8.609, de 13 de julho de 1990. Segundo Silva (2011, p. 161), "por meio da doutrina da proteção integral, o ECA veio substituir o velho paradigma da situação irregular que vigia no antigo Código de Menores (Lei 6.697/79), promovendo mudanças de referenciais", na medida em que não concebe o adolescente como objeto de intervenção, mas sim, como sujeito de direitos.

O ECA trata com prioridade absoluta as crianças e adolescentes ao considerá-los sujeitos em condição peculiar de desenvolvimento psicológico, físico e moral. É dever da família, comunidade, sociedade e poder público assegurar a efetivação dos direitos referentes à vida, saúde e alimentação, educação e profissionalização, cultura, esporte e lazer, além de garantir, a dignidade, respeito e liberdade, convivência familiar e comunitária (Brasil, 1990).

No que diz respeito ao adolescente em conflito com a lei, o ECA, no Art. 103, considera ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal. Apesar da prática de ato infracional ser considerada crime, as crianças e adolescentes são inimputáveis, não podendo por isso serem responsabilizados criminalmente, tal qual o Código Penal Brasileiro prevê para adultos, o que não implica, necessariamente, em sua desresponsabilização frente ao ato praticado e suas consequências. Caso seja verificada a prática infracional, o ECA, através da autoridade judicial, responsabiliza os adolescentes que cometeram ato infracional aplicando as seguintes medidas socioeducativas (MSE), de acordo com o seu Art. 112: advertência; obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação (Nogueira, 2006; Brasil, 1990).

Silva (2010) é preciso na descrição desse processo:

> o adolescente (pessoa entre doze e dezoito anos de idade), autor de conduta contrária à lei penal, deverá responder a um procedimento para apuração de ato infracional, sendo passível, se comprovada a autoria e materialidade do ato, da aplicação de uma medida socioeducativa. A criança (pessoa com até doze anos de idade incompletos) que praticar ato contrário à lei ficará sujeita apenas à aplicação de uma medida protetiva (pp. 111-112).

As medidas protetivas visam o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e são aplicadas sempre que os direitos das crianças e adolescentes estiverem ameaçados ou violados, seja por ação dos pais ou responsável, Estado e sociedade, assim como, em razão de sua conduta, conforme mencionado anteriormente. De acordo com o Art. 101 do ECA, as

medidas protetivas são: encaminhamento aos pais ou responsável mediante termo de responsabilidade; orientação, apoio e acompanhamento temporários; matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente; requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial; inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos (Brasil, 1990).

Além disso, conforme o Art. 108 do ECA, o adolescente, quando autor de ato infracional, poderá permanecer em internação provisória, por decisão da autoridade competente, no prazo máximo e improrrogável de 45 dias para que o processo seja concluído. Para Nogueira (2006), "a aplicação da medida leva em conta as exigências previstas pelo ECA como a capacidade do adolescente em cumprir a medida, a gravidade do ato" (p. 21) e as circunstâncias da prática infracional. Em última instância, no que tange à medida socioeducativa, seu objetivo é auxiliar o adolescente a produzir outros laços para além da criminalidade pelo viés da responsabilização, reeducação, profissionalização e socialização. Durante a MSE o adolescente deverá reposicionar-se diante do ato infracional praticado e produzir outros laços, elaborando saídas mais razoáveis do ponto de vista social. Portanto, a MSE é a resposta da justiça ao ato infracional, ao mesmo tempo de caráter sancionatório e pedagógico (Silva, 2010).

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) foi instituído por intermédio da Lei Federal nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, almejando regulamentar a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. Consta em seu Art. 25, que para avaliar os resultados da execução da medida socioeducativa aplicada ao adolescente em conflito com a lei, será verificada a situação do adolescente após cumprimento da medida, tomando por base suas perspectivas educacionais, sociais, profissionais e familiares. Além disso, será averiguada a reincidência da prática de ato infracional. É nesse sentido e contexto que a implantação e implementação do Programa de Egresso do Estado de Minas Gerais se justifica, uma vez que ele poderá se realizar com o acompanhamento do adolescente após o cumprimento da medida socioeducativa.

Diversos estudos e pesquisas trataram minuciosamente e exaustivamente o histórico da legislação referente à infância e juventude no Brasil (Méndez, 2000; Méndez, 2008; Saraiva, 2004; Silva, 2011). Sendo assim, nos absteremos de retomar tal discussão e

enfatizaremos a discussão do trabalho analítico possível nesse contexto da política pública de atendimento às medidas socioeducativas, mais especificamente, no Programa de Egresso do Estado de Minas Gerais, nomeado *Se Liga*.

O ECA, em 1990, como mencionado anteriormente, formaliza no campo das políticas públicas a mudança de paradigma no que diz respeito aos direitos e deveres das crianças e adolescentes, ao instituir a lógica da proteção integral à eles. No capítulo da Política de Atendimento, no inciso XVIII, Art. 94, consta a obrigatoriedade das entidades que desenvolvem programas de internação em manter programas destinados ao apoio e acompanhamento de egressos. Em Minas Gerais, para atender essa exigência legal, o Estado criou o Programa de acompanhamento ao adolescente desligado das medidas socioeducativas de semiliberdade ou internação, nomeado *Se Liga*. Entendamos, a seguir, essas duas medidas socioeducativas.

Segundo o Sinase, no inciso III, Art. 42, a Semiliberdade em relação às medidas de meio aberto (Prestação de serviço à comunidade, Liberdade assistida e Semiliberdade) é a mais grave. Essa medida pode ser determinada, em decisão judicial, desde o início ou como transição para o meio aberto, ou seja, progressão de medida. A semiliberdade prioriza a realização de atividades externas, devendo, sempre que possível, utilizar os recursos existentes na comunidade, sendo obrigatória a escolarização e profissionalização do adolescente, segundo Art. 120 do ECA (Eca, 1990; Sinase, 2012).

Por sua vez, a medida de Internação é uma medida privativa de liberdade, sendo por isso considerada a mais grave, em relação às demais medidas. Segundo o Art. 121 do ECA, essa medida está sujeita aos princípios de brevidade e excepcionalidade. Portanto, deverá ser aplicada quando exauridos todos os outros recursos para resposta e intervenção jurídica à prática infracional, sobretudo, quando não houver outra mais adequada para o caso. Nesse sentido, por se tratar de uma medida extrema, a privação de liberdade somente poderá ser aplicada caso o adolescente em conflito com a lei tenha praticado ato infracional de grave ameaça ou violência por reiteração de infração grave ou por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

Na internação, o atendimento ao adolescente em conflito com a lei deverá ser personalizado, no que diz respeito aos cuidados psicológicos, médicos, farmacêuticos e odontológicos. Além disso, esse adolescente receberá escolarização e profissionalização,

documentação necessária ao exercício da cidadania, assistência religiosa, acesso aos meios de comunicação social e participará de atividade externa, de lazer, cultura e esporte. É importante destacar que a Internação também atua no eixo família, almejando preservar e/ou reatar vínculos familiares do adolescente (Eca, 1990; Sinase, 2012). Em Minas, acontece através da presença do jovem em espaços físicos semelhantes a casas, em bairros comuns, que são especialmente preparadas para esse fim, sobretudo em termos de segurança. O jovem mora nesse espaço e pode, nos finais de semana, ir para sua casa ou outro espaço de referência. Além da frequência à escola, pode frequentar outros cursos profissionalizantes também. Durante o período de cumprimento da medida visa-se a restauração dos laços familiares e comunitários.

A internação não poderá exceder o período máximo de três anos, sendo ainda compulsória a liberação do adolescente ao completar 21 anos de idade. Tanto a Internação quanto a Semiliberdade não possuem prazo determinado para encerramento quando são determinadas judicialmente, devendo ser reavaliadas no período máximo de seis meses. Todavia, no Art. 43 do Sinase consta que, a qualquer tempo, a direção do programa de atendimento (Prestação de serviço à comunidade, Liberdade assistida, Semiliberdade e Internação), o defensor, o Ministério Público, o adolescente e seus pais ou responsável poderão solicitar a reavaliação da manutenção, substituição ou suspensão da medida socioeducativa aplicada. Segundo o Sinase, em seu Art. 52 e 53, o Plano Individual de Atendimento (PIA) será adotado como instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente. O cumprimento da medida socioeducativa é associado diretamente ao PIA. Esse instrumento de registro, avaliação e planejamento da trajetória do adolescente nas medidas socioeducativas será elaborado pelos técnicos[2] dos programas de atendimento, com participação do adolescente e de seus pais ou responsável.

O *Se Liga* nasceu como um Projeto piloto em 2008, à época *Projeto Travessia*, sendo fundado como Programa em 2010, pela Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas da Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais. Desde então, o

[2] O Sinase, em seu Art. 12, afirma que a equipe técnica é interdisciplinar e composta por profissionais da área de saúde, educação e assistência social, podendo ser ainda acrescida de por profissionais de outras áreas para atender necessidades específicas do Programa (Sinase, 2012).

Se Liga é executado em parceria com a organização não governamental, Centro de Defesa da Cidadania (IJUCI/MG).

Essa política pública foi formalizada na Resolução nº 1415/2013 de 16 de julho de 2013, com o objetivo de acompanhar adolescentes que cumpriram medida de semiliberdade ou internação, nesse momento de transição "entre as restrições a ele impostas durante o cumprimento da medida socioeducativa e as possibilidades que se apresentam para ele com o fim da medida" (Suase, 2012, p. 8). O acompanhamento visa dar continuidade às ações e articulações iniciadas na medida, assim como produzir junto com o adolescente outras formas de estar na cidade e outros enlaçamentos, elaborando saídas mais razoáveis do ponto de vista social. Nesse sentido, "o *Se Liga* opera de modo a corroborar para a construção de alternativas ao ato infracional" (Suase, 2012, p. 9).

Segundo a metodologia do Programa, a inclusão do adolescente desligado do cumprimento da internação ou semiliberdade é uma decisão voluntária. Apenas os jovens em progressão de medida não são atendidos pelo *Se Liga*. O jovem será acompanhado pelo prazo máximo de um ano a contar da data de inclusão no *Se Liga*. São ofertados atendimentos individuais e articulação de rede nos eixos profissionalização, educação, trabalho e renda, saúde, cultura, esporte, lazer e família, cabendo ao adolescente escolher o uso que fará do *Se Liga*. Nesse sentido, cumpre salientar que durante a medida há momentos nos quais o adolescente poderá produzir laços com o Programa e recolher algo desse serviço que lhe faça sentido, que possa marcar esse encontro e facilitar a escolha pela inclusão no *Se Liga* após cumprimento da medida (Suase, 2012).

1.2. A construção de uma prática clínica

1.2.1. A construção do caso clínico

No seminário O ato psicanalítico, Lacan (1967-1968/2009) empenha-se na reflexão e teorização do fazer clínico do psicanalista, colocando em questão a relação aí estabelecida com o ato. Nesse sentido, praticar, construir, escrever e transmitir uma prática clínica é um ato no sentido de Lacan, pois: "põe em jogo um trabalho na transferência, endereçado e

comprometido com uma práxis a ser compartilhada, articulada com elementos singulares de um tempo e lugar que, visitados, permitem a transmissão de um desejo e a manutenção da vitalidade e atualidade de sua prática" (Rosa, Martins, Braga, & Tatit, 2013, p. 75). Trabalharemos a noção de ato no próximo capítulo.

A rigor não é possível definir o melhor método para a formulação e elaboração de um problema psicanalítico, visando um recorte preciso do material clínico e adequação aos fins múltiplos do qual podemos nos servir no caso: transmissão, ensino ou mostração de uma prática analítica. Todavia, a prática clínica pode incidir sobre a própria clínica da qual o caso foi extraído. Essa prática também pode reverberar e seus efeitos retornarem para à própria psicanálise, na medida em que ela pode suscitar avanços teóricos e novas práticas (Malengreau, 2003).

Nesta dissertação escolhemos fazer uso de nossa prática clínica, a partir do caso Bela, como um mecanismo de transmissão e ensinamento da prática analítica em um contexto institucional, a partir do qual supomos ter sido possível agregar um novo saber fazer à psicanálise.

Em 1977, Lacan, em *Abertura da sessão clínica*, orienta que "a clínica psicanalítica deve consistir não somente em interrogar a análise, mas em interrogar aos analistas, a fim de que deem conta daquilo que sua prática tem de inusitado" (Lacan, 1977/2007, p. 23, tradução nossa). Nesse sentido, qual o lugar do real na transmissão da prática clínica – entendendo o real como o inusitado e contingente que uma prática comporta?

Segundo Malengreau (2003), "a clínica psicanalítica.... supõe uma abordagem do caso que inclui a orientação da experiência em direção ao real (p. 11). Existem duas dimensões do real: um real concebido como encontro e outro como fora do sentido. Lacan (1964/2008), em *Tiquê e autômaton*, designa como *tiquê*, o encontro com o real, ou seja, com o traumático. Ele chama atenção dos analistas para o que se repete como por acaso, como encontro e adverte:

> é no que nós, analistas, não nos deixamos jamais tapear, por princípio. No mínimo, apontamos sempre que não é preciso nos deixarmos pegar quando o sujeito nos diz que aconteceu alguma coisa que, naquele dia, o impediu de realizar sua vontade, isto é, de vir à sessão. Não há que tomar as coisas ao pé da declaração do sujeito – na medida em que aquilo com que precisamente temos que trabalhar é com esse tropeção, esse fisgamento, que reencontramos a todo instante. É este o modo de apreensão

> por excelência que comanda a nova decifragem que demos das relações do sujeito com o que faz sua condição (p. 59-60).

A pesquisa científica, propriamente dita, almeja produzir um saber do geral, um saber universal. A fim de garantir a verificação e validação universal de seus resultados, a pesquisa científica estabelece critérios tradicionalmente preconizados pelo método científico, tais como a imparcialidade, o uso de estatísticas, amostra aleatória, coleta prévia de dados e classificações, dentre outras características da ciência positivista.

Freud (1893[1887]/1986), neste momento ainda um pré-psicanalista, utiliza-se do discurso da ciência positivista para descrever à Wilhelm Fliess seu método de trabalho acerca da etiologia das neuroses:

> à guisa de preparativos, iniciei uma coleção: cem casos de neurose de angústia; da mesma forma, gostaria de compilar um número equivalente de casos masculinos e femininos de neurastenia e das depressões periódicas brandas, que são muito mais raras. Uma contrapartida necessária seria uma segunda série de cem casos-de não-neuróticos (p. 44)

Em contrapartida à essa posição positivista original, Freud dá um passo além, ao fundar a psicanálise a partir do saber que se produziu em sua prática clínica, no caso a caso, do real que se apresentou nesse fazer. De uma postura de reunir um número que tornasse fidedigna sua descoberta do inconsciente, Freud passou a trabalhar com os casos, localizando, a cada um, o que fazia exceção à regra para todos. Então, qual metodologia propriamente psicanalítica pode ser empreendida na pesquisa clínica em Psicanálise? E ainda, há uma forma *sui generis* à psicanálise de apresentar sua práxis?

Embora seja norteada por critérios distintos da pesquisa científica, a psicanálise aposta que a pesquisa clínica mostra-se eficaz e produtora de conhecimento, no sentido de um saber que bordeja a verdade, considerando aí a incidência do real não redutível à linguagem. Hipotetizamos com Barroso (2003) que “a construção do caso clínico possa constituir um método de pesquisa, isto é, um caminho próprio da Psicanálise para viabilizar a produção do saber clínico” (p. 19). Nesse sentido, o uso do caso na pesquisa psicanalítica implica a produção de um saber do singular, sendo que esse saber é produzido e recolhido a partir da inclusão do analista na construção dos fatos que concernem a particularidade de cada caso, um a um.

A clínica médica lança mão das classificações dos quadros típicos das doenças, não sendo possível localizar um sujeito da doença, mas sim, o quadro clínico da doença natural. Para Barroso (2003), “nesse sentido, a doença é natural uma vez que ela enuncia, em si mesma, sua verdade essencial; ela é ideal porque nunca se dá na experiência, sem alteração, sem distúrbio” (p. 20).

Essa clínica tem como seu principal instrumento, o olhar. Associado ao racional, esse olhar tudo vê e reconhece fenômenos idênticos e diferentes, isolando seus traços, tais como, frequência, sucessão e simultaneidade, para em seguida classificar, tipificar e agrupar, constituindo-se assim, um quadro clínico de uma doença reconhecida cientificamente. Nessa ótica, a clínica médica produz um saber universal, no qual não tem valor a subjetividade e muito menos a singularidade (Barroso, 2003).

Posteriormente, discutiremos a diferença entre a extração de traços da clínica médica e da clínica psicanalítica, por meio da marca do caso. Afinal de contas, a que serve tais traços para além das rotulações e classificações das ciências positivistas? Barroso (2003) assinala que “a necessidade de sistematizar um corpo de saber, a fim de facilitar e abreviar o estudo da medicina e.... a necessidade de ligar um saber particular a um sistema geral de conhecimento” influenciaram no processo de ultrapassagem do quadro ao caso clínico (p. 21). Entretanto, essa passagem do quadro ao caso não teve efeito do ponto de vista do sujeito, uma vez que o que estava em jogo não era a construção do caso, mas sim sua caracterização, classificação e descrição da doença, ou seja, o importante era a singularidade da doença e não a singularidade do caso em sua dimensão de sujeito.

Tal cenário somente foi alterado, segundo Barroso (2003), “do encontro de Freud com Charcot que resultou, para a Psicanálise, na passagem do quadro ao caso clínico, à qual corresponde a substituição da operação de apresentação e descrição do caso à sua construção” (p. 22). Freud (1895/1996, p. 33), no *Prefácio à primeira edição* dos *estudos sobre a histeria*, afirma que “anexamos.... uma série de casos clínicos cuja seleção, infelizmente, não pôde ser determinada em bases puramente científicas”. Nesse sentido, ele rompe com a lógica classificatória da ciência positivista e inaugura uma nova maneira de lidar com o real da clínica que se apresenta ao propor a construção do caso, valorizando, desta forma, o saber do particular, o saber singular de cada sujeito, em detrimento do método utilizado por Charcot, que apresentava os sintomas do quadro da histeria objetivando

formalizar um saber universal sobre a singularidade da doença. É possível verificarmos essa torção no relato de Freud (1893/1996):

> ele tratou a histeria como sendo apenas mais um tópico da neuropatologia; forneceu uma descrição completa de seus fenômenos, demonstrou que estes tinham suas próprias leis e regularidades.... descreveram-se as muitas formas diferentes do ataque histérico....chegou a todas essas informações sobre as manifestações da histeria (p. 29)

Lacan, em 1958, no texto sobre *A direção do tratamento e os princípios do seu poder*, assegura que "nossa ciência só se transmite ao articular oportunamente o particular" (Lacan 1958/1998, p. 638). Nessa mesma direção, Lacan (1987) demonstra anteriormente a função do caso clínico na produção do saber clínico. Ele sustenta sua tese de doutorado, intitulada, *Da psicose paranoica em suas relações com a personalidade* sobre o particular do caso, a partir do estudo de um único caso nomeado, caso Aimée. Desse único caso, Lacan (1987) indica a importância do particular, do singular de cada caso para a psicanálise:

> com efeito ele nos oferece um tipo clínico nosologicamente mais preciso, descritivamente mais concreto, prognosticamente mais favorável do que os tipos até agora reconhecidos. Além disso, esse tipo tem por si mesmo um valor manifesto de solução particular em nosso problema. É o que finalmente lhe confere seu valor metodológico (p. 3)

Portanto, é na solução particular de um problema que um caso pode se diferenciar e não na estrutura ou no tipo de caso como poderíamos supor de forma comum. A singularidade do caso está, tanto no real do gozo que escapa ao sentido, quanto na dimensão do sentido que se produz com o caso, sendo ele produto da decifração do inconsciente e da análise dos sintomas (Morel, 1994, citado em Barroso, 2003).

Barroso (2003) conclui que "o valor metodológico de um caso clínico se encontra naquilo que ele tem de mais particular, e que é, justamente, o que pode elevá-lo à condição de um paradigma psicanalítico" (p. 23). No intuito de avançar na formulação teórica da psicanálise e, consequentemente, assegurar seu futuro, o analista deverá dar provas de seu desejo em relação à causa analítica, sendo isso, por um lado, fundamental para sustentar sua escolha e, por outro, consequência de uma investigação permanente. Nesse sentido, busca-se articular o clínico e o teórico almejando extrair um saber do caso, do inconsciente em ato, atualizado na transferência (Drummond, 2003).

O instrumento principal do analista é o caso clínico. Ele pode ser produzido por intermédio de elementos essenciais para um relato de fatos clínicos, tais como, a história do

paciente, sonhos, sintomas, ato falho, chistes, *acting out*, passagem ao ato e o ato, propriamente dito. Todavia, esses aspectos não asseguram que ele poderá ser designado, em psicanálise, como um caso clínico, pois, de acordo com Laurent (2003) “um caso é um caso se ele testemunha sobre a incidência lógica de um dizer no dispositivo da cura, e sobre sua orientação em direção ao tratamento de um problema real, de um problema libidinal, de um problema de gozo” (p. 69).

Portanto, não poderemos dizer de um caso clínico propriamente dito, caso não seja possível localizar o deslocamento significante no campo do gozo. Corroborando essa ideia e o valor metodológico de um caso clínico, no qual o sujeito produz uma saída singular para o problema, Pacheco (2003) adverte:

> a “construção de um caso clínico” não se apresta a uma mera validação da teoria, mas, ao contrário, trata-se da exigência de uma retificação dos conceitos a partir de cada caso em especial. Em outras palavras, não se trata de demonstrar a teoria, mas, antes, de fazer de cada caso, em particular, uma oportunidade de verificação do alcance do corpo doutrinal da Psicanálise (p. 35).

Por conseguinte, destacamos a necessidade de privilegiar a construção e discussão do caso clínico, sobretudo, na clínica das toxicomanias, da saúde mental e na clínica com sujeitos adolescentes em que o aspecto sintomático se faz pela via do *acting out* e/ou passagem ao ato, na medida exata em que os analistas têm sido convocados, pelo mundo, a dar respostas às diversas e particulares formas de manifestação e apresentação do gozo para o sujeito. Em última instância, o analista é instado a fazer uma intervenção que opere um corte ou deslocamento no modo de gozo que o sujeito encontra, por exemplo no ato infracional e no uso de drogas.

Diante das considerações expostas acima, escolhemos, como dito anteriormente, um único caso clínico, nomeado por nós caso Bela, para apresentar, discutir e transmitir nesta dissertação, um saber produzido a partir do caso clínico. Sem desconsiderar a dimensão geral do saber que insere o caso na estrutura neurótica e no tipo de sujeito que se apresenta pela via do *acting out* e/ou da passagem ao ato, justificaremos a escolha do caso pela solução singular para o problema de (des)atar o laço social, a partir do seu ato infracional. Para empreender esse percurso, vejamos como um caso pode ser tomado a partir da singularidade com que se escreve seu traço.

1.3. Do detalhe à marca do caso

Atravessaremos do detalhe, em Freud, à marca ou traço do caso, em Lacan, para verificar que a marca do caso sugere ser uma saída possível para tratar a questão do sigilo da identidade do analisante ou paciente, sem contudo, ceder aos avanços da pesquisa em psicanálise. Além disso, verificaremos o ponto de viragem no qual resulta a distinção do universal e do particular e o laço do universal ao termo sujeito.

Em 1901, Freud (1914b/1996), apesar de seu antigo interesse, finalmente, visitou Roma e conheceu a estátua de Michelangelo. O curioso é que, embora fosse um leigo em obras de arte, por isso, incapaz de qualificar e/ou avaliar seus métodos e efeitos, Freud (1914b/1996), em 1913, escreveu e enviou para a revista Imago o texto *O Moisés de Michelangelo*, porém, sem assinar sua autoria. Sua autoria foi reconhecida somente em 1924. Embora o artigo estivesse fora das normas exigidas para publicação na referida revista, não passou despercebido aos avaliadores da revista, o detalhe de seus comentários e observações, assim como sua forma de pensar que se assemelhava com o método psicanalítico.

Neste artigo, Freud (1914b/1996) destaca a importância de Morelli, médico italiano que se passava pelo russo Ivan Lermolieff que revolucionou a arte europeia ao conseguir reconhecer a autenticidade de uma obra, na medida em que distinguia as obras originais de suas cópias.

Freud (1914b/1996) ficou extremamente interessado por seu método e o descreve desta forma:

> a atenção deveria ser desviada da impressão geral e das características principais de um quadro, dando-se ênfase à significação de detalhes de menor importância, como o desenho das unhas, do lóbulo de uma orelha, de auréolas e de outras trivialidades não consideradas que o copista desdenha imitar e que, no entanto, cada artista executa à sua maneira própria e característica (p. 226).

Por conseguinte, Freud (1914b/1996) relaciona o método psicanalítico com o método da autenticação, se é que podemos nomeá-lo assim: “parece-me que seu método de investigação tem estreita relação com a técnica da psicanálise que também está acostumada a adivinhar coisas secretas e ocultas a partir de aspectos menosprezados ou inobservados, do monte de lixo, por assim dizer, de nossas observações” (p. 228).

Do método de Morelli, que aqui nomeamos, não por um acaso, como o método da autenticação, pinçamos detalhes preciosos para o método psicanalítico, tais como, ao considerar e colocar em relevo os detalhes de menor importância, e sobretudo, ao perceber que o detalhe é constituído na forma própria ou na característica de cada um. Por isso, o detalhe autentica e possibilita reconhecer a autoria naquilo que se apresenta como uma marca ou forma própria característica de cada artista. Deste modo, servindo-se desse método para avançar na construção e formalização do método psicanalítico, Freud (1914b/1996) investiga os detalhes de obras de artes, como a postura da mão direita, a posição das Tábuas da Lei e a tumba de Júlio II, na figura de Moisés.

Em seu retorno à Freud, Lacan (1973a/2003; 1967-1968/2009) percebe a importância do "detalhe" em Freud e avança na teorização e formalização dessa noção ao lançar o significante "traço". Posteriormente acrescentou, ainda que de forma enigmática, o significante "traço do caso" ou "marca do caso" (Dumézil, 1989, p. 10); Lacan, 1967-1968/2009, p. 131). Veremos como Lacan e seus seguidores formulam essa discussão.

A marca do caso é um significante obscuro e foi utilizado por Lacan em um momento único, na contracapa da primeira edição da revista *Scilicet* de número 1, de 1968 (Dumézil, 1989). Nas edições posteriores, intitulada *Introdução de Scilicet no título da revista da Escola Freudiana de Paris*, esse detalhe foi extraído. Segundo Dumézil (1989), o termo francês "*trait*", no contexto da expressão "*trait du cas*" seria melhor traduzido para o espanhol como "traço", sobretudo, considerando a inovação de Lacan do "trait unaire", traduzido como "traço unário". Entretanto, devido ao fato do "traço" ser carregado de notas psicológicas e a possibilidade das denotações desvirtuarem o sentido dado por Lacan, a edição casteliana desse livro optou por adotar a expressão "marca do caso" (p. 10). Diante do exposto, utilizaremos a palavra traço ao invés de marca, a cada vez que o termo surgir no referido texto.

Lacan, em 1958, no texto *O significante, a barra e o falo*, afirma que:

> um traço é uma marca, não é um significante. A gente sente, no entanto, que pode haver uma relação entre os dois, e, na verdade, o que chamamos de material do significante sempre participa um pouco do caráter evanescente do traço. Essa até parece ser uma das condições de existência do material significante. No entanto, não é um significante (Lacan, 1958/1999, p. 355).

No momento em que cunha o conceito de traço, Lacan (1958/1999) retoma a questão do que é um significante em seu nível elementar e retira daí conclusões importantíssimas para formalização da enigmática noção da marca do caso. “Há um ponto que é essencial apreender: é que o significante como tal é algo que pode ser apagado e que não deixa mais do que seu lugar, isto é, não se pode mais encontrá-lo” (p. 355). Portanto, na cadeia de significantes, ainda que os significantes se escrevam em outros significantes, após o apagamento do significante, somente resta o lugar onde se apagou. Esse lugar onde o significante está apagado, eis a marca, o traço que sustenta a transmissão, seja ela do desejo do analisante ou do desejo do analista.

Ainda nesse texto, Lacan (1958/1999) exemplifica o traço, discernindo-o do significante, com a marca do pé encontrada por Robinson Crusoé. Segundo Lacan, essa pegada não é um significante, mas se Crusoé apagá-la, estará introduzindo a dimensão significante, aquilo que faz significar, com seu ato de apagamento. A partir do momento em que a marca do pé é apagada, ela atesta na forma do traço ou da marca, não o pé, mas sua presença passada.

Na contracapa da primeira edição da revista *Scilicet* de número 1, de 1967, Lacan (1973a/2003) justifica o motivo dos autores daquela publicação não terem assinado cada qual o seu texto. Na psicanálise a cada vez que apresentamos um caso clínico, a questão do sigilo e os efeitos de sua prática retornam ao analista e consequentemente à psicanálise. Assim sendo, frente à necessidade de se resguardar a identidade do analisante ou paciente para que não fossem reconhecidos nos casos expostos por seus analistas, Lacan decidiu por assinar todos os textos, preservando, assim, o anonimato do analista.

Entretanto, nos adverte da precariedade desse método, quando fazemos um mínimo de alusão para referimo-nos a um caso: “referência, como se sabe, sempre passível de ser denunciadora, por não sustentar um desvio tão comum que não se apoie no *traço mais particular*” (Lacan, 1973a/2003, p. 290, grifo nosso). Em outras palavras, o traço, a marca mais particular do sujeito lhe desvela. Por isso, fatalmente, o sujeito se reconhecerá no texto, mas isso não se apresenta como problemática para Lacan. A questão a ser tratada é que os outros podem situar o sujeito no texto, através do seu analista.

Segundo Dumézil (1989), com essa medida, Lacan almejava dar “mais segurança para evocar o pessoal na prática e especialmente o traço do caso”[3] (p. 26, tradução nossa). Lacan se referiu à dimensão pessoal de determinado analista em sua prática. Por isso, Dumézil (1989) conclui que a marca diz respeito ao analista, mas também ao discurso do analisante ou paciente.

A marca do caso, em Lacan (1967-1968/2009), remete ao que é pessoal na prática e ao suporte do sujeito. Sendo assim, podemos separá-la em duas vertentes: a que concerne ao traço particular, singular que dá esteio ao sujeito e a marca que diz respeito ao pessoal do analista em sua prática e no uso de seu dispositivo.

Em 1967-1968, Lacan, em *O ato psicanalítico*, utilizou-se dos conhecimentos do matemático Peirce Charles Sanders, por considerar que foi ele quem melhor tratou “a essência do fundamento do qual resulta a distinção do universal e do particular e o laço do universal ao termo ‘sujeito’” (p. 130). Acompanhe na Figura 1 o raciocínio lógico que se segue.

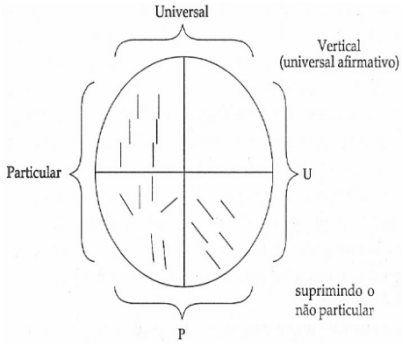


Figura 1

Lacan (1967-1968/2009, p. 131) situa, em torno do predicado “vertical”, que

1- Na primeira casa, no alto e à esquerda, os traços respondem ao predicado, são traços verticais.
2- Depois, há outros nessa casa, em baixo e à esquerda, dos quais alguns não são.

[3] Más seguridad para evocar lo personal em la práctica y especialmente la marca del caso (Dumézil, 1989, p. 26).

3- Aqui, em baixo e à direita, nenhum é.
4- Aqui, como vocês vêem, não há traços. É aí que está o sujeito.

Com Peirce (1968 como citado em Agord, 2006, p. 249) leremos:

Tipo A: Universal afirmativa: Todo traço é vertical.

Tipo E: Universal negativa: Nenhum traço é vertical.
Tipo I: Particular afirmativa: Algum traço é vertical.
Tipo O: Particular negativa: Algum traço não é vertical.

Portanto, localizando no diagrama temos: na casa superior, esquerda, todos os traços são verticais; na casa inferior, esquerda, alguns são verticais e outros não; na casa inferior, direita, nenhum dos traços é vertical; e finalmente, na casa superior, direita, não há traço algum.

Pierce fez a distinção do universal e do particular e o laço do universal ao termo sujeito por meio de um pequeno traçado exemplar. Para Lacan (1967-1968/2009) "certamente, ele [pequeno traçado exemplar] se permite dar como suporte do sujeito o que há verdadeiramente dele, a saber, nada, no caso, o traço" (p. 131). Em síntese, o traço é o suporte do que há de verdadeiro do sujeito, ou seja, nada, pois não há traços que designam o sujeito. No entanto, lhe dão suporte no nível do fantasma. Portanto, o sujeito está onde não há traços. Vale lembrar que o sujeito "é essencialmente esse algo que é apenas representado para um significante por um outro significante" (Lacan, 1967-1968/2009, p. 132). O sujeito emerge na relação entre os significantes. Um agente S1, toma a palavra e dirige-se ao outro, S2, produzindo um saber. O sujeito, $, é produzido como efeito do discurso, aqui apresentado. Veja essa relação expressa na fórmula:

$$\begin{matrix} \mathbf{S1 \rightarrow S2} \\ \downarrow \\ \$ \end{matrix}$$

Figura 2

As proposições, "todo traço é vertical" e "nenhum traço é vertical", são contrárias, mas não contraditórias. Elas se encontram em razão do setor vazio. Segundo Agord (2006):

“somente pela existência de um que não é traço vertical, há também uma forma de acolhimento, confirma-se que o traço existe, porque há um que não é vertical” (p. 250).

Podemos observar que, em qualquer outra parte do diagrama, a presença ou ausência do predicado “vertical” mascara os traços. Para Lacan (1967-1968/2009), o essencial é *pas de trait*, sem traço ou seja, o essencial é o sujeito. Para exemplificar, ele utiliza o enunciado da afirmativa universal da seguinte forma: “não há traço que não seja vertical”, isto é, “não há traços senão verticais quer dizer: lá onde não há verticais, não há traços” (p. 131).

O estatuto da universalidade se instaura na reunião de duas casas, onde só há traços verticais e aquela onde não há traços. Essas casas, juntas ou separadas, sustentam e legitimam o enunciado de que “não há traço que não seja vertical”. Dito de outro modo, juntas se tornam a expressão máxima do universal, na medida em que só há uma forma para todos, no caso, o “vertical”. É a exclusão da diversidade, que no diagrama está representada na casa inferior, à esquerda, na qual alguns são verticais e outros não. Percebemos que há, também, uma exclusão, ao nível da diferenciação particular localizada na casa superior, a direita do diagrama, na qual não há traço algum.

O particular consiste no momento em que o sujeito está submetido à variação do vertical ou do não vertical. Para alcançar o particular, Lacan (1967-1968/2009) orienta que deve-se suprimir o “não” (*pas*) antes do traço e deixar o “traço que é ou não vertical”. Essa proposição nos conduz a concluir que: “todo o traço é vertical” refere-se ao que é universal, logo, à dimensão do juízo de atribuição, sem contudo, envolver um juízo de existência. Por sua vez, inferimos que há juízo de existência ao propormos que “ao menos um não é vertical” (Agord, 2006). Todavia, Lacan (1967-1968/2009) adverte que tal proposição induz ao equívoco:

> é o que dá a ilusão de que a particular é uma afirmação de existência, que basta falar ao nível de ‘algum’, por exemplo, algum homem tem a cor amarela, para implicar, por este fato enunciado sob a forma de uma particular, que haveria por este fato.... desta enunciação, afirmação também da existência do particular.... não basta que uma proposição se enuncie ao nível do particular, para implicar de alguma forma a existência do sujeito, senão em nome de uma ordenação significante, quer dizer, como efeito de discurso (p .132).

Em suma, podemos destacar que foi excluída na diferenciação do particular, a casa onde não há traço. É pela ausência de traços que se determina o lugar do sujeito. Sendo assim, se foi excluído o lugar onde não há traço, consequentemente, separa-se o sujeito do

particular. Portanto, seguindo essa lógica, o particular não inclui, necessariamente, o sujeito. Avançaremos nessa discussão no capítulo seguinte ao discutir a distância entre sujeito do enunciado e sujeito da enunciação, pois: “o ato de fala é enunciação cujos efeitos de sentido são desencadeados pela conotação significante produzida pela leitura do que se fala. Mas,.... a cada enunciação, o sujeito projeta atrás de si, *nachträglich,* efeitos de sentido” (Agord, 2006, p. 254).

É nesse sentido que Dumézil (1989) estabelece que: “o traço do caso serve de ficção operativa e agente de cisão entre a palavra e o discurso”[4] (p. 10, tradução nossa). No dispositivo da marca do caso, o psicanalista é inventor da marca, podendo ser ele a inventar ou a marca ser inventada pelo analisante. Essas características permitem forjar um elemento que esteja representado nos registros simbólico, imaginário e real, sem contudo, revelar a identidade do analisante.

O que transmitimos em nossa prática são os “traços”, não o caso, pois de nada serve narrar à exaustão o percurso do caso. A marca do caso é uma inversão, uma virada, a partir de algo dito pelo analisante ou pelo analista, ou também, por um *acting out*, às vezes, em um momento de suspensão da repetição. Dessa forma, os traços sustentam ou resultam da prática e, por isso, elas emergem do dispositivo, uma vez que toda análise funda traços entre história e estrutura, para ambos, analisante e analista (Dumézil, 1989).

Em síntese, o traço do caso é um significante criado de forma descolada da psicopatologia e da medicina. Ela conduz ao singular, colocando em jogo a diferença, a alteridade. Nesse dispositivo o analista intervém com a linguagem do inconsciente, da qual pode-se extrair daí suas marcas (Dumézil, 1989).

Entende-se, nesse dispositivo, que o caso não é o tratamento, nem a anamnese ou a observação, tampouco o analista. O caso não é senão um pouco de tudo isso. O detalhe e os traços de um caso são pressupostos teóricos operativos para a construção do caso. Mas em que consiste o fragmento de uma sessão ou do caso?

---

[4] La marca del caso.... sirve de ficción operativa, de agente de distanciación entre la palavra y el discurso (Dumézil, 1989, p. 10).

Em 1937, Freud, no texto *Construções em análise*, afirma que o analista não pode respaldar-se somente em recordar algo ao paciente. Então, qual é a sua tarefa? Para Freud (1937/1996), “sua tarefa é a de completar aquilo que foi esquecido a partir dos traços que deixou atrás de si ou, mais corretamente, construí-lo” (p. 276). Portanto, o analista irá construir o caso, a partir dos detalhes das marcas, dos traços encontrados ou dos detalhes extraídos da história, da fala ou dos atos do analisante ou paciente, ou seja, de todos esses elementos. Essa construção se dá por suplementação e combinação dos restos encontrados.

Poderíamos concluir que é em relação ao todo irrecuperável do caso que elegemos seu fragmento. O fragmento dispensa o todo, na medida exata em que dele podemos recuperar os detalhes do caso que, por sua vez, tomam corpo e atestam a autenticidade de sua totalidade. É nesse sentido que o detalhe deve destacar-se do próprio fragmento do caso. A partir do detalhe, o traço se revela, oferecendo-se, tal qual o significante, para novas construções.

Diante do exposto, investigaremos a partir do detalhe extraído por Lacan (1950/1998), no texto *Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia*, no qual ele destaca a influência de Sócrates sobre o fundador da psicanálise, Freud, os traços dessa influência na formalização do método psicanalítico.

1.4. Sócrates e a marca do método psicanalítico

1.4.1. O método socrático e sua aproximação com o método analítico

A partir das nuanças apresentadas por Sócrates em seu método dialético, assim como das intervenções e proposições acerca da posição dos interlocutores no diálogo, aproximaremos os métodos socrático e analítico. Essa discussão aposta na extração da indicação de um caminho, uma orientação e, talvez, da reafirmação do método analítico em sua ética. O diálogo socrático, assim como o diálogo analítico inicia-se a partir de uma demanda que precisa encontrar sua devida resposta. É nesse sentido que a relação da psicanálise com a dialética se evidencia (Cabas, 2009).

No início do debate socrático, Górgias, por ele ser entendido na arte da retórica e por ser capaz de formar oradores, convidou as pessoas ali presentes a lhe dirigirem as perguntas que quisessem, comprometendo-se a responder a todas. Frente à essa demanda, Sócrates lhe pergunta “em que consiste particularmente a arte da retórica?” (Platão, 1980, p. 4). Pois bem, Sócrates se serve dos dizeres de Górgias para concluir que a retórica é a arte dos discursos, mas não da conversação, é a mestre da persuasão que se vale das palavras e, por isso, ela é capaz de persuadir multidões. Ela é um instrumento de rotina para produzir prazer e satisfação Em última instância, a retórica é o simulacro de uma parte da política. Entretanto, para Sócrates “a retórica não diz respeito a todos os discursos” (Ibid., p. 4), ou seja, há discurso que não é retórico e que não diz respeito à sua arte. Nesse sentido, ele aponta-lhe o “furo” e indica que ela está submetida a algo que lhe escapa.A retórica, então, é sempre injusta.

> Em seu uso da retórica, Górgias apresenta o método da persuasão no qual ele ignora o saber do outro, colocando-o no lugar daquele que nada sabe. Consequentemente, se o Outro não sabe, logo, é ele, Górgias, quem sabe. Portanto, ele somente sabe, na medida exata em que o Outro nada sabe: “ele tem maior poder de persuasão que o médico.... quem não é médico terá que ignorar o que o médico conhece” (Ibid., p. 12).

Em síntese, o método da persuasão consiste na supressão do saber do Outro: o orador deverá ignorar o saber do Outro colocando-o como ignorante e, com a persuasão, ele demonstrará que é sábio. Percebe-se que, tal qual no discurso do mestre, o mestre da persuasão só existe porque tem um escravo que nada sabe e que, ao mesmo tempo, localiza o saber no mestre. O detalhe é que, ao colocar o Outro como ignorante, o orador passa a deter o saber, pois é na medida em que o Outro nada sabe, que ele se torna mestre do escravo.

No diálogo, Górgias apresenta-se no lugar do mestre, no lugar daquele que agencia o discurso, prometendo dar aquilo que ele, a rigor, não tem, ou seja, o falo. No diálogo o que está em jogo é o “saber”. O lugar ocupado por Górgias lhe é dado por seus companheiros em vários momentos: “Górgias.... participa da mais nobre das artes.... pensas que podes responder melhor do que Górgias?”, indaga Cáliques à Polo (Ibid., p. 2).

Por sua vez, Sócrates, também, destaca o traço da mestria em Górgias:

> o fato de por meio da palavra poderem convencer os juízes no tribunal, os senadores no conselho e os cidadãos nas assembléias ou em toda e qualquer reunião política. Com semelhante poder, farás do

> médico teu escravo, e do pedótriba teu escravo, tornando-se manifesto que o tal economista não acumula riqueza para si próprio, mas para ti, que sabes falar e convencer as multidões (Ibid., p. 7).

Portanto, Górgias é o mestre que torna o homem apto para dominar outros homens. Qual é o método de Sócrates para conversar com o mestre que tudo sabe? Será possível destituir-lhe deste lugar ou deslocar, minimamente, essa posição? Conseguiremos recolher um certo saber fazer nesse diálogo? Verifiquemos o método utilizado por Sócrates na busca pelo saber.

No debate, Sócrates afirma:

> ao formular essas perguntas, não tenho em mira a tua pessoa, mas apenas dirigir com método a discussão, e também para que não adquiramos o sestro de antecipar os pensamentos um do outro, como se os tivéssemos adivinhado. O que é preciso é que tu mesmo desenvolvas tua ideia como melhor te parecer (Ibid., p. 8, grifo nosso).

É possível escutar o eco da voz de Sócrates nas palavras de Freud, acerca do método psicanalítico, ao afirmar que a regra fundamental da psicanálise é a técnica da associação livre que, a rigor, é o princípio básico do método investigativo freudiano. Nela, o sujeito é convocado a falar livremente o que lhe vier a cabeça, sem escolher o conteúdo que irá falar, com ou sem sentido e sem censuras, mesmo que de natureza constrangedora. Talvez influenciado pelo método socrático, Freud[5] (1924[1923]/1996) abandona a sugestão hipnótica e valoriza a escuta do sujeito, ao instituir a regra fundamental da psicanálise, a associação livre:

> era necessário encontrar alguma outra técnica para substituí-la e a Freud ocorreu a idéia de colocar em seu lugar o método da 'associação livre'. Isso equivale a dizer que ele fazia seus pacientes assumirem o compromisso de se absterem de qualquer reflexão consciente e se abandonarem em um estado de tranqüila concentração, para seguir as idéias que espontaneamente (involuntariamente) lhe ocorressem - 'a escumarem a superfície de suas consciências'. Deveriam comunicar essas idéias ao médico, mesmo que sentissem objeções em fazê-lo; por exemplo, se os pensamentos parecessem desagradáveis, insensatos, muito sem importância ou irrelevantes demais (p. 219).

---

[5] Informa-nos Ernest Jones (1957, 114) que esta matéria foi escrita por Freud, a pedido dos editores americanos, em outubro e novembro de 1923. Este trabalho deve ser distinguido do artigo escrito cerca de dois anos mais tarde para a própria *Encyclopaedia Britannica* (1926f) (Freud, 1924[1923]/1996, p. 213).

Apesar do convite para que seu interlocutor fale como melhor lhe parecer ou fale livremente, nas palavras de Freud, Sócrates, por seu turno, em seu método, é criticado por Cálicles: “falas sempre do mesmo jeito”. Todavia, ele sustenta seu método e acrescenta: “não apenas do mesmo jeito.... como também a respeito das mesmas coisas” (Platão, 1980, p. 45).

A filosofia, assim como a psicanálise em sua ética, diz sempre a mesma coisa e não cessa de dizer, enquanto não se faz ouvida. Para Sócrates: “a filosofia.... não cessa de dizer-me o que me ouves expor.... a filosofia diz sempre a mesma coisa” (Ibid., p. 38). Diante do exposto por Sócrates, poderíamos fazer uma associação, ainda mais precisa, entre inconsciente e filosofia, haja vista que, assim como a filosofia, o inconsciente insiste em se fazer escutar e diz sempre a mesma coisa, mas com novas roupagens para escamotear seu conteúdo.

Cálicles destaca outra similaridade entre esses termos: “és incapaz de falar como convém, por maneira clara e persuasiva” (Ibid., p. 40). Nesse fragmento, Cálicles se refere ao método dialético de Sócrates, mas poderíamos facilmente imaginar que aquilo que ele diz da filosofia cabe pensarmos também em relação à psicanálise ou, mais especificamente, ao inconsciente.

Sob os pilares da transferência, Sócrates afirma à Cálicles que “não é por amor à disputa que te interrogo, senão pelo desejo sincero de saber como pensas” (Ibid., p. 69). Tal qual um analista, Sócrates demarca o seu desejo de saber algo do sujeito, de saber aquilo que lhe escapa e que, a rigor, está encoberto sobre a barreira do recalque. Assim como no discurso analítico, a resistência na transferência negativa também se manifesta na dialética socrática, quando Sócrates diz à Cálicles que: “não repitas o que já me disseste muitas vezes, que quem quiser poderá matar-me” (Ibid., p. 74). Ainda na discussão com Cálicles, a repetição do discurso, seu giro em torno do mesmo ponto, chama a atenção de Sócrates: “durante todo o tempo em que conversamos, não paramos de girar em torno do mesmo ponto” (Ibid., p. 71).

Em seu método, Sócrates lança-se à procura de palavras, de significantes que escapam ao discurso do sujeito no lapso da fala. É aí que reside a importância da escuta. No entanto, esse método causa estranheza à Cálicles: “Sócrates: não te envergonhas, na idade a que chegaste, de lançar-te à caça de palavras e, se, alguém comete um lapso de linguagem, considerares isso um achado de importância?” (Ibid., p. 43). Novamente aproximando

Sócrates de Freud, pinçamos esta frase dita por Freud (1901a/1996), no texto *Lapsos da fala*, que nos remete diretamente ao diálogo socrático e evidencia a influência desse método na fundação da psicanálise:

> quando um dos participantes de uma discussão séria comete um lapso da fala que inverte o sentido do que ele pretendia dizer, isso o coloca imediatamente em desvantagem diante de seu adversário, que raramente deixa de tirar grande proveito da melhora em sua posição (p. 104).

Sobre o lapso da fala, da linguagem, em última instância, sobre esse ato falho, Freud (1901a/1996, p. 106) afirma que "a finalidade não é tanto trair o falante, mas dar algo a entender ao espectador na plateia", é a manifestação de um desejo inconsciente que em análise pode-se revelar.

Sendo assim, Sócrates assinala a contradição no discurso de Górgias: "jamais poderia a retórica ser algo injusto.... Mas quando, pouco depois, te ouvi dizer que o orador pode usar injustamente a retórica, fiquei surpreso, e foi por ter notado contradição em tuas palavras que fiz aquela declaração" (Platão, 1980, p. 14). Portanto, é a partir daquilo que cai, que vacila no discurso de Górgias, na forma de contradição, que Sócrates coloca em xeque ou em questão a posição de mestre gozador e impossível de se sustentar, que Górgias encarna. Nesse sentido, Sócrates destitui Górgias do lugar de mestre, desarranjando as amarrações fantasmáticas da qual o sujeito lança mão para se arranjar no laço social.

De acordo com Sócrates "são os oradores os que têm menor poder.... dispor de um grande poder não é fazer cada um o que lhe apraz" (Ibid., pp. 19 e 23). Por meio dessa afirmação, Sócrates indica à Górgias a sua castração, a sua submissão à lei do Outro, ao destacar que algo lhe falta, consequentemente, destituindo-lhe do lugar de identificação com o mestre. Na visão de Sócrates, o maior mal ou o pior é estar equivocado com relação a si mesmo. Por isso, prefere ser refutado: "considero preferível ser refutado, por ser mais vantajoso ver-se alguém livre do maior dos males do que livrar dele outra pessoa" (Ibid., p. 11).

Nessa perspectiva, percebe-se que o saber não está do lado de Sócrates, e menos ainda, de seus interlocutores, que ocupam o lugar de mestre. O saber é construído no entre e dentro do diálogo, é a fundação do que não se sabe. Portanto, localizar o saber em um ponto seria um semblante. Vale lembrar que o saber não recobre toda a verdade mas pode ser

produzida como o que a bordeja, pode ser efeito de um trabalho analítico, por exemplo. Mas que, para além da verdade, o real é incapturável e resta indecifrável.

Diferentemente de Górgias que crê possuir o saber, Sócrates sustenta a posição de que o saber é produzido no diálogo com o Outro e supõe que seja o Outro que possui o saber que lhe escapa. Por isso Sócrates pergunta à Górgias: "qual é o teu modo de pensar?.... é óbvio que é a ti que terei de dirigir-me para informar-me a respeito de tua arte" (Ibid., p. 10).

Novamente, Sócrates dá provas das reminiscências do método psicanalítico, ao supor que, ao convocar o sujeito para falar de si, algo novo ou uma "luz meridiana" possa surgir na cena e, consequentemente, lançar luz à questão do sofrimento do sujeito. Podemos testemunhar essa assertiva quando Sócrates diz à Górgias porque insiste no diálogo:

> muito embora suspeite o que pensas.... nem por isso deixarei de continuar a perguntar-te o que seja, no teu modo de ver.... por que motivo, então, uma vez que tenho essa suspeita, continuo a interrogar-te, em vez de eu mesmo expor o teu pensamento?.... no interesse do nosso próprio argumento, para que ele avance e se nos patenteie com luz meridiana o assunto em discussão (Ibid., p. 7, grifo nosso).

É oportuno ressaltar que, a esse respeito, Cabas (2009) afirma que o encontro de Freud com Sócrates "fornece um ponto de apoio para definir a formação do analista. Particularmente no que se refere ao manejo da transferência" (p. 161).

Sócrates não ocupa o lugar de analista a todo tempo no diálogo, pois em vários momentos ele faz semblante de nada saber, a fim de que com o próprio saber do mestre, ele possa lhe destituir desse lugar. Desliza, pois, entre o discurso do analista e o discurso da histérica. Todavia, o seu método permite que Sócrates ocupe o lugar de analista ou de suposto saber, sustentando o lugar do vazio, do não saber, e apostando que o saber será produzido no entre do diálogo, posto que, a rigor, o saber está no sujeito.

Em psicanálise é sabido que o analista deve estar do lado do não saber, para que um saber possa ser produzido na contingência de sua prática. Lacan (1955/1998), no artigo *Variantes do tratamento padrão*, questiona: "o que deve saber, na análise, o analista?". E, em seguida, responde: "o que o psicanalista deve saber: ignorar o que ele sabe" (p. 351). Nesse sentido, Lacan novamente segue as trilhas de Freud, quando ele recomenda que cada caso seja tomado como se fosse o primeiro, ou seja, o lugar do analista é o do saber não sabido, nomeado *ignorância douta*.

Percebe-se, ainda, como era de se imaginar, que o método socrático não é todo analítico, haja vista a máxima socrática: “refuta-me ou deixa-te refutar” (Platão, 1980, p. 15). É sabido por todos que o método psicanalítico não consiste em refutar o Outro, mas sim fazer surgir um novo saber. Freud, astutamente, não reproduziu o método socrático, ele se serviu dele para criar um método singular, *sui generis*, um método de investigação do particular, ou seja, o método psicanalítico. Em contrapartida, ao analisarmos o método socrático podemos inferir que ele inspirou Freud na fundação do método psicanalítico, bem como na formalização teórica de alguns conceitos como repetição, sintoma, gozo e supereu.

No que se refere à lógica do método, Sócrates, ao responder à Querefonte e Cálicles que gostaria de saber de Górgias “o que ele é?.... em que consiste a força de sua arte e o que é que ela professa e ensina” (Ibid., p. 1), assinala que deseja saber de Górgias o cerne de sua questão. Em outras palavras, Sócrates vai direto ao ponto, convocando Górgias a responder *che vuoi*?, ou seja, o que é que o Outro quer de mim?, colocando o sujeito e seu desejo no centro do diálogo.

Outro detalhe importante relativo ao método e que está em relevo no discurso de Sócrates é quando afirma para Górgias que, “quanto ao resto da exposição, poderá ficar.... para outra oportunidade” (Ibid., p. 1). Ainda que Sócrates tenha descartado o restante da exposição de Górgias, almejando remover os excessos da retórica, ele esclarece que em outra oportunidade poderá lhe acolher e escutar, indicando um certo manejo na condução do diálogo. Em termos psicanalíticos, poderíamos dizer manejo da transferência.

1.4.2. O método socrático e a noção de Supereu freudiano

Também podemos traçar uma aproximação do princípio da justiça em Socrátes e a noção de supereu em Freud, a título de introduzir outro aspecto presente na posição do pesquisador psicanalista e seu método, a saber, sua não neutralidade e sua busca pelo saber orientado pelo real. De um lado, iremos discutir que, face às imposições idealizadas de verdade, o supereu assinala a impossibilidade de sustentação de um ideal na pesquisa, já que ele conduz ao pior. Em outros termos, ele conduz à cessão da verdade em nome de um regime de poder. Nesse sentido, permite também questionarmos a neutralidade do pesquisador no procedimento investigativo, já que ao ler e interpretar a empiria do mundo, ele

necessariamente toma partido, constrói uma realidade e se engaja na produção de um saber sobre a verdade ali em jogo. Partamos de Freud.

Sócrates introduz o castigo e a punição como purificação, uma vez que “nas piores condições, portanto, vive quem é injusto e não se libertou de sua injustiça” (Ibid., p. 37). Tanto para Socrátes quanto para Freud, guardadas as devidas diferenças acerca das quais trabalharemos a seguir, há um imperativo interno que impulsiona o homem à execução de algumas ações sob a égide do ideal. Segundo Homrich (2008):

> O conceito de superego, que veio ao mundo em 1923 e adquiriu neste momento não só um nome próprio, como também um certificado de origem, uma identidade e um endereço no aparelho psíquico, foi fruto de uma longa gestação, que absorveu aproximadamente 30 anos de trabalho de Freud (p. 15).

O supereu é uma das instâncias estruturantes do aparelho psíquico, juntamente, com o eu e o isso, e está presente nas neuroses e psicoses, diferenciando-se unicamente a intensidade de sua incidência. Essa estrutura é fundada a partir da batalha entre o eu e o isso, no complexo de Édipo, no qual os conflitos entre eu, mundo externo e impulsos do isso provocam o sentimento de culpa. Face a esses conflitos o eu, como uma espécie de mediador, fica à mercê dessa agência julgadora, moral e crítica da mente, o supereu. Daí decorrem os sentimentos exacerbados de culpa inconsciente, autocrítica, autodepreciação e autopunição. A partir de sua ação, os mais normais dos sujeitos praticam delitos e crimes sem motivação, atos expiatórios e sacrifícios para obter castigo e, consequentemente, harmonizar o sentimento de culpa (Homrich, 2008).

Freud (1923/1996) reafirma a natureza severa, cruel, violenta, depreciativa e implacável do supereu:

> do ponto de vista do controle instintual, da moralidade, pode-se dizer do id que ele é totalmente amoral; do ego, que se esforça por ser moral, e do superego que pode ser supermoral e tornar-se tão cruel quanto somente o id pode ser. É notável que quanto mais o homem controla a sua agressividade para o exterior, mais severo – isto é, agressivo – ele se torna em seu ideal do ego.... É como um deslocamento, uma volta contra seu próprio ego. Mas mesmo a moralidade normal e comum possui uma qualidade severamente restritiva, cruelmente proibidora. É disso, em verdade, que surge a concepção de um ser superior que distribui castigos inexoravelmente (pp. 66-67).

Podemos pensar nos crimes do supereu, no qual o sujeito é levado a fazer alguma coisa, que é tomado pelo ato, mas não há escapatória, pois o simbólico não consegue cobrir todo o real. Podemos perfeitamente recuperar essa referência também em Lacan (1950/1998), no texto *Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia*, quando trabalha a noção de crimes do supereu. Nesses crimes, o castigo livra da intemperança e da injustiça.

Para Sócrates, o sujeito age dessa maneira porque existe algo que lhe escapa ao controle, que lhe apraz ou convoca a fazer algo em busca do "fim", que seria "o nosso bem", pela via do prazer e da satisfação. Aqui Freud e Sócrates se diferenciam. Para Freud, a imposição superegóica necessariamente não visa ao bem comum, mas antes a atender a um ideal individual. Vale ressaltar que a retórica, como vimos, é a via do prazer e satisfação. Por isso encontramos resquícios da lógica da satisfação pulsional freudiana nos dizeres de Sócrates: "não queremos degolar ninguém, ou expulsá-lo da cidade, nem despojá-lo de seus bens assim sem mais nem menos; quando isso nos pode ser de alguma utilidade, então queremos fazê-lo; porém se nos for prejudicial, não o queremos. Pois só queremos o bem" (Platão, 1980, p. 22).

Em busca do "bem" ou do "belo", segundo Sócrates, o orador utiliza a retórica como instrumento de rotina para produzir prazer e satisfação, "vindo a ser mais bela ou pelo prazer, ou pela utilidade, ou por esses dois fatores ao mesmo tempo" (Ibid., p. 29). Aqui podemos discutir a posição do pesquisador. Ele não se encontra nem a serviço do bem comum, nem a serviço dos bens utilitários, como o orador estaria. A busca da verdade, em psicanálise, coloca o pesquisador em face do real, não todo recoberto pelo simbólico. Nesse sentido, como o oleiro em torno do vazio produz um vaso, também o pesquisador, despojado do belo e do bem, poderá produzir um novo saber (Lacan, 1959-1960/2008).

Além disso, embora o orador seja compelido a praticar o "bem" que, em última instância resulta em prazer e desprazer ao mesmo tempo, ou seja, em gozo, Sócrates responsabiliza-o por seus atos e consequências:

> para defender-se alguém de alguma falta por si próprio praticada.... é preciso começar cada um por acusar a si mesmo.... não encobrir qualquer falta, mas expô-la à luz do dia, a fim de vir a expiá-la.... tendo em mira exclusivamente o bem e o belo, e sem levar a dor em conta.... sendo sempre o primeiro acusador de si mesmo" (Ibid., p. 37).

Lacan, em 1951, no texto *Intervenção sobre a transferência*, embasado no texto de Freud (1905[1901/1996]), *Fragmento da análise de um caso de histeria*, forja um diálogo de Freud com Dora no qual ela indaga-lhe: “esses fatos estão aí, dizem respeito à realidade, e não a mim mesma. O que o senhor quer mudar nisso aí?”. Percebe-se nitidamente que Dora não se implica em suas escolhas, ela se posiciona como vítima da realidade da qual crê não participar ou não ter escolha. Sendo assim, Freud realiza “uma primeira inversão dialética” ao convocar Dora a falar de si e a se responsabilizar por seus atos e consequências. Nas palavras de Sócrates, a “acusar a si mesmo”: “veja qual é sua própria parte na desordem de que você se queixa” (Lacan, 1951/1998, p. 218). É a questão correlata à posição do analisante que nos ensina a pensar a posição do pesquisador em psicanálise. Ele é responsável pelo que cria.

Sabemos que “essa frase que Lacan coloca na boca de Freud é paradigmática enquanto intervenção que procura fazer com que o sujeito se responsabilize pelas próprias escolhas, ainda que estas sejam inconscientes” (Fontes, Medeiros, Holanda, Maia & Sales, 2009, p. 121). Nesse sentido, com Sócrates poderíamos afirmar “que é preciso começar cada um por acusar a si mesmo” (Platão, 1980, p. 43). Por sua vez, com Freud, poderíamos constatar que a frase “veja qual é sua própria parte na desordem de que você se queixa” tende a deslocar o sujeito de seu circuito pulsional de gozo, colocando-o a trabalho. Esse é o momento da entrada em análise, quando o sujeito começa a falar de si mesmo, a localizar sua participação em seu sofrimento.

E, quanto ao pesquisador, é aí que podemos localizar o ponto de obstáculo a partir do qual sua produção poderá se escrever.

> A proposta que Lacan (em “O saber do analista”) empresta de Nicolau de Cusa, propõe um saber marcado pela impossibilidade de dominar o enigma pulsional. O núcleo oculto passa a ser incluído na produção em vez de se constituir em obstáculo a ser evitado. [...] Por este motivo, a descrição do próprio método psicanalítico terá sempre a marca do impossível e, seu resultado, a marca do contingente (Pinto, 2001, p. 83).

É no ponto da repetição que o discurso do sujeito aparece, o inconsciente insiste até ser escutado. O que insiste nos remete ao inconsciente e ao mesmo tempo à psicanálise em sua ética. O analista calcado na ética da psicanálise que é a mesma e não cessa de dizer a mesma coisa, poderá escutar as pessoas no mundo, tal qual Sócrates o fez, à sua maneira, com o método da maiêutica.

Sócrates, através do diálogo, caminhava pela cidade tentando transmitir seus conhecimentos para os cidadãos gregos. Entretanto, com seu método *sui generis* de fala incisiva e crítica, Sócrates tornou-se perigoso por fazer a juventude ateniense pensar. Como consequência de seu método, foi acudo de corromper a juventude e subverter a ordem social, além de profanar as crenças gregas. Perante a assembleia, Sócrates teve a chance de advogar a seu favor e, posteriormente, de fugir, mas, ele não se defendeu e se viu obrigado a tomar um veneno para suicidar-se. Nos perguntamos por que Sócrates não se defendeu? Segundo Chauí (2000):

> porque, dizia ele, 'se eu me defender, estarei aceitando as acusações, e eu não as aceito. Se eu me defender, o que os juízes vão exigir de mim? Que eu pare de filosofar. Mas eu prefiro a morte a ter que renunciar à Filosofia' (p. 45).

Sócrates profanou mais uma vez e sustentou sua posição, desejo e ética até as últimas consequências e pagou com a própria vida o preço de sua escolha. Tal qual Sócrates o fez, sem abandonar sua ética, seu desejo e seu método, o analista deverá recolher os efeitos e consequências de sua posição no mundo, o que acompanha sua posição de investigador na pesquisa psicanalítica. Profanar aqui não significa o mesmo que abandonar sua ética. Ao contrário, significa ser fiel a ela. Se Sócrates desrespeitou leis da pólis, podemos dizer que não profanou seus princípios filosóficos. Sua filosofia não cessou de dizer aos seus interlocutores a mesma coisa. Dessa forma, a noção de profanação ganha novo sentido, pois implica em uma postura ética, tal qual abaixo exposta.

> Há em comum entre nós, estudiosos da psicanálise, a certeza de que a psicanálise deve estar no mundo, seja como forma de resistência, de insistência, seja "politicamente incorreta" (Brousse, 2003) por contrariar os significantes-mestres da civilização e da ciência. Orientada pelo inconsciente – grande profanador das bases do mundo moderno –, a psicanálise e sua vocação social têm sido cada vez mais necessárias diante da lógica contemporânea do funcionamento social (Guerra, 2011, p. 67).

Diante do exposto, e seguindo os passos de Lacan (1950/1998), podemos concluir que encontramos em *Górgias* de Platão os traços e a base de uma leitura inspiradora para pensar a fundamentação do método psicanalítico.

Finalmente concluímos, acreditando que com essa investigação e teorização poderemos avançar um passo a mais na formalização e construção teórica da nossa prática, assim como da psicanálise, na medida em que retornamos à suas origens e influências balizadoras de sua ética, para nortear e fomentar uma práxis baseada em sua ética. O campo

de atuação do analista, hoje, não é mais o mesmo, pois, o analista é convocado pelo mundo a dar resposta do mal-estar do sujeito, esteja ele nos consultórios ou no social. Apesar disso, faremos ecoar novamente a voz de Sócrates, pois, a ética da psicanálise "diz sempre a mesma coisa" (Platão, 1980, p. 38).

1.5. Fragmento de caso: os detalhes e os traços do caso Bela

Aprendemos com Freud a importância de se fazer uma clínica que interrogue sua prática colocando à prova sua formalização teórica. Foi a partir de hipóteses, verificações, evoluções e, sobretudo, ao não abster-se em apontar seus equívocos e retificações que Freud alçou a psicanálise à categoria de ciência.

Seguindo as marcas deixadas pela transmissão de Freud, discutiremos o caso da jovem Bela, não por atestar a eficácia da psicanálise e a confirmação de seus pressupostos teóricos, mas sim por ser um caso que interroga a teoria. Nesse sentido, o caso Bela se faz um caso paradigmático.

Bela[6] é o nome fictício da jovem que foi atendida no contexto institucional do *Se Liga*. No *Se Liga atendimento*[7]é a

> modalidade de intervenção crucial para a formação do vínculo com o Programa, o atendimento visa acolher o adolescente e suas expectativas em relação ao *Se Liga*, constituindo-se como espaço para trabalhar as questões que emergem após o cumprimento da medida socioeducativa. Trata-se primordialmente de um momento de escuta ao adolescente, possibilitando a construção do modo de acompanhamento a ser desenvolvido. Logo, os atendimentos têm como ponto de partida localizar a função do *Se Liga* para a vida do adolescente, subsidiando encaminhamentos e articulações necessários e propícios em cada caso (Suase, 2012, p. 17).

Casos, como o de Bela, nos dão a impressão de trabalhar no limite, de estar a todo tempo à beira do precipício, mas são possíveis, desde que consigamos acompanhar o sujeito e ler sua trajetória. O caso durou um ano e seis meses, com significativo reposicionamento

---

[6] As informações do caso são oriundas de anotações rascunhadas pelo analista em sua prática.

[7] No terceiro capítulo discutiremos o espaço do atendimento e seus efeitos.

de Bela no laço social. Verificaremos como foi possível para Bela negociar, por conta própria, os (des)enlaces que estabelece com Outro, após o cumprimento da medida socioeducativa.

Bela é uma jovem homossexual, de 17 anos, que se sente abandonada pela mãe. Influenciada por ela, que fazia uso abusivo de álcool, inicia o uso de álcool aos 12 anos e, assim como a mãe, passa fazer uso excessivo aos 18 anos. A atuação infracional surge aos 14 anos, sob efeito de álcool e cocaína. Desde então, o sentir-se abandonada, o uso de drogas, sobretudo, o álcool, e as atuações infracionais, não cessam de se repetir em sua história.

Ela cumpriu diversas medidas socioeducativas (MSE) por roubo, porte de droga e tentativa de homicídio contra o padrasto. No *Se Liga* insiste com pequenas atuações infracionais, no uso de álcool, e abandona, em série, as propostas da instituição, mesmo quando demandadas por ela. Ao analista, Bela indica as marcas de sua divisão subjetiva, através dos significantes *"ficar" com a mãe ou "ir"* presa, pois no momento da atuação infracional há, para ela, somente essas duas opções.

O que estava em questão nesse jogo de "ficar" ou "ir"? Bela dizia não saber porque sua amiga frequentava, várias vezes ao dia, o supermercado onde haviam furtado objetos, mas essa identificação histérica não passou despercebida ao analista e lhe possibilitou formular uma questão sobre suas atuações infracionais ao indagar: *"o que deseja praticando atos infracionais?"*. Pergunta aparentemente simples e possivelmente realizada durante a MSE, teve efeito de corte e intervenção nas repetidas atuações de Bela, possibilitando-a tempo para *"pensar"*, pois *"nunca parei para pensar nisso"* e *"compreender"* que *"estava buscando ficar presa.... tava a fim de rodar[8]"*.

Claramente há algo que não cessava de tentar se escrever, o sintoma repete, incessantemente, o seu sofrimento. Ao invés da palavra, Bela encontra em sua atuação, em seu *acting out*, o sentido de fala, no endereçamento selvagem de uma mensagem destinada a provocar um efeito no Outro. Mas qual seria a motivação de seu ato? O que ele nos diz em

[8] Rodar é uma expressão muito utilizada pelos adolescentes em conflito com a lei, e que significa ser apreendido ou acautelado. A expressão rodar também é utilizada, entre os adolescente acautelados, como sinônimo de "cair", "perder".

sua mensagem? Afinal de contas nos diz Lacan (1955/2010): “uma carta sempre chega ao seu destino” (p. 278).

Indignada, Bela fantasia que sua mãe lhe trocou pelo álcool, lhe privando de seus cuidados e desejo, uma vez que *"ela me abandonou.... se me desse mais atenção, eu não ia ser assim"*. Apesar de *"abandonada"*, Bela não *"abandona"*, não deixa cair o objeto de sua causa de desejo e que a enlaça à mãe, o álcool. Utiliza-se dele para endereçar-lhe suas atuações infracionais: *"eu fazia até minha mãe descobrir, aí perdia a graça"*. Portanto, diante do encontro com o real da impossibilidade da relação sexual, do encontro pleno com a mãe, da incompletude dessa relação e da castração evidenciada no abandono, Bela faz diversos apelos ao amor e ao acolhimento da mãe.

O analista teve pouquíssimos encontros com a mãe de Bela, pois a jovem advertia: *“acho bom você não conhecer minha mãe.... minha mãe é doidona.... ela toma remédio de tarja preta”*. Sua mãe tentou ser presente no *Se Liga*, mas quando ela se aproxima, Bela se distancia e enuncia o mal estar na relação: *“eu e minha mãe dá certo separado”*. E destaca que a relação muda quando “*uma não invade o espaço da outra”*. As seguidas discussões e brigas com a mãe a impulsionam a atuar: *"às vezes era melhor ficar presa do que ficar com a minha mãe”*. Finalmente, Bela apresenta o detalhe que faltava na construção que fazemos aqui O detalhe é que, obviamente, há sob o enunciado *"prefiro ficar presa"*, uma enunciação orientadora, pois, *"preciso separar-me de minha mãe"*.

A princípio poderíamos interpretar esse enigma como uma tentativa, um recurso utilizado pela jovem para se desenlaçar de sua mãe, ainda que no real. Entretanto, o enunciado *"prefiro ficar presa"* nos permite fazer uma torção moebiana, na qual o resultado será a queda Nas palavras de Bela será *“rodar”*, *“cair”* ou *“perder”*, de um lado, o *objeto a* e, de outro, o sujeito, enlaçado ao objeto. Com esse recurso da banda de moebius, que iremos discutir no último capítulo, hipotetizamos que o sujeito não responde somente em um único plano, mas sim, em um plano subjetivo do inconsciente e político do mundo ao mesmo tempo (Guerra & Martins, 2013).

Prosseguindo nessa lógica, partimos da premissa de que todo ato que conta é transgressão, pois não há ato verdadeiro que não comporte uma ultrapassagem de uma lei ou de um conjunto simbólico que ele infringe. O detalhe reside no fato de que é justamente a

infração, nesse ato, que permite ao sujeito remanejar sua condição e se reposicionar no laço com o Outro ao apresentar o seu desejo.

Portanto, concluímos que o ato (des)enlaça, ou seja, enlaça e desenlaça ao mesmo tempo o sujeito no laço com o Outro. Respondendo ao mesmo tempo, no plano político e subjetivo com seu ato, sempre infrator, Bela rompe em uma certa medida com o Outro, mas ao mesmo tempo ele lhe permite se reposicionar no campo do Outro apresentando seu desejo, ou seja, apresentando-se como sujeito.

As brigas e discussões com sua mãe sempre estão associadas ao uso de bebidas seguidas de agressões verbais: *"você não presta.... eu tenho Mara [irmã de Bela]"*, diz sua mãe. Nessa cena especificamente, Bela não encontra significantes que possam nomear o seu sofrimento. Então, passa ao ato ao deixar-se cair, identificada ao *objeto a*, ao lugar de resto, dejeto da relação. Ela se lança para fora da cena *"aí o pau torou, quebrou.... fui com tudo"*. As cicatrizes dessa relação estão marcadas não somente em seu corpo: *"nunca vou esquecer.... todas com minha mãe, todas na mesma janela e todas fui eu quem fiz"*.

Após o ato, Bela ressurge na cena e cifra seu ato: *"eu já estava lá demais"*, pois *"ainda prefiro a casa da minha mãe.... saí de casa para ser independente.... não adiantou"*. Visivelmente, a mãe de Bela é frágil, não consegue fazer operar essa separação que é simbólica, ao solicitar a presença da polícia ou a internação para que a filha fosse contida no real. Apesar de todos os enlaces e desenlaces produzidos na relação com a mãe, na medida em que, após a intervenção policial e do seu retorno do hospital, ela fica na casa da mãe sob seus cuidados, Bela indica para a outra ponta do laço: *"agora eu corro atrás"*.

Na tentativa em ato de operar uma separação ou uma aproximação, ou mais precisamente as duas coisas ao mesmo tempo, Bela introduz uma nova possibilidade de enlaçamento *"ficar na rua"*, não mais presa ou à mãe ou à MSE, indicando uma nova ponta do laço e acenando para a produção de um novo nome para o Outro social, nomeado por ela como *"rua"*. Na rua, fez curso: *"foi o primeiro que não abandonei"*, destacando o valor simbólico desse ato face ao Outro materno. Assim, ela introduz aqui o significante que marca o seu *"fazer-se abandonar"* face ao Outro, seja ele curso, escola, trabalho ou tratamento de saúde. Tratava-se, de fato, da resposta à demanda invertida do Outro materno, encarnada no abandono. Para aplacar o mal estar produzido pelo abandono, Bela apresenta um sintoma no qual inverte a regra do jogo e responde, ao invés de ser abandonada, abandonando o outro.

O fazer-se abandonar não é, senão, a mostra da divisão do sujeito em seu sintoma, ou nessa posição de *objeto a* que está identificada. Essa posição na fantasia histérica funciona no sentido de barrar o Outro, de castrá-lo deixando-o faltoso.

É sob efeito de drogas, especialmente álcool que Bela roubava, assaltava e tentava suicídio, tomando os remédios da mãe. Bela se justifica *"falta de cuidado.... por isso que é tudo com ela"*. São evidentes os traços de identificação com a mãe: tomar remédios da mãe e fazer uso abusivo do álcool. A identificação é a mais remota expressão de um laço emocional com outra pessoa e esse processo oriundo do complexo de édipo acontece desta forma:

> suponhamos que uma menininha.... desenvolve o mesmo penoso sintoma que sua mãe, a mesma tosse atormentadora.... o sintoma pode ser o mesmo que o da pessoa que é amada; assim, por exemplo, Dora imitava a tosse do pai. Nesse caso, só podemos descrever o estado de coisas dizendo que a identificação apareceu no lugar da escolha de objeto e que a escolha de objeto regrediu para a identificação (Freud 1921/1996, p. 116).

Em outra cena[9] ela identifica-se à figura masculina, encarnada pelo rapaz que namorou durante quatro anos, porque *"minha mãe gostava muito dele"*. Na época em que namorou esse rapaz, com 13 anos, a sua relação com a mãe era satisfatória, não somente por esse fato, mas também por fazerem uso de álcool juntas. Porém, algo falha e cai dessa relação no momento em que Bela assume para a mãe que *"gosto de mulher"*. Nessa primeira cena, Bela identificada ao namorado, visa ser o objeto de desejo do Outro. Nesse sentido, o sintoma da homossexualidade com traços masculinos é constituído nessa identificação com o rapaz desejado pela mãe e que, por isso, tornou-se seu namorado.

Diante da ameaça da mãe em interná-la para realizar tratamento de uso abusivo de álcool e drogas, Bela compreende que: *"posso estar pedindo isso sem eu saber"*. Como efeito, novamente, em vez de realizar uma *Interna-Ação*, conforme sugeriu sua mãe, ela produz uma saída singular, uma saída inédita para sua questão: *"veja se tem vaga no CMT[10]"*. O CMT não fugiu à sua lógica em fazer-se abandonar e o tratamento foi interrompido,

---

[9] A cena pode ser entendida como uma estrutura de ficção no qual estão presentes o objeto, o sujeito e o Outro. Dela, o sujeito pode fazer surgir no mundo o que não pode ser dito.

[10] Centro Mineiro de Toxicomania de Minas Gerais.

insistentemente. Entretanto, Bela coloca em ato, em uma transferência selvagem, seu sintoma. Houve *"um abandono"* diz Bela à analista do CMT, se referindo ao motivo da interrupção do tratamento pela 3ª vez.

Apesar das interrupções no tratamento, Bela indica o caminho *"se marcar[11]', esse problema será resolvido"*. Poderíamos ler de outro modo essa marca: se fizer marca o significante, se capturarmos seu traço ou suas cicatrizes, digamos assim, podemos abrir novo campo de intervenção/interpretação. Na modalidade de tratamento permanência-dia no CMT, Bela reage bem. *"Tô legal (..) não tô bebendo"*. Todavia, o laço estabelecido com o CMT, ainda é frágil: *"não é como você, ela não me entende"*. Ainda que toda comunicação seja marcada pelo mal entendido, pelo hiato entre *eu* e *mim* ou entre *eu* e *Outro*, essa frase assinala o índice transferencial a ser considerado na condução do caso. Assim, para entendê-la, a analista do CMT terá que escutar o detalhe de seu *acting out*, no qual endereça-lhe em ato uma transferência selvagem de tratamento, marcando o que podemos supor o ato de entrada em análise no dispositivo do CMT. A transferência aqui é selvagem, porque ela não coloca em palavras o traço que marca sua questão, ela simplesmente, atua. Ela abandona o tratamento sucessivas vezes e em seu retorno faz um *acting out* endereçada à analista de forma selvagem, uma mensagem destinada a provocar-lhe um efeito: *"aconteceu um abandono"*. Percebam que Bela, ao invés de falar de seu *"abandono"*, ela atua, ela encena o *"abandono"* ao fazer-se abandonada. Nota-se que aconteceu *"um abandono"*, o que nos faz pensar, acompanhando Viganò (2010), que há, nesse momento, um ato, um corte, a marca de um antes e um depois:

> não se pode interpretá-la nem lhe dar um sentido; é suficiente notar que aconteceu alguma coisa – esse paciente fez um ato. Durante três meses, ele vinha todos os dias e não era um ato; um dia não vem, aquilo é um ato. É importante registrar isso e fazer notar.... Não nos interessa saber por que ele não veio; o importante é notar que houve um ato, uma mudança (p. 125).

No momento de concluir, sempre precipitado, Bela rompe com a prática infracional e convida a mãe, que não mais faz uso de álcool, para acompanhá-la às reuniões dos Alcoólicos Anônimos. Tudo isso foi possível e construído, a partir do encontro de Bela com um analista, possibilitando-a experimentar "o vacilo de seu ponto de fixação fantasmático", a partir "desses giros que o sujeito faz pelos seus pontos de sofrimento, ou pelos seus pontos

---

[11] Marcar significa esperar ou aguardar, é também, muito usual entre os adolescentes em conflito com a lei.

de fixação pulsional, ele é, de algum modo completo em si mesmo, comporta em si mesmo a própria lógica do processo" (Rosa, 2007, p. 29).

1.6. Discussão

Diante do exposto, conclui-se que a psicanálise aplicada pode operar nesses casos de atuação infracional e "encontrar em um ato seu sentido de fala" (Brodsky, 2004, p. 16). Pode agregar valor à construção do caso clínico nas Instituições em que o sujeito se apresenta por seu ato, sendo sua entrada na Instituição concebida e autorizada por seu ato fora da lei. Mais do que isso tudo, o maior ganho reside no fato de possibilitar ao sujeito se reposicionar frente ao seu modo de gozo, prescindindo assim, nesse caso, da atuação infracional.

Esse caso incita reflexões e desafios, sobretudo pelas circunstâncias particulares que pouco remetem à tradição psicanalítica ou ao *setting* analítico[12], no qual o analisante vai por si mesmo ao consultório, disposto a pagar por isso, e demanda pela palavra seu tratamento ou melhora de seus sintomas. Conforme mencionado anteriormente, é no contexto institucional do *Se Liga*, que Bela escolhe voluntariamente participar de um atendimento, mas sua demanda para fazer do atendimento um espaço no qual ela pudesse, minimamente, tratar os seus sintomas e se reposicionar no laço com o Outro, foi apresentada via *acting out* e/ou passagem ao ato[13].

Portanto, é nesse contexto institucional, associado ao Estado e em alguma medida à Justiça, que o analista faz uma escuta clínica do sujeito. São inúmeros os atravessamentos que põem à prova essa prática analítica: a adolescência, o uso e o tráfico de drogas, as

---

[12] "Lacan é claro ao apontar que a psicanálise em intensão não faz mais que preparar operadores para que a psicanálise intervenha no mundo enquanto psicanálise em extensão, ou enquanto tudo o que resume sua presença na civilização" (Guerra, ano, p. tal). A psicanálise em extensão, aqui aplicada a um dispositivo socioeducativo, remete aos fundamentos da práxis psicanalítica, mas se difere, na forma, de seu *setting clássico*. Dado o recorte dessa dissertação, optamos por não enveredar pela diferenciação entre ambas nesse trabalho, sugerindo ao leitor conhecer o texto lacaniano "Proposição de 9 de Outubro sobre o psicanalista na escola" (2003) para esse fim.

[13] No próximo capítulo trataremos sobre a noção de ato e seus desdobramentos como *acting out* e passagem ao ato.

condições socioeconômicas, o ato infracional, o discurso institucional, a oferta de inserção educacional, profissionalização, cultura e lazer, sem demanda prévia. Tais impasses evidenciam a dimensão clínica política dessa prática analítica (Rosa *et al*, 2013). Apesar do exposto, constatamos os efeitos do encontro de Bela com um analista, no qual sob transferência deslocamos suas posições enunciativas, desmascarando o sujeito do real e provocando cortes em seu modo de gozo.

A partir de nosso diálogo com Sócrates, Freud, Lacan e com Dumézil, fizemos do dispositivo, "o traço do caso", a nossa "psicopatologia da prática cotidiana" (Dumézil, 1989, p. 90). Assim sendo, na apresentação e discussão de fragmentos do caso Bela, nos servimos desse dispositivo e o tomamos como método para investigar, extrair e discutir os detalhes e as marcas do caso, bem como seus efeitos no movimento de Bela (des)atar sua presença no laço social.

Lacan e Freud nos ensinam que a experiência do ser humano emerge na relação com o Outro. Na experiência de satisfação originária, aprendemos com Freud (1950[1895]/1996), através do seu conceito de demanda, que até mesmo as necessidades básicas do sujeito estão investidas libidinalmente de uma mensagem, de um chamado, em última instância, um apelo ao Outro. Com Lacan, descobrimos que o objeto não é apenas aquele que pode dar satisfação, mas também, aquilo que se pode ser para o Outro, a saber, o falo, o objeto de amor e cuidado do Outro, o único objeto capaz de preencher a falta do Outro. Todavia, urge a separação desse lugar de objeto e, para tanto, se faz necessário que o sujeito consinta com a castração, com a extração e a perda indelével do objeto. Portanto, é da perda fundamental, da incompletude e de sua condição de falta-a-ser que o sujeito é inscrito na dialética do desejo e da demanda para formular uma resposta à questão *che vuoi*, ou seja, o que é que o Outro quer de mim?

Há que se considerar, portanto, a posição que o sujeito ocupa na relação com o Outro para a operação clínica com a psicanálise acontecer. O lugar do qual o sujeito irá responder à questão – o que é que o Outro quer de mim – testa sua castração ou divisão. Caso o sujeito responda à essa questão colocando-se na posição de objeto de gozo do Outro, oferecendo seu corpo como palco de gozo do Outro, que adquire consistência ao saber tudo sobre sua verdade, estaríamos indicados por um diagnóstico de psicose, por uma não extração do objeto, ou seja, não houve a castração. Por outro lado, caso o sujeito responda pela fantasia a este enigma do desejo obscuro do Outro, que perde consistência de gozo, então, falamos

de neurose, da divisão do sujeito, da castração e da dialetização possível na relação com o Outro barrado pela castração.

No capítulo seguinte discutiremos a noção de ato e seus desdobramentos para o adolescente em conflito com a lei e a implicação dessa ferramenta como instrumento facilitador ou como chave de leitura para a forma desses adolescentes se apresentarem no campo do Outro. Em seguida, ainda no capítulo dois, articularemos o ato à banda de moebius para hipotetizarmos que o sujeito responde ao mesmo tempo no plano político e subjetivo, e que, após o ato, ele pode retornar ao mesmo momento, mas nunca da mesma maneira, pois, após o ato que marca um antes e um depois, nunca mais o sujeito será o mesmo.

No último capítulo discutiremos a nossa prática, a prática do analista que faz operar uma torção, com seu desejo, com seu ato analítico, que permite ao sujeito através de seu ato se reposicionar e, muitas vezes, se posicionar enquanto sujeito, com seu ato fora da lei. Esse ato marca a sua posição desejante, o que lhe permite se reposicionar no campo do Outro de uma forma mais razoável, seja do ponto de vista subjetivo, seja social. Essa é nossa aposta.

2. O ATO

O ato infracional frequentemente apresenta-se como resposta ao embaraço do sujeito adolescente frente à puberdade e ao que ela lhe causa. Para pensar o movimento do adolescente em atar e desatar sua presença no laço social, através do ato infrator, utilizamos os conceitos psicanalíticos ato, *acting out* e passagem ao ato, considerando a clínica do ato estabelecida por Lacan. Nesse capítulo, portanto, iremos partir da análise do estatuto do ato em psicanálise, para em seguida discutir com o recurso topológico da banda de Moebius, o movimento do sujeito em atar e desatar sua presença no laço social.

2.1. Estatuto do ato

Em psicanálise, o ato não se reduz a uma simples ação, pois há uma hiância entre o ato e o fazer. Então, o que distingue um ato de uma ação?

No seminário *O ato psicanalítico*, Lacan (1967-1968/2009) afirma que "não podemos situar o ato nesta referência, nem à motricidade nem à descarga" (p. 7), ou seja, não podemos localizar o ato no sentido de movimento. Há ação no começo de todo ato, uma vez que não poderia haver início sem ação, mas isso não configura um ato para o psicanalista francês. Ainda nesse seminário, Lacan (1967-1968/2009) exemplifica a diferença: "se posso caminhar aqui de um lado para outro, falando a vocês, isso não constitui um ato, mas se um dia ultrapassar um certo limiar onde me coloque fora da lei, esse dia minha motricidade terá valor de ato" (p. 8).

Em 1967-1968, Lacan, no seminário *O ato psicanalítico*, dedica-se ao psicanalista e à elucubração do fazer clínico no qual, em última instância, o que está em jogo é a relação do psicanalista com o ato. Nesse seminário pode-se extrair as três dimensões do ato: 1) a clínica do ato (ato, passagem ao ato, *acting out*, angústia e ato verdadeiro); 2) o ato analítico (ponto de mudança de posição, no qual o sujeito passa de analisante à analista e o ato do analista na sessão, digo, a interpretação, a pontuação e o corte); 3) o ato de Lacan (ato de fundação da Escola) (Brodsky, 2004). Todavia, nesta pesquisa, será privilegiada a clínica do ato e o ato analítico para pensar e discutir o estatuto do ato em psicanálise e a dimensão do dizer no ato infracional praticado por sujeitos adolescentes em que o aspecto sintomático se

faz pela via do *acting out* e/ou da passagem ao ato, em outros termos, pelo ato infracional. Além disso, verificaremos qual é a operação clínica do analista com esses sujeitos, pois mesmo que o ato prescinda da palavra, há sempre algo para se dizer do ato.

Para definir o ato, Lacan evoca o episódio histórico no qual o general Caio Júlio César atravessa o rio Rubicão. Mas o que faz da ação de atravessar um rio, um ato? O general e estadista romano, Caio Júlio César, em 50 a.C., atravessou com seu exército o rio Rubicão – ele demarca a fronteira entre Gália Cisalpina e a Itália. A lei romana é clara: será considerado criminoso e expulso da República quem atravessar o rio. César resolveu voltar à cidade, mas uma vez atravessado o Rubicão, não há retorno. Ou ele e seus soldados tomavam Roma ou morreriam (Brodsky, 2004).

Nessa travessia, três aspectos estão intrinsecamente presentes no ato: (1) inscrição em algum lugar, o correlato de significante; (2) caráter inaugural, que funda uma experiência; e (3) sentido de atravessamento. Às três dimensões destacadas por Brodsky (2004), acrescentamos uma quarta, tal qual proposta por Lacan, como veremos, a de se suscitar um novo desejo. Nesse sentido,

> o ato é inaugural, algo, nele, toma valor de signo de um atravessamento, de algo que suscita um novo desejo.... Seu valor reside, justamente, na transgressão da lei, em ir além do limite, conseqüentemente na inscrição, na fundação do novo. Além de inaugural, é atravessamento, não de um rio, mas de algo que toma o valor de signo. Algo que marca um antes e um depois, após o ato o que era de um jeito passa a ser de outro (Zanotti, 2006, p. 128).

Brodsky (2004) acrescenta ainda que "após sua realização o sujeito não é mais o mesmo: entrou como César e saiu como subversivo (essa é uma leitura possível), como aquele que rompe com as leis da cidade" (p. 50). Portanto, cruzar o proibido Rubicão não exigiu grande movimento corporal de Júlio César, bastou que ele erguesse seu pé e saltasse para cruzar o rio. É nesse sentido que Lacan (1966-1967/2008), no seminário *A lógica da fantasia* afirma:

> ultrapassar o Rubicão. Pode se fazer isso... sozinho: basta tomar o trem para Saraceno em uma boa direção e uma vez que estejam no trem, vocês não podem mais nada, ultrapassarão o Rubicão. Mas isso não é um ato. Também não é um ato quando ultrapassarem o Rubicão pensando em César, é a imitação do ato de César (p. 205).

Pois bem, se ultrapassar o Rubicão não é um ato tal qual o de César o foi, qual é o estatuto do ato em psicanálise? No seminário *O ato psicanalítico*, Lacan (1967-1968/2009) dedica-se a formalizar o estatuto do ato em psicanálise nestes termos:

1) Inscrição em algum lugar, o correlato de significante: É o ato de fundação, o ato de nascimento, de casamento e cerimônia, por exemplo, é "constitutiva de todo ato, a saber: sua dimensão significante" (p. 80).

O ato de fundação do sujeito e da civilização está presente em Freud (1913[1912-1913]/1996), no texto *Totem e Tabu*. Tomando a frase de Goethe, em Fausto, "no princípio foi ato" (p. 162), Freud faz uma narrativa ficcional do mito enunciado em Totem e Tabu. Nessa narrativa impera a lei do mais forte, em tempos primórdios nos quais os homens agrupados em bandos se submetem à força de “um pai violento e ciumento que guarda todas as fêmeas para si próprio e expulsa os filhos à medida que crescem” (p. 145). Todavia, “certo dia, os irmãos que tinham sido expulsos retornam juntos, matam e devoram o pai, colocando assim um fim à horda patriarcal” (p. 145). Esse crime inaugural do parricídio e da cerimônia antropofágica que se sucede a ele, engendra a vida civilizada estruturada pela linguagem, lei e laços sociais, em linhas gerais, a cultura e seus desdobramentos como a moral, o direito, a política e a religião. Em certo sentido, além disso, Freud inaugura os pressupostos teóricos da psicanálise acerca do inconsciente e do complexo de Édipo, em eixos científicos.

Freud (1913[1912-1913]/1996) marca, através do Complexo de Édipo, o instante em que o sujeito é fundado, a partir de sua divisão subjetiva, decorrente da proibição do incesto:

> os desejos sexuais não unem os homens, mas os dividem. Embora os irmãos se tivessem reunidos em grupo para derrotar o pai, todos eram rivais uns dos outros em relação às mulheres. Cada um queria, como o pai, ter todas as mulheres para si.... Criaram assim, do sentimento de culpa filial, os dois tabus fundamentais do totemismo, que, por essa própria razão, correspondem inevitavelmente aos dois desejos reprimidos do complexo de Édipo. Quem quer que infringisse esse[s] tabus tornava-se culpado dos dois únicos crimes pelos quais a sociedade primitiva se interessava[14] (p. 147).

Lacan (1967-1968/2009), no seminário *O ato psicanalítico*, corrobora essa ideia e destaca que "um ato é ligado à determinação do começo, e muito especialmente, ali onde há a necessidade de fazer um, precisamente porque não existe.... *uma vez realizado esse efeito de divisão, algo pode ser seu retorno, pode haver re-ato*" (p. 78 e 234, grifo nosso). É nesse sentido que se faz necessária a lei simbólica, a lei do Outro. Para que se possa transgredi-la

[14] 'O homicídio e o incesto ou transgressões de tipo semelhante contra as leis sagradas do sangue são, nas sociedades primitivas, os únicos crimes de que a comunidade, como tal, toma conhecimento.' (Smith, 1894, 419).

e retraça-la deve-se partir de um traço, de um limiar, pois não há ato de outro modo. Essa é a dimensão significante presente em todo ato.

2) Caráter inaugural que funda uma experiência: Em *Totem e Tabu*, o ato parricida dos filhos em relação ao pai assentou toda a civilização em torno da moral, da lei e da razão. Antes o grupo vivia numa horda desordenada regida pelo gozo ilimitado do pai da horda. Não havia partilha, acesso aos bens e às mulheres. Todavia, a partir do assassinato desse pai toda a lógica da estrutura daquela sociedade tribal se estrutura e se modifica. A fim de viverem juntos, todos os irmãos, cúmplices do mesmo crime, se reconhecem uns aos outros como iguais. Eles renunciaram às mulheres que desejavam e instituíram a lei contra o incesto, fundando a coletividade.

Nesse sentido, Lacan (1967-1968/2009) afirma que: "o ato constitua um verdadeiro começo.... Atrás dele, outros se perfilam" (p. 80). Tomemos como exemplo o ato fundador da democracia francesa, *jeu de paume* – o juramento que fizeram os deputados do terceiro estado francês, de não se separarem sem terem dado uma constituição à França, em 20 de junho de 1789. O celebre juramento do *jeu de paume* marca um antes e depois de 20 de junho de 1789 ao constituir a origem da separação dos poderes e da soberania nacional. Além disso, desse ato surgiu a assembleia nacional constituinte que votou e aprovou a abolição do feudalismo e da declaração dos direitos do homem e do cidadão, em agosto de 1789.

Antes desse ato, a França era governada pela monarquia de direito divino de Luís XVI, na qual sua legitimidade era calcada na sucessão de reis. A monarquia era dividida em nobreza, clero e o Terceiro Estado, mas não possuíam poder legislativo, somente representantes. Os deputados do Terceiro Estado almejaram reformas no sistema tributário do reino, bem como reformas políticas. Em retaliação, o rei empenhou-se em extinguir os Estados Gerais, pois eles ambicionavam limitar seu poder, impedindo a entrada dos deputados na "*la salle des Menus Plaisirs à Versailles*", na sala das sessões onde se reuniam os membros dos Estados. Sendo assim, a poucos passos da sede da monarquia e do palácio de Versalhes, ao encontrar as portas fechadas os deputados se dirigiram a um ginásio onde se praticava o jogo de péla[15] e realizaram o ato de fundação da democracia francesa no juramento do *jeu de paume*: "juramos não separarmos nunca e reunirmos em todos os

[15] O jogo de péla é uma espécie de tênis de quadra.

momentos onde as circunstâncias exigirem, até que a Constituição do reino esteja estabelecida e apoiada em sólidos fundamentos".

Depois de 20 de junho, os deputados tornaram-se eleitos democraticamente pelo povo e restringiram o poder do rei ao afirmarem que a lei serve a todos. Em última instância, o *jeu de paume* inaugura a Revolução Francesa.

3) Ultrapassamento de uma Lei, que marca um antes e um depois: O atravessamento do Rubicão é paradigmático no seminário de Lacan (1967-1968/2009), *O ato psicanalítico*, pois, é um ultrapassamento de um certo limiar onde Júlio César se pôs fora da lei. É nesse sentido que um ato se mede por suas coordenadas simbólicas. É simplesmente o fato de o rio Rubicão ser o limítrofe entre dois países o que permite dizer que César entrou para a história por atravessá-lo. Ao atravessar o rio, Júlio César não é mais o mesmo, passou de soldado da República à rebelde, pois se tornou inimigo da Itália, aquele que desafia as leis da República, indo para além das coordenadas simbólicas que ditavam as leis da época. Logicamente, isso não é sem efeito na vida de César, uma vez que a sua relação com o Outro não mais será a mesma, entrou como César e saiu como criminoso (Brodsky, 2004).

É nesse sentido que Brodsky (2004) destaca as coordenadas simbólicas do ato em sua relação com o Outro, pois:

> para ultrapassar das leis, devemos tê-las no horizonte, devemos situar o Outro e ir além dele. Isso permite pressupor que o Outro sempre acompanha a dimensão do ato, precisamente para que se vá além dele. Não há ato sem o Outro. O exemplo de César o mostra (p. 17).

4) Suscita um novo desejo: Um ato, com seu valor de mudança de rumo num destino, repercute através dos tempos. É o momento de tomada de decisão crucial, no qual, a partir do corte que marca um antes e um depois, emerge um novo desejo. Portanto, o sujeito após o ato poderá renascer, mas não da mesma maneira, ele não é o mesmo que antes. É, nesse sentido que o desejo apresenta-se como novo, fruto de uma nova divisão.

Em Freud, encontramos a origem do desejo na relação com o Outro, decantada por Lacan através da diferença entre necessidade, demanda e desejo[16]. No *Projeto para uma*

[16] "Lacan construiu e tornou clássica, pelo menos no Campo freudiano, a tripartição: necessidade, demanda e desejo. A necessidade, supostamente natural, conhece uma transmutação simbólica pelo fato de o objeto de uma demanda, classicamente endereçada à mãe – vejam o *Seminário IV* -, tenho fome, tenho sede, e até mesmo o simples grito endereçado ao outro, vir a ser simbolizado. Mas, terceiro tempo: a demanda deixa

psicologia científica, Freud (1950[1895]/1996) propõe um objeto impossível para o desejo, uma vez que ele foi perdido para sempre na satisfação originária, não sendo por isso possível de se reeditar essa experiência. Para ele, a condição para pertencer à espécie humana é de ser amparado por um adulto próximo ou uma ajuda alheia, que execute a ação específica necessária à sobrevivência do ser humano. Ele denominou essa dependência do Outro[17] como: "desamparo inicial dos seres humanos", ou seja, a condição de desamparo fundamental (p. 370).

A criança experimenta a condição de desamparo fundamental ao nascer. A fome provoca tensão no aparelho psíquico e, por isso, o bebê busca a descarga motora dessa tensão através do choro. Contudo, o choro não alivia a tensão. O que proporciona a descarga dessa tensão é uma ação específica de um adulto eliminando o estímulo da fome, o que faz o bebê sentir um alívio, uma experiência intensa de satisfação. Essa experiência deixa um traço de lembrança, um traço mnésico, sendo assim, "a totalidade do evento constitui então a experiência de satisfação", logo, a experiência de satisfação originária.

O estímulo endógeno da fome fará com que a criança repita a descarga motora, através do choro, que é novamente atendido pelo Outro. Entretanto, a primeira vivência de prazer jamais será reencontrada em sua integralidade, a satisfação originária, nunca mais será repetida, haja vista que o traço mnêmico é único. Portanto, jamais será encontrado, ainda que o bebê na busca dos objetos de satisfação alucine esses objetos, ele não alcançará a satisfação. A descarga motora, nesse sentido, transforma-se em pedido, em apelo ou demanda. Por sua vez, o desejo é a moção na tentativa de reestabelecer a situação da satisfação originária (Freud, 1950[1895]/1996).

De acordo com Viola (2009):

> o objeto não está mais no seio, nem na mãe, nem no leite. Também não está nos lábios do bebê. Essa saída de cena do objeto é responsável pela fundação do desejo, que passa a conduzir o sujeito incessantemente à tentativa de alcançar o objeto para sempre perdido e a tão almejada satisfação. Na ausência desse objeto,

---

sempre um resto, inapreensível, que corre entre as palavras, a metonímia do discurso, que Lacan batizou de desejo. O desejo, classicamente metonímico, inapreensível, é o furão que escorrega, que faz labirinto" (Miller, 2008a, p. 33).

[17] O termo Outro, escrito com maiúscula, é um recurso da psicanálise para nomear aquele que fornece à criança a palavra, o significante, em outros termos é aquele que acolhe e oferta o leite, a mamada, assim como, o olhar.

> a satisfação do desejo é impossível, e é essa impossibilidade que garante a persistência do movimento do desejo, fundamento da existência humana (p. 50).

É esse objeto, desde sempre perdido, que assinala a condição desejante. Ao final de sua obra, Freud avança na discussão do desejo e assenta sua assunção na divisão subjetiva. Em *A divisão do ego [eu] no processo de defesa*, Freud, (1940[1938]/1996) investiga o comportamento do eu em situações difíceis. Embora ele não tenha concluído essa discussão, alguns pontos desse trabalho são importantes para pensarmos o surgimento de um novo desejo como corolário da divisão subjetiva. Vejamos.

O ato de recusa do sujeito, em momentos conflitantes, resulta na divisão[18] do eu, invariavelmente resultante do processo de defesa e independentemente do quadro diagnóstico ao qual está associado. Em situações específicas de pressão o eu se comporta de maneira a produzir trauma psíquico. Freud (1940[1938]/1996) explica como o trauma se constitui:

> suponhamos, portanto, que o ego [eu] de uma criança se encontra sob a influência de uma poderosa exigência instintual [pulsional] que está acostumado a satisfazer, e que é subitamente assustado por uma experiência que lhe ensina que a continuação dessa satisfação resultará num perigo real quase intolerável. O ego [eu] deve então decidir reconhecer o perigo real, ceder-lhe passagem e renunciar à satisfação instintual [pulsional], ou rejeitar a realidade e convencer-se de que não há razão para medo, de maneira a poder conservar a satisfação (p. 293).

Decorre desse processo um conflito entre a exigência pulsional e a proibição imposta pela realidade. A criança responde à esse conflito por duas reações contrárias, mas não contraditórias, na medida em que são válidas e eficazes. Ele rejeita a realidade e recusa-se a aceitar qualquer proibição, mas, ao mesmo tempo reconhece o perigo da realidade ao assumir seu medo e ao tentar desfazer-se dele. Com essa saída, a criança conserva a satisfação pulsional e seu respeito pela realidade. Todavia, o preço a ser pago por essas reações contrárias ao conflito, apesar de bem sucedida, é a divisão do eu.

Para nossos fins nesse capítulo, interessa destacar de Lacan, precisamente, a noção de *objeto a* e angústia para que possamos articular o ato, o *acting out* e a passagem ao ato com o processo de divisão do sujeito, do qual resulta um novo desejo.

---

[18] Splitting, tradução para o alemão.

Lacan (1956-1957/1995), no *Seminário A relação de objeto*, afirma que a relação do sujeito com o objeto, a partir de sua falta e não de sua presença, tende cada vez mais a ocupar o centro da teoria analítica, pois é a "evolução da psicanálise" (p. 11). Nesse sentido, ele conclui: "a angústia — e aí não faço mais que repetir Freud, que o articulou com perfeição — é algo que é sem objeto" (Lacan, 1956-1957/1995, p. 252). É possível averiguar que ele extraiu de seu retorno a Freud essa formulação da noção de angústia, mais precisamente, a partir da leitura de *"Análise de uma fobia em um menino de cinco anos*" (Freud, 1909/1996) e do texto *"Inibições, sintomas e angústia*" (Freud, 1926[1925]/1996). Ainda nesse *Seminário*, no texto *Transformações*, Lacan (1957c/1995) discute a angústia e sua relação com o objeto:

> a angústia não é o medo de um objeto. A angústia é o confronto do sujeito com a ausência de objeto onde ele é apanhado, onde se perde, e a que tudo é preferível, inclusive forjar o mais estranho e menos objetal dos objetos, o de uma fobia.... é o medo de uma ausência (p. 353).

No texto *O significante no real*, Lacan (1957a/1995) destaca o objeto como "este elemento de imprecisão, que é, afinal, o que nos aparece de mais claro no fenômeno dessa cabeça de cavalo" no caso Hans (p. 251). Segundo Lacan (1956-1957/1995), "o objeto.... é, se podemos dizer assim, colocado sobre um fundo de angústia. O objeto é instrumento para mascarar, enfeitar o fundo fundamental de angústia que caracteriza, nas diferentes etapas do desenvolvimento do sujeito, sua relação com o mundo" (p. 21). Entretanto, há de se destacar este ponto crucial, pois Lacan (1957a/1995) afirma que os objetos portam "os vestígios da angústia", e que além disso, "a mancha preta talvez não deixe de ter algo a ver com ela [angústia], como se os cavalos recobrissem algo que aparece por baixo, e ilumina por detrás, a saber, este preto que começa a flutuar (p. 252). No texto, *o Significante e os Chistes*, Lacan (1957b/1995) confirma essa formulação ao ressaltar: "*este preto que está ali voando diante da boca do cavalo é a hiância real sempre oculta por trás do véu e do espelho, e que sempre ressalta do fundo como uma mancha"* (p. 303, grifo nosso).

Sabemos que Lacan (1956-1957/1995; 1962-1963/2005) avançou em relação à Freud ainda mesmo no *Seminário A relação de objeto* e no *Seminário A angústia*, em que afirma que esta, a angústia, não é sem objeto. Portanto, veremos como a edificação das bases, acerca da noção de *objeto a* e angústia foram produzidas por Lacan (1956-1957/1995) no *Seminário A relação de objeto*, em 1956-1957 e posteriormente, sacramentadas no *Seminário A angústia*, em 1962-1963.

Freud (1926[1925]/1996), em *Inibição, sintoma e angústia*, assegura que:

> a angústia que pertence a uma fobia é condicional: ela só surge quando o objeto dela é percebido - é com razão, visto que é somente então que a situação de perigo se acha presente.... tudo o que se tem de fazer é evitar a vista do mesmo - isto é, sua presença - a fim de ficar livre do perigo e da angústia (p. 125).

Nesse fragmento de sua obra, Freud afirma que a angústia é produzida a partir do instante em que o objeto é percebido ou seja, a aproximação do objeto produz angústia no sujeito. Ele conclui que para se extirpar o sentimento de angústia, o sujeito deverá evitar a presença do objeto. Dito de outro modo, a angústia é com objeto, é a presença do objeto que produz a angústia. Veremos adiante neste capítulo, a importância dessa noção para entender a angústia como um sinal que dispara um alerta, de que o objeto está presente no Zenit social, sendo o ato, o *acting out* e a passagem ao ato respostas frente ao embaraço produzido no encontro com o objeto.

Lacan (1956-1957/1995) destaque que o cavalo "defende alguma coisa, na medida em que a fobia é uma sentinela avançada, uma proteção contra angústia. O cavalo marca um limiar, esta é sua função essencial" (p. 287). Portanto, o objeto ou o cavalo protegem o sujeito, na medida em que, marca um limite, um aviso de alerta para o sujeito, de que ele se aproxima do objeto ou do cavalo, no caso Hans. A mancha preta do cavalo é introduzida como o *objeto a*, não é o cavalo que produz medo e angústia em Hans, mas a mancha de um cavalo, digo, um determinado cavalo que ele não consegue nomear. Assim, a angústia não é produzida por qualquer cavalo ou pela mancha que um cavalo qualquer possua, o cavalo em questão, possuía uma mancha, um objeto que produz angústia em Hans. A mancha do cavalo é o objeto, entendido como o resto que nos adverte de sua presença, ainda que encoberta pelo véu da fantasia. O *objeto a,* no caso Hans, a mancha no cavalo em última instância, nomeia o inominável, é a hiância real, o buraco no real existente por trás do cavalo. Portanto, há na angústia um objeto presente na cena[19], ainda que encoberto pelo objeto físico, como o cavalo no caso Hans.

Para concluir essa ideia, Lacan (1962-1963/2005) no *Seminário A angústia*, afirma que "é o surgimento do *heimlich*[20] no quadro[21] que representa o fenômeno da angústia, e é por isso que constitui um erro dizer que a angústia é sem objeto" (p. 87).

---

[19] A cena pode ser entendida como uma estrutura de ficção no qual estão presentes o objeto, o sujeito e o Outro. Dela, o sujeito pode fazer surgir no mundo o que não pode ser dito.

[20] A palavra alemã "heimlich" pode ser traduzida por: segredo ou oculto.

[21] Lacan (1956-1957/1995) faz menção ao quadro de Paolo Veronese, Marte e Vênus unidos pelo Amor (1576).

Essa longa digressão se fez necessária nesse subitem para compreendermos o percurso que conduz Lacan à sua formulação teórica em relação ao ato, especialmente no tocante à abertura a um novo desejo. Assim, após discutir o ato e sua relação com o processo de divisão do sujeito, articulamos a noção de objeto perdido ao desejo, para enfim compreendermos a noção de *objeto a* e a angústia como seu desdobramento. Esse deslizar nos principais conceitos teóricos em torno do ato irá fundamentar nossa discussão acerca do *acting out* e da passagem ao ato. Sendo assim, retomemos agora a discussão da lógica do ato.

Lacan (1967-1968/2009) relata em *O ato psicanalítico* que "avançar sobre o terreno do ato há também certa ultrapassagem, em evocar essa dimensão do ato revolucionário e caracterizá-lo com isso.... que se chama suscitar um novo desejo" (p. 80). Ao articular o ato psicanalítico à dimensão revolucionária e infratora de todo ato, Lacan demarca que ele tomou uma decisão que mudou os rumos do seu seminário, pois até aquele instante dedicou-se à formalização da noção de ato psicanalítico, porém, a partir dali, introduziu o ato em outras dimensões.

Na contemporaneidade, o sentido do ato está associado à ideia do utilitarismo, na qual o sujeito do pensamento, racional e calculado, almeja seu próprio bem. Entretanto, em contraposição à essa ideia, Lacan faz do ato suicida seu modelo do ato. Miller (2014), em *Jacques Lacan: observações sobre seu conceito de passagem ao ato*, afirma que: "todo ato verdadeiro, no sentido de Lacan, é assim, digamos, um “suicídio do sujeito”. Podemos colocar entre aspas para indicar que ele pode renascer disso, mas renasce diferente... o sujeito não é mais o mesmo antes e depois (p. 5)". Nesse sentido, é a partir de seu ato que o sujeito pode ressurgir na cena do mundo[22], no mesmo ponto, no mesmo espaço físico, mas sempre de outra maneira, configurando assim um corte estrutural que delimita um antes e um depois do ato.

São esses, portanto, os principais aspectos do estatuto do ato em psicanálise, mas o ato pode se dar na forma de *acting out* e/ou passagem ao ato. Vejamos como se articula essa diferença no pensamento lacaniano.

---

[22] Segundo Lacan (1962-1963/2005) “o mundo, é o lugar onde o real se comprime” (p. 130).

2.2. *Acting out* e passagem ao ato

No seminário *A angústia*, Lacan (1962-1963/2005) apresenta e discute a noção de *acting out* e passagem ao ato, a partir de dois casos clínicos publicados por Freud: o caso da jovem homossexual e o caso Dora. Lacan os toma como paradigmas dessas duas modalidades de agir, ou seja, o *acting out* e a passagem ao ato. Por isso, eles serão apresentados de forma sucinta.

Freud, em 1920, no artigo *A psicogênese de um caso de homossexualismo numa mulher*, descreve o caso da jovem homossexual. Ela possuía 18 anos e sofreu grande decepção na puberdade, quando sua mãe engravidou. Oriunda de família tradicional, enamorou-se de uma dama da sociedade de 28 anos e de reputação suspeita. Ainda que soubesse de sua reputação, a jovem sustenta a relação aproveitando-se de todas as oportunidades para encontrar com sua amada, apesar da desaprovação e constante vigilância dos pais. A jovem homossexual era devota a esse amor e adotava uma postura viril no cortejo à essa mulher. Todavia, sua devoção não foi recompensada, pois na maioria das vezes era desprezada. Sua família, sobretudo seu pai, não consentia com o relacionamento, mas a jovem desprezava intimidações e sanções impostas e desafiava a autoridade dos pais ao desfilar com a amada em público, inclusive em frente ao escritório do pai, descuidando-se de sua própria reputação. Inevitavelmente, certo dia, a jovem homossexual ao passear com sua amada, próximo ao escritório de seu pai, se depara com ele. Ele passou por elas com o olhar irado, enfurecido Em seguida, a jovem relata à dama que o homem que acabara de passar por elas era seu pai e que ele desaprovava o relacionamento entre elas. Constrangida e receosa quanto às consequências desse encontro, a dama demanda a jovem que se afaste dela e que não a procure mais. Desesperada com esses acontecimentos, a jovem sai correndo e se joga sobre um muro num pequeno abismo, caindo por onde passava uma estrada de ferro. Em decorrência desse ato, a jovem homossexual inicia seu tratamento psicanalítico com Freud, alguns meses depois (Freud, 1920/1996).

Em *Fragmento da análise de um caso de histeria*, Freud (1905[1901]/1996) apresenta e discute o caso Dora. Dora era uma jovem de 18 anos e com diversos sintomas histéricos, tais como tosse, desmaios e amnésia. Aos 16 anos, quando apresentava sintomas de tosse e rouquidão, Dora iniciou seu tratamento com Freud, mas rapidamente e espontaneamente os sintomas se dissolveram e colocaram fim ao tratamento que acabara de

iniciar. Ela era muito próxima de seu pai e em razão das graves doenças que acometeram o pai, ela tornou-se ainda mais devota à essa relação. Novamente, Dora inicia seu tratamento com Freud, agora aos 18 anos, por apresentar-se desanimada e insatisfeita consigo mesmo. Além disso, investiu somente nos estudos e evitou contatos sociais, inclusive com a família. Todavia, um ataque de perda da consciência encoberto pela amnésia e uma carta (o encontro dos pais com a carta foi contingente) de Dora na qual despedia-se dos pais por não mais suportar a vida, disparou um sinal de alerta aos pais, um sinal de que algo ia mal. A relação de Dora com um casal, nomeados senhor e senhora K, desperta o interesse de Freud. Dora era extremamente grata à senhora K, por cuidar do pai. O senhor K, por sua vez, lhe levava para passear, lhe dava flores e presentes valiosos, diariamente. Quanto aos filhos do casal, Dora os tratava com uma atenção quase maternal. Entretanto, após relatar aos pais que o senhor K havia lhe realizado uma proposta amorosa durante um passeio pelo lago, seus sintomas intensificaram. No momento em que o senhor K declarava sua intenção amorosa, a única coisa da qual Dora se lembra é da alegação do senhor K para justificar seu interesse por ela: “não tenho nada com minha mulher”. Dito de outro modo, ela não é nada para mim. Nesse instante, Dora deu-lhe uma bofetada e saiu correndo. O senhor K se serve de confidências de Dora à senhora K, no qual o tema era a sexualidade, para negar seu ato e justificar que a cena relatada por Dora era fruto de sua imaginação. Após seu pai acreditar na versão do senhor K, Dora passou a exigir que seus pais rompessem a relação com a família K, sobretudo, com a senhora K, pois sentiu-se traída pela senhora K. Ela interpretou que seu pai sustentava um relacionamento amoroso com a senhora K que, com a intensão de afastar sua mãe, tornou-se a cuidadora do pai. Para Dora, seu pai lhe entregou ao senhor K como moeda de troca, uma vez que o senhor K tolerava a relação entre o pai e sua mulher. Dora interrompeu o tratamento, após 3 meses.

Lacan (1962-1963/2005) articula o *acting out* e a passagem ao ato nos casos da jovem homossexual e no caso Dora:

> no caso de homossexualidade feminina, se a tentativa de suicídio é uma passagem ao ato, toda a aventura com a dama de reputação duvi-dosa, que é elevada à função de objeto supremo, é um acting out. Se a bofetada de Dora é uma passagem ao ato, todo o seu comportamento paradoxal na casa dos K., que Freud prontamente descobre com tanta perspicácia, é um acting out (p. 137).

Pois bem, retomemos agora a discussão teórica acerca do *acting out* e da passagem ao ato.

2.2.1. Acting out

Em 1901, Freud, no texto *Atos casuais e sintomáticos*, elabora o conceito de ato sintomático, que equivale a uma confissão do sujeito. Segundo Freud (1901b/1996):

> atos casuais.... merecem o nome de atos sintomáticos. Eles expressam algo de que o próprio agente não suspeita neles e que, em regra geral, não pretende comunicar, e sim guardar para si.... o pensamento irruptivo disfarçou-se num ato sintomático que expressava simbolicamente aquilo que deveria permanecer oculto, assim proporcionando ao falante um alívio advindo do inconsciente (p. 193 e 202).

Portanto, é nessa perspectiva do ato falho ou do ato sintomático que o ato surge na psicanálise freudiana. Para Freud, os atos possuem uma significação, não se trata de uma mera ação ou movimento inocente, pois esses atos casuais revelam o que o sujeito tem o intuito de conservar para si. Ele endereça ao Outro, sem tomar conhecimento de seu ato, uma mensagem que estava oculta e, por isso, é interpretável.

Freud, em 1905, em *Fragmento da análise de um caso de histeria*, utilizou pela primeira vez o termo *acting out* para elucidar o motivo de Dora ter abandonado a análise. Freud (1905[1901]/1996) interpreta este ato, assim:

> fui surpreendido pela transferência.... ela se vingou de mim como queria vingar-se dele, e me abandonou como se acreditara enganada e abandonada por ele. Assim, atuou uma parte essencial de suas lembranças e fantasias, em vez de reproduzi-las no tratamento (p. 113).

Contudo, somente em 1914, no texto *Recordar, Repetir e Elaborar*, Freud discute e define o *acting out*. Ele assim o conceitua: "o paciente repete ao invés de recordar e repete sob as condições da resistência.... ele de fato repete ou atua (*acts out*).... suas inibições" (Freud, 1914a/1996, p. 167). Por conseguinte, o aparecimento do *acting out* é concebido como a marca da emergência do recalcado, na medida em que o sujeito neurótico repete o recalcado como ação. Desta forma, o *acting out* surge em substituição a um dizer, pois ao invés de recordar, o sujeito atua.

Lacan, em 1962-1963, no seminário sobre a angústia, conceitua o *acting out* e a *passagem ao ato* como duas formas de agir e duas modalidades diferentes de barrar a angústia, causada pela urgência que a presença do *objeto a*, em cena, confere. O *objeto a* se

constitui como resto a partir da operação de castração produzida na relação do sujeito com o Outro, como vimos. Por sua vez, a cena é constituída por: o Outro e o mundo, lugar do real, sendo a presença do sujeito contingente. Jorge (2010) distingue de maneira precisa, realidade e real em psicanálise:

> a realidade é simbólico-imaginária, é uma construção eminentemente fantasística que, para cada sujeito, faz face ao real inominável. Mais essencialmente, a concepção lacaniana do real está ligada ao impossível em jogo na relação sexual, e a fantasia é, em suma, fantasia de relação sexual. Lacan define o real de diferentes modos, mas em todos eles o que importa é seu caráter evasivo ao sentido. Ele é puro não-sentido, ao passo que é precisamente o sentido que caracteriza o imaginário, e o duplo sentido o que caracteriza o simbólico. O real é "o que é estritamente impensável", é o impossível de ser simbolizado; o real é, por excelência, o trauma, o que não é passível de ser assimilado pelo aparelho psíquico, o que não tem qualquer representação possível. Por isso, o real é também aquilo que retorna ao mesmo lugar, já que o simbólico não consegue deslocá-lo, e o ponto de não-senso que ele implica se repete insistentemente enquanto radical falta de sentido (pp. 10-11).

Segundo Lacan (1962-1963/2005):

> o acting out é, essencialmente, alguma coisa que se mostra na conduta do sujeito.... é, em essência, a mostração, a mostragem, velada, sem dúvida, mas não velada em si.... O essencial do que é mostrado é esse resto (pp. 137-138).

Portanto, no *acting out*, o sujeito coloca em cena suas pulsões, fantasias e desejos, ou seja, aquilo que está à margem, na borda, retorna em ato através de uma mostração. Nesse sentido, o sujeito demonstra o indizível, numa mensagem orientada para o Outro, destinada a provocar-lhe um efeito ou um apelo que clama pela interpretação.

Miller (2005) ressalta que "o *acting out* é o surgimento do *objeto a* na cena, com seus efeitos de perturbação e de desordem, insituáveis" (p. 75). Posição esta ratificada por Barros (2005) quando diz que no *acting out*:

> não há engano. Um objeto estranho está em cena, sua aparição não se dá no mundo visível, mas é evidente sua ascensão ao zênite social. Separado de tudo o que é possível imaginar, não se deixa capturar, formalizar. Aparece solto por aí, causando perturbação, uma chamada à desordem e até mesmo ao motim.... Quando emerge na cena do mundo, não há engano, vem sempre acompanhado de sua dama de companhia: a angústia, um afeto que dispara o sinal. Estamos avisados: Está em cena o objeto a (p. 1).

Nesse sentido, o *acting out* e o *objeto pequeno a* possuem uma relação profunda e necessária. O *objeto a* é velado pela tela da fantasia, numa cena fantasmática produzida na articulação do sujeito com o *objeto a*, a fim de preservar o sujeito do encontro avassalador

que o objeto suscita. Todavia, quando a cortina da fantasia que servia como defesa, anteparo ao encontro com o objeto, com o real, vacila e cai, o sujeito é tomado, causado pela angústia.

A angústia surge no momento em que emerge na cena o *objeto a*, ela é considerada um afeto solto, um afeto que não engana, em última instância é o indubitável, uma vez que testemunha o encontro do sujeito com o real, ou seja, um resto radical, sem nome. Assim sendo, a lógica freudiana de que a angústia está relacionada à perda do objeto foi subvertida pela orientação lacaniana na qual a angústia surge quando "a falta vem a faltar", ou seja, quando o objeto vem a se presentificar (Lacan, 1962-1963/2005, p. 52). Portanto, a angústia é um afeto que se funda na certeza, logo, o agir é arrancar dela sua certeza. Segundo Lacan, a angústia não é a dúvida, a angústia é a causa da dúvida, que serve apenas para combater a angústia.

Apesar da consequência destruidora e aniquiladora que a presença do *objeto a* na cena provoca, o sujeito insiste em sua articulação significante na produção da cena. A cena pode ser entendida como forma de tratar a angústia que o objeto causou ao sujeito.

No *acting out*, o objeto em cena, o objeto mostrado, apresentado, revelado, é sempre uma falácia, pois o real da cena escapole, está velado. Desta forma, segundo Miller (2005), ao subir à cena**,** o sujeito é apreendido pela astúcia da mostração, ou ainda, "pelo logro do significante e da verdade" (p. 76), restando o real em outro lugar. Na montagem de uma cena no *acting out*, o sujeito mostra um objeto que entra no lugar daquilo que o causa, a fim de apresentar ali uma outra dimensão. A angústia constitui em cena um objeto visado, o objeto fálico, uma oferta ao olhar do Outro, um apelo, do qual "o sujeito é o diretor da cena, sem saber dirige o ato e projeta o objeto no cenário, através de uma falsa pista" (Barros, 2005, p. 3).

Nesse sentido, o *acting out* é um sintoma que se mostra como outro. O sintoma propriamente dito se diferencia do *acting out*, na medida em que não se oferece à interpretação, salvo pela presença de um analista. Para se interpretar o sintoma necessita-se da transferência, da introdução do Outro, ou seja, a interpretação do sintoma se torna possível a partir da transferência. Já o *acting out* é um esboço da transferência, é uma transferência selvagem, ou seja, sem análise. Segundo Lacan (1962-1963/2005):

> o que a análise descobre no sintoma é que ele não é um apelo ao Outro, não é aquilo que mostra ao Outro. O sintoma, por natureza, é gozo, não se esqueçam disso, gozo encoberto, sem dúvida, untergebliebene Befriedigung, não precisa de vocês como o acting out, ele se basta (p. 140).

Caso nada aconteça para barrar o sujeito nesta encenação, poderá ele intensificar sua atuação, culminando na ruptura do apelo ao Outro. Logo, sem amarração simbólica para dar esteio à sua demonstração, o sujeito pula no vazio, pondo fim a tragédia encenada, ou seja, o sujeito passa ao ato (Barros, 2005).

2.2.2. Passagem ao ato

O termo passagem ao ato sempre foi caracterizado pela indeterminação e imprecisão dos estudiosos em definir seu conceito. Segundo Dutra (2002), na clínica psiquiátrica a expressão denotava:

> atos impulsivos, violentos, agressivos e delituosos (como assassinatos, suicídios, atentados sexuais) nos quais um determinado sujeito passava de uma representação ao ato propriamente dito, sem qualquer tipo de mediação possível (p. 65).

A partir do texto de Freud de 1914, "Recordar, Repetir e Elaborar", a expressão passagem ao ato é empregada como tradução e sinônimo de *acting out*. Consequentemente, suas características de impulsividade, agressividade e irracionalidade esvaecem para emergir como um fenômeno clínico calcado na relação do sujeito com o *objeto a*. Já no seminário "*A angústia*", em 1962-1963, Lacan estabelece uma clínica diferencial para o *acting out* e a passagem ao ato, na medida em que os articula com a angústia e com o objeto, além de enfatizar a posição do sujeito com o *objeto a*, na dimensão do agir, ora pela vertente do significante, pelo *acting out*, ora pelo viés do objeto, representado pela passagem ao ato (Dutra, 2002).

Sauvagnat (citado por Dutra, 2002, p. 67 e 68) afirma que

> Lacan, ao longo de seu ensino, especifica uma estrutura lógica em cujas coordenadas a passagem ao ato e o acting out possam inscrever-se, independentemente de considerações diagnósticas.... Neurose, psicose e perversão podem hospedar ambas as vertentes, desvinculando-se assim os modos de agir das categorias diagnósticas.

Sendo assim, independentemente da estrutura clínica diagnosticada, na passagem ao ato, o sujeito sai da cena, se desconectando do Outro, sendo este o aspecto que possibilita reconhecê-la e distingui-la do *acting out*.

De acordo com Lacan (1962-1963/2005), "o momento da passagem ao ato é o do embaraço maior do sujeito.... ele se precipita e despenca[23] fora da cena" (p. 129). Por conseguinte, no momento em que o sujeito é causado por um culminante embaraço e por uma emoção estarrecedora, ele se identifica como *objeto a* um objeto real, em sua vertente de dejeto, de resto ao qual ele se reduz, destituindo-se da cena de sua fantasia. Portanto, a passagem ao ato representa a reação de um sujeito caracterizada por uma profunda radicalidade, a partir de seu encontro com o real, ou seja, quando confrontado ao que é como *objeto a*. Assim, são estas as duas condições essenciais da passagem ao ato: identificação absoluta do sujeito com o *objeto a,* ao qual ele se reduz, e o confronto do seu desejo com a lei, em sua saída de cena na qual um "não" é dirigido ao Outro (Lacan, 1962-1963/2005).

Para Lacan (1962-1963/2005), "a emoção refere-se, etimologicamente, ao movimento.... é o movimento que se desagrega, a reação a que chamamos catastrófica" (p. 20). Por sua vez, o termo embaraço é um obstáculo que dificulta e perturba a realização de um movimento, de uma ação, de uma passagem. O embaraçado é correlato da angústia, e uma vez que é definido como forma tênue da angústia na magnitude da dificuldade, ele se dá quando já não sabemos mais o que fazer de nós mesmos.

Miller (2005) formaliza que a passagem ao ato não engana, traz a certeza do objeto impulsionando o sujeito a ejetar-se, a desconectar-se da cena do mundo, sem deixar lugar à interpretação ou ao jogo significante. Portanto, a passagem ao ato é o gesto de deixar para lá o que é impossível de dizer, frente a uma combinação de excesso de significantes no Outro e a falta de um único que possa representar o sujeito, que possa nomear o objeto inassimilável pelo significante, o *objeto a*.

A passagem ao ato na psicose é diferente da passagem ao ato nas demais estruturas clínicas, na medida em que a estrutura psicótica é marcada pela falta da falta, ou seja, o que falta é a extração do objeto, uma vez que, na psicose, o *objeto a* não foi extraído do campo da realidade na operação de separação ou de castração. Por isso, o psicótico carrega o *objeto*

---

[23] Lacan retoma o termo *niederkommen*, deixar-se cair, para explicar o que acontece com a jovem homossexual no momento de seu encontro com o pai.

a no bolso. A não extração do objeto pode ser suposta da seguinte maneira: “a voz, que ninguém ouve e o olhar, que ninguém vê, existem, todavia, na experiência do sujeito psicótico” (Naveau, 2007, p. 1).

A extração do *objeto a* pode ser aceita ou recusada pelo sujeito. Caso seja recusada a extração, o sujeito se torna psicótico e o objeto que não fora extraído retorna no real. A não extração do *objeto a* invoca a passagem ao ato para que se realize um tipo de extração forçada, a partir da presença excessiva deste objeto, assinalando a presença da angústia, pois falta a falta, o contorno significante do objeto, ou seja, a fantasia neurótica (Carvalho, 2002).

Na psicose o sujeito se identifica à posição de objeto de gozo para o Outro, “se oferece como objeto no lugar onde falta a falta”, segundo Alvarenga (citado por Dutra, 2002, p. 76). O objeto na psicose é tomado enquanto dejeto real, desconectado do desejo do Outro, e para satisfazer este Outro absoluto, ele dá, não o que não tem, como na neurose, mas o que ele realmente tem, ou seja, seu próprio corpo. Sendo assim, Dutra (2002) afirma que

> diante deste Outro gozador, o psicótico tem que se oferecer como objeto.... Ele sacrifica-se pelo Outro para fazê-lo gozar e paga caro por isso. O psicótico paga, como nos mostra Schreber, com seu próprio corpo o preço deste gozo (p. 76).

Na psicose, além da conjugação do embaraço e da emoção, o encontro com o Outro gozador agrega-se como condição essencial para que a passagem ao ato se realize. Portanto, a passagem ao ato pode ser uma tentativa de cura realizada pelo sujeito, como alternativa para o sujeito psicótico se defender da angústia provocada pelo encontro com o Outro gozador, não barrado pela castração, pois mediante a ausência do recurso simbólico só lhe resta sacrificar um objeto real, ou seja, o seu corpo (Dutra, 2002).

A passagem ao ato é concebida aqui não enquanto ato impulsivo e desprovido de sentido, mas sim enquanto ato orientado pela posição ocupada pelo sujeito diante do Outro. Nesse sentido, se faz necessário destacar a produção delirante após o ato como um modo de conexão com o Outro. Segundo Barros (2005),

> o sujeito delirante surge após o ato como modo de estabelecer sua ligação à cena do mundo. Se na passagem ao ato verificamos um suicídio do sujeito.... Após esse “suicídio” do sujeito, algo do vivo se agita e busca sua ligação a algo que lhe suporte. Depois do ato, se assistimos nascer um sujeito novo, ainda que delirante, é porque o delírio é um modo de engajamento do sujeito ao campo do Outro.... o sujeito renasce – conectando seu gozo ao Outro (p. 5).

Ao renascer, ainda que diferente, resta ao sujeito psicótico subjetivar o ocorrido. Somente existe subjetivação do ato a posteriori: só depois do ato poderá interrogar-se sobre o que o fez agir e dar a razão desse ato em uma construção. Portanto, o sujeito realiza o ato sem pensar em nada, de uma maneira puramente acidental, mas isso não explica a indagação de Lacan (1967-1968/2009): "onde está, aqui, o sentido do ato?" (p. 80). Como veremos no terceiro capítulo, esse é um aspecto essencial para pensarmos a clínica do ato.

2.3. Ato de palavra

Lacan (1967-1968/2009) formula a resposta da seguinte maneira:

> não foi à toa que evoquei de saída o Rubicão.... Ultrapassar o Rubicão não tinha, para César, uma significação militar decisiva. Mas, em compensação, ultrapassá-lo era entrar na terra-mãe. A terra da República, aquela que abordar era violar. Algo foi ultrapassado, no sentido desses atos revolucionários (p. 80).

Para Lacan (1967-1968/2009) "o ato é, por sua própria dimensão, um dizer. O ato diz algo" (p. 93) e por isso se inscreve como efeito de linguagem. Portanto, é nesse sentido de um ato de linguagem, em última instância, um ato de palavra, que César declara guerra civil à Roma com seu ato fora da lei. É dessa maneira que, a posteriori, se torna imprescindível pesquisar, subjetivamente na história de vida do sujeito, o que o fato representa para ele, sendo possível assim, caracterizá-lo como ação ou ato, pois "o ato (puro e simples) tem lugar por um dizer" (Lacan, 1967-1968/2003, p. 371).

No seminário *A lógica da fantasia*, Lacan (1966-1967/2008) destaca, a partir de uma estrutura lógica, que é possível transformar uma ação em ato através do redobramento do significante, no qual o sujeito deverá produzir um re-ato de significação, conferindo-lhe, assim, seu estatuto de ato:

> o importante a detectar nisso que é do ato está em procurar lá onde a estrutura lógica nos apresenta – e nos apresenta enquanto estrutura lógica – a possibilidade de transformar em ato isso que numa primeira abordagem, não poderia ser outra coisa que uma pura e simples paixão. "Caio no chão" ou "tropeço", por exemplo: reflitam que esse fato de redobramento significante, a saber, que em meu "caio no chão" há a afirmação de que caio no chão, "caio no chão" transforma minha queda em qualquer coisa de significante. Caio no chão e faço com isso o ato onde demonstro que eu estou, como se diz "aterrado". Da mesma forma, "tropeço" - mesmo "tropeço" que porta em si tão manifestamente

> a passividade do fracasso - talvez, se ele é retomado e redobrado da afirmação "tropeço", a indicação de um ato na medida em que assumo eu mesmo o sentido como tal desse tropeço (p. 204).

Em linhas gerais, essa estrutura lógica que Lacan menciona está calcada no problema do desejo e da sua interpretação, em outros termos, à ordenação da estrutura significante na qual o sujeito se anuncia como efeito de sua enunciação, tendo em vista que o que se enuncia no significante admite uma duplicidade interna do enunciado. Para entendê-la faremos a diferenciação entre a enunciação e o enunciado.

O que é dito pelo sujeito ou o que se diz podemos chamar de enunciado. A enunciação, por sua vez, é o que o sujeito quis dizer com aquilo que foi dito, em outras palavras, é o que se quer dizer com o que se diz. Lacan, em 1969, no texto *O mestre e a histérica*, fórmula que "o enigma é a enunciação.... Encarrego vocês de convertê-lo em enunciado. Virem-se como puderem" (1969/1992, p. 37). Eis um enigma! Portanto, o enigma se apresenta para Lacan ao nível da enunciação, é a própria enunciação da qual o analista deverá se virar e encarregar-se do enunciado, colocando o analisante a trabalho. Para que a função do enigma ganhe sentido, um saber como verdade deverá ser produzido na interpretação. Ela é estabelecida por um enigma recolhido na trama do discurso do sujeito analisante.

Entretanto, "o que é a verdade como saber?.... É um enigma.... Os dois têm a mesma característica, que é o próprio da verdade – a verdade, nunca se pode dizê-la a não ser pela metade". Por isso a função do enigma é um semi-dizer (Lacan, 1969-1970/1992, p. 37). É nesse sentido que a verdade somente se faz acessível por um semi-dizer, ela não pode ser dita por inteiro, pois não se diz o indizível. Com Lacan, podemos concluir que tudo o que se pode dizer é que a verdade é não-toda. No discurso científico, por exemplo, não há enunciação, na medida em que não se coloca em questão o que quis dizer o sujeito, mas apenas o que foi dito por ele, ou seja, é um discurso que não quer dizer nada. Por isso, torna-se um discurso de enunciado que não porta a questão da verdade, daí o enunciado científico nunca possuir uma enunciação. O que falta ao discurso científico é um sujeito que queira e sustente seu querer dizer.

Em suma, a enunciação diz respeito à dimensão inconsciente, enquanto que o enunciado está calcado na vertente consciente do dito. Mas a que serve tal dicotomia? Segundo Lacan (1960/1998) serve para apresentar onde se situa o desejo em relação a um sujeito, pois é possível ilustrar a relação do sujeito com o significante "através de uma

enunciação com que o ser estremece, pela vacilação que lhe retorna de seu próprio enunciado" (p. 816). A principal questão é que o sujeito do enunciado e o sujeito da enunciação não se complementam, é exatamente a sua distinção que permite apreender uma significação inconsciente que permanece oculta, uma vez que o sujeito se constitui no entre, no deslizamento dos significantes da enunciação e do enunciado.

Em síntese, Lacan (1958-1959/2002), em *O desejo e sua interpretação* acentua essa diferença no "processo do enunciado e processo do ato da enunciação" (p. 93). Portanto, a diferença consiste na implicação do sujeito em toda sua enunciação, que se faz na razão diretamente proporcional: quanto maior a implicação do sujeito em sua enunciação, mais ele se anuncia como sujeito da enunciação. Tal perspectiva leva Lacan (1958-1959/2002) a questionar o motivo pelo qual o sujeito teve uma tosse no momento de entrar na sala de seu analista:

> no fim das contas o que é que o sujeito nos diz?.... O sujeito tossindo, ou seja, por um lado fazendo esse ato do qual ele próprio não sabe a significação, visto que ele põe a questão da significação, ao fazer-se com essa tosse, como o cão com o seu latido, outro que ele não é, não sabe ele próprio qual é essa mensagem, e no entanto anuncia-se por essa tosse" (p. 192).

É possível concluir, a partir desse ponto de vista, que o sujeito se anuncia em ato, o ato porta uma significação. Há um desejo velado nessa tosse. Assim, o que está encoberta é a sua relação com o *objeto a* presente no instante de sua análise. É disso que se trata no encontro com o *objeto a*, ou seja, no encontro com o real, com o inassimilável e, por isso, impossível de ser dito. Segundo Lacan (1953-1954/2009) trata-se do fato de que, "para um certo desejo recalcado pelo sujeito, não há tradução direta possível. Esse desejo do sujeito é interditado ao seu modo de discurso, e não pode se fazer reconhecer" (p. 317). Daí, o sujeito colocar em ato aquilo que é impossível de ser dito, mas que se releva. Para Lacan (1953-1954/2009), o sujeito "organiza deliberadamente seu discurso de tal modo que o que ele quer dizer, que não é dizível – é ele que fala –, possa, não obstante, revelar-se" (p. 317). O desejo pode surgir nas entrelinhas, em sua enunciação, no qual o sujeito se anuncia como um outro, como alguém outro que ele mesmo.

No sonho de Júlio César, Lacan (1966-1967/2008), no seminário *A lógica da fantasia*, resgata o sentido singular de atravessamento do Rubicão para César, pois "não é outra coisa senão o sentido do incesto", ou seja, o sentido do sonho de Júlio porta um certo ultrapassamento da lei máxima de Roma, a lei do Outro, de um código e de um conjunto

simbólico, em linhas gerais a lei que organiza a civilização e nomeia seu ato como infrator. Entretanto, "trata-se de saber, em cada um desses níveis, qual é o efeito do ato" (p. 205). Assim podemos dizer, por paradoxal que seja, que todo ato porta um dizer ao mesmo tempo que estabelece uma relação com o desejo e vai produzir um efeito, sobre o qual um analista poderá trabalhar.

No seminário, *Os escritos técnicos de Freud*, Lacan (1953-1954/2009) introduz o caráter significante da palavra, como efeito do ato, sinalizando que a palavra somente se torna palavra quando alguém ou um Outro se coloca a saber o que ela quer fazer crer ou dizer. É nesse sentido que Lacan (1953-1954/2009) afirma que "é exatamente por isso que é preciso fazer uma análise de acting-out e fazer uma análise de transferência, isto é, encontrar num ato o seu sentido de palavra. Na medida em que se trata para o sujeito de se fazer reconhecer, um ato é uma palavra" (p. 319).

Portanto, podemos dizer que o sujeito se anuncia em ato, em ato de palavra, mas porque isso por vezes transborda, o que ele quer dizer, o que contém? Lacan (1953-1954/2009) nos orienta na formulação dessa resposta ao mostrar-nos, através de Freud, "como a palavra, isto é, a transmissão do desejo, pode se fazer reconhecer através de qualquer coisa, desde que essa qualquer coisa seja organizada em sistema simbólico" (p. 317). Esse resgate do texto freudiano emerge como de suma importância para se pensar o ato revolucionário de Júlio César, assim como para investigar e discutir o ato infracional dos adolescentes em conflito com a lei, a partir de seu ato, ato sempre de palavra.

Lacan (1953-1954/2009) na aula de 16 de junho de 1954, *Os escritos técnicos de Freud*, nos lembra que:

> não soubemos durante muito tempo compreender os hieróglifos – não os compúnhamos no seu sistema simbólico próprio, não percebíamos que uma pequena silhueta humana podia querer dizer um homem, mas que podia também representar o som homem, e, como tal, entrar numa palavra a título de sílaba (p. 317, grifo nosso).

Assim como os hieróglifos que produzem uma escrita ilegível ou indecifrável, os adolescentes em conflito com a lei não são tomados em seu sistema simbólico próprio, em sua lógica significante própria constituída da apropriação significante e da articulação do gozo particular que fizeram do sistema comum da língua. Esses adolescentes, assim como os hieróglifos, são tomados a partir da linguagem universal, o que dificulta perceber e

compreender algumas coisas. É nesse sentido que devemos tomá-los em seu sistema particular e munidos do nosso desejo de saber e/ou do desejo do analista se tornar alguém que deseja saber o que os adolescentes com seu ato infracional querem fazer crer, pois "uma palavra não é palavra a não ser na medida exata em que alguém acredita nela" (Lacan, 1953-1954/2009, p. 311).

No entanto, o que os adolescentes em conflito com a lei querem fazer crer com seu ato? Todo ato pode ser considerado um ato infracional? Será preciso extrair caso a caso essa significação. Vejamos.

2.4. Ação e Ato (infracional)

No primeiro capítulo, afirmamos que a prática infracional dos adolescentes em conflito com a lei é considerada a conduta descrita como crime ou contravenção penal pelo Eca (1990), no Art. 103. A contravenção penal ato ilícito acarreta ao autor do ato pena na forma de multa ou prisão simples. Por isso, ela é concebida como menos importante que o crime. Segundo Aquino (2012):

> o Ato infracional é o ato condenável, de desrespeito às leis, à ordem pública, aos direitos dos cidadãos ou ao patrimônio, cometido por crianças ou adolescentes. Só há ato infracional se àquela conduta corresponder a uma hipótese legal que determine sanções ao seu autor (n.p.).

Portanto, ato (infracional) é um termo técnico jurídico utilizado para denominar a prática (infracional) da criança ou adolescente. Nesse sentido, um ato (infracional) pode ser considerado um ato ou uma ação. Ele ganha configuração jurídica ao ser correspondido/equivalido a crimes, tal qual descritos no Código Penal Brasileiro (1984). Para delimitar a diferença entre ação e ato (infracional) devemos localizar, em última instância, qual o efeito que o ato produz na história de vida do sujeito, investigando se o ato (infracional) produziu sua inscrição em algum lugar e se fundou uma nova experiência. Além disso, esse ato tem que comportar uma certa ultrapassagem de uma Lei, que marca um antes e um depois, suscitando assim, um novo desejo do sujeito. Dito de outro modo: houve um corte, um atravessamento em sua história? Após esse ato, o sujeito que era de um jeito passa a ser de outro? O sujeito transpôs um certo limiar do Outro? Havia endereçamento ao Outro?

A que serve o ato praticado? É a partir desse ato que o sujeito apresenta o seu desejo e se apresenta para o Outro?

Portanto, somente a partir da verificação desses aspectos será possível afirmar se um ato (infracional) é um ato propriamente dito, tal qual o de César o foi, ou se é um ato (infracional), correlato do CPB (1984). Diante do exposto, pode-se concluir, em psicanálise, que todo ato é infrator, mas nem todo ato (infracional) da lei jurídica é um ato.

A controvérsia de todo ato reside justamente aqui nesse ponto, pois, ao se anunciar em ato, em ato de palavra, consequentemente, o sujeito se torna infrator, em conflito com a Lei. Isto, pois, segundo Miller (2014), em *Jacques Lacan: observações sobre seu conceito de passagem ao ato*: "todo ato verdadeiro, todo ato que marca, que conta, é transgressão... Todo ato verdadeiro é delinquente...., pois não há ato verdadeiro que não comporte uma ultrapassagem" (p. 5). Nesse sentido, o ato é sempre controverso, na medida exata em que há no ato uma ultrapassagem “de um código, de uma lei, de um conjunto simbólico que ele infringe, e é a infração que permite que esse ato tenha a oportunidade de remanejar essa condição” (Miller, 2014, p. 5).

É a partir dessa noção de que todo ato é infrator e por isso rompe em uma certa medida com o Outro, mas ao mesmo tempo permite ao sujeito se reposicionar no campo do Outro, que, hipotetizamos, que o ato ata e desata, simultaneamente. Nessa construção, observa-se que o *acting out*, especialmente na adolescência, nos remete ao mesmo tempo a uma forma de conexão e separação do Outro. Com essa hipótese, partiremos, no terceiro capítulo, para a discussão do que seria a clínica do ato, detendo-nos na experiência com adolescentes em conflito com a lei. Mas antes cabe pensar como se modalizam o atar e desatar em relação ao Outro.

2.5. O ato (des)ata

2.5.1. A banda de Moebius

A banda de Moebius ou faixa de Moebius foi descoberta pelo matemático alemão August Ferdinand Moebius no início do século XIX. Pioneiro na topologia, Moebius criou

um desenho unilátero, mas essa estrutura topológica vai além dos limites do desenho. Veremos como Jacques Lacan se serve da proposição matemática para avançar no terreno dessas estruturas.

O sujeito é, de fato, o próprio corte na banda de Moebius. Por isso não podemos relacionar diretamente a banda com o sujeito. Dito de outro modo, é somente a partir do corte na banda que poderemos localizar o sujeito. Desta forma, podemos concluir que o inconsciente é o corte que a banda engendra Ele não é nem direito nem avesso. “Assim, em sã consciência, um sujeito pode afirmar sua alegre e orgulhosa certeza pela posição criminosa e, ao mesmo tempo, ter pesadelos com a cena do crime” (Guerra & Martins, 2013, p. 96). Será o elemento temporal que permitirá situar o ponto de corte. Veremos como esse processo se dá.

A banda de Moebius é de fácil construção, podendo ser montada com uma tira de papel com quatro lados. Ela é constituída por duas superfícies, sendo uma superfície direita e outra, seu avesso ou um lado frente e outro o verso, em descontinuidade uma com a outra.



Figura 4

No próximo passo, juntaremos as duas extremidades dos quatro lados (1 e 3 com 2 e 4). O resultado é que a fita mantém a dupla face, mas os quatro lados tornam-se duas bordas.

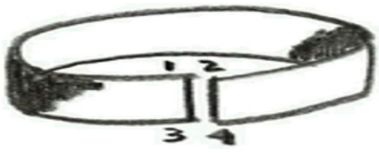


Figura 5

Para concluir a construção da banda de Moebius, realizaremos uma pequena torção de 180° em uma das pontas da dupla face, sobre si mesma, para que uma de suas margens

fique invertida. Atamos a ponta 1 com a 4 e a 2 com a 3. Como efeito dessa torção, a banda de Moebius adquire propriedades específicas e paradoxais ao romper com a posição binária direito e avesso, interno e externo ou contínuo e descontínuo. Granon-Lafont (1987) afirma que “o uso corrente do cara e coroa se subverte. O direito e o avesso estão contidos um no outro” (p. 33).



Figura 6

É na subversão da duplicidade das faces que a banda de Moebius se constitui. Essa subversão é que garante sua propriedade especial de conferir continuidade na superfície da banda, subvertendo assim, a oposição entre frente e verso. O curioso na faixa de Moebius é que, se passamos o dedo sobre sua borda numa volta inteira, perceberemos o dedo do outro lado da faixa, em sua parte interna, sem haver atravessado nenhuma fronteira. Logo, não há uma delimitação do dentro e do fora da faixa, não há um direito e um avesso, como há no cilindro. Portanto, na banda de Moebius há uma ultrapassagem diretamente do avesso ao direito em que estávamos, sendo a continuidade sua marca (Miller, 1988).



Figura 7

Portanto, ainda que a figura da banda aparente ser formada por duas faces, ela é uma banda de um único lado ou face, e de uma única borda. Vejamos que percorrendo a banda com o dedo, sem retirá-lo – faça esse exercício acompanhando uma formiga neste caminho – se dermos uma volta terminaremos do lado abaixo, no avesso do ponto onde estávamos (aqui vemos a formiga de cabeça para baixo). Após realizarmos uma segunda volta completa, voltamos ao mesmo ponto, ou seja ao ponto de partida (agora vemos a formiga de cabeça para cima), mas jamais do mesmo modo. Pois, se fizermos isso na forma de um corte ao

longo do percurso, o resultado da operação será a queda, de um lado, do *objeto a* e, de outro, do sujeito, enlaçado ao objeto (Guerra & Martins, 2013).

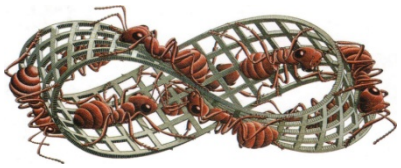
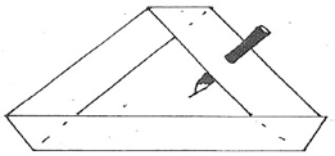


Figura 8

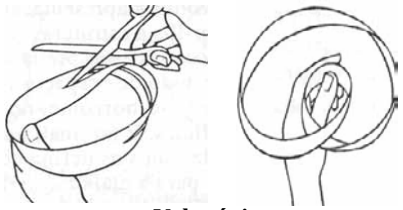
Banda ou faixa de Moebius

Para compreender esse paradoxo e acompanhar passo a passo a operação topológica, introduziremos a noção de corte e temporalidade na banda. A banda de Moebius é constituída de cortes medianos. Para iniciarmos o processo de corte da banda introduziremos um lápis em sua superfície, em seguida realizaremos com uma tesoura uma volta única. Acompanhe a trajetória do corte e verifique que a volta única descreve o traçado do oito interior e modifica a estrutura da banda, e consequentemente, suas propriedades, pois deixa de ser unilátera e passa a ser bilátera. Percebam que o corte realizado não separa as faixas em duas partes que se destacariam uma da outra, ele transforma a banda em uma faixa duas vezes mais longa com direito e avesso e quatro semitorções (Granon-Lafont, 1987).



Inserindo um furo na banda

Figura 9

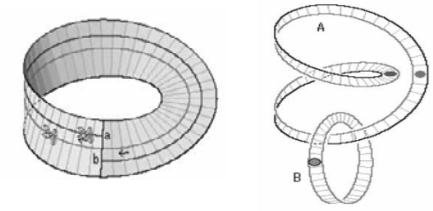


Volta única

Figura 10

Prosseguimos no processo de corte para inscrever uma volta dupla. Esse corte produz uma banda bilátera e outra unilátera, moebiana, mas elas estão enlaçadas ou enodadas uma a outra. Vale destacar que, agoramente, teremos dois objetos topológicos entrelaçados como resultado. O corte não as separam em duas partes que se destacam. O percurso explicita a extração do *objeto a* no campo do sujeito. Trata-se, pois, de uma operação topológica que

mostra a operação lógica de um trabalho analítico, do qual se extrai uma nova condição desejante para o sujeito falante.



Volta dupla

Figura 11

Portanto, Lacan (1962-1963/2003) em seu *Seminário A identificação* conclui que

> o corte engendra a superfície.... se vocês as cortarem de uma determinada maneira, tornam-se outras superfícies, quero dizer, topologicamente definidas e materialmente apreensíveis como mudadas, pois estas não são mais as superfícies de Moebius, pelo simples fato desse corte mediano que vocês praticaram, mas uma faixa um pouco torcida sobre ela mesma (p. 347).

Sob o prisma da banda de Moebius também é possível subverter a relação entre a parte e o todo, pois a soma de suas partes não mais representa toda a banda. Igualmente, não é possível retratar seu todo, a partir da análise de uma de suas partes. Assim sendo, o representante da banda é o efeito do movimento da relação entre as partes, essa é a verdade do todo na banda (1962-1963/2003).

Para fundamentar a lógica do inconsciente estruturado como linguagem, Lacan (1962-1963/2003) se serve da fórmula topológica da banda de Moebius e articula o significante com a estrutura subjetiva. Nesse sentido, é o corte da inscrição da linguagem que funda o sujeito do inconsciente ao modo moebiano, ou seja, a banda de Moebius é a representação topológica da estrutura do sujeito. Nessa ótica, a continuidade da banda nos permitiu subverter ainda a relação significante/significado, uma vez que não há divisão entre o direito e seu avesso. Sugere-se, por isso, que o significado de um significante, em um determinando momento não mais será o mesmo. O que implica, tanto na assunção do sujeito do inconsciente para a linguagem, quanto no tratamento analítico, o efeito do trabalho significante sobre o desejo e o gozo.

Valendo-nos desse recurso topológico, muito singular, a banda de Moebius, "partimos da premissa de que a dimensão política e a dimensão inconsciente são os dois lados correlativos de uma mesma lógica de agenciamento do funcionamento do sujeito no laço social" (Guerra & Martins, 2013). Portanto, é a partir da torção da banda, no qual o sujeito não responde somente em um único plano, mas sim, hipotetizamos, em um plano político do mundo e subjetivo do inconsciente ao mesmo tempo, que se pode pensar o ato, em alguns casos no ato infracional praticado pelos adolescentes em conflito com a lei. Assim, o ato infracional não é tomado unicamente como um ato subjetivo, mas também político.

> Aplicada a operação à nossa prática na cidade com os jovens, sugerimos pensar que, no trabalho com eles, uma primeira volta implica em dizer sim ao nome do pior (Lacadée, 2006) que os jovens escreveram para se nomearem. [...] Porém, vimos que é preciso mais uma volta. [...] Nesse sentido, é preciso abrir o campo da palavra para o sujeito, reconhecer e fazer vacilar o nome do pior, encontrar e acolher sua repetição para que, advertidos, ele possa dar um passo a mais, forjar um novo nome e conectar sua invenção com a história dos homens. Em termos lacanianos: articular o nome do gozo vivo de alíngua com os nomes comuns que produzem sentido na convivência entre os homens (Guerra, 2015, no prelo).

Além de sua aplicação na prática clínica que realizamos na cidade, podemos correlacionar o efeito do ato ao efeito do corte moebiano. Nessa perspectiva, o ato, compreendido como corte estrutural que funda o sujeito, separando-o do Outro e enlaçando-o ao objeto, ganha seu valor paradoxal evidenciado como um ato que desata e ata, ao mesmo tempo, o sujeito no laço social, ao preço da extração de uma cota de gozo, na forma de *objeto a*. A banda nos permite pensar que as coisas nem sempre têm um direito e um avesso, um dentro e um fora, um interno e um externo ou que o inconsciente está no fundo e a linguagem na superfície, ou ainda, que há o inconsciente subjetivo e consciente político. Mas sim, pelo contrário, evidencia que há uma relação, uma correlação entre o direito e o avesso, sugerida pela continuidade na faixa (Miller, 1988).

É nesses termos que o ato é controverso, que todo ato é infrator, mas nem todo ato infracional, tal qual disposto como equivalente ao que é regimentado no Código Penal Brasileiro como crime , é um ato. O sujeito adolescente com seu ato infracional, desata, em uma certa medida, sua presença no laço social, mas simultaneamente e/ou *a posteriori*, ata sua presença no laço social, talvez do mesmo ponto, na mesma comunidade em que vivia antes do ato, mas nunca do mesmo modo, pois o ato marca um antes e um depois. Essa

hipótese pode ser retirada da escuta clínica de adolescentes participantes do *Se Liga*. Nessa experiência foi possível recolher e atestar esse movimento que os adolescentes fazem de atar e desatar o laço com o Outro, simultaneamente. Por exemplo, embora o adolescente esteja trabalhando, estudando e/ou realizando cursos e que além disso possua laços familiares estáveis e consistentes, ele ainda permanece em alguma medida enlaçado à infração, seja ela, tráfico de drogas, roubo ou porte ilegal de armas, dentre outros. Reata, ata, desata, na costura fina de novos modos de existir. São inúmeras as causas desses (des)enlaçamentos que persistem, mesmo após cumprir a medida socioeducativa e estar engajado no *Se Liga* e em outro modo de satisfação. Na experiência do *Se Liga* é possível recolher no detalhe e no particular de cada caso, aquilo que lhe apraz, o modo como o jovem orienta sua posição desejante..Apresentamos uma vinheta clínica na qual podemos perceber essa lógica de funcionamento.

Xavi realizou curso profissionalizante e posteriormente e, inseriu-se no mercado de trabalho formal em uma empresa grande. Ele dizia que traficava para ter dinheiro e ostentar com as mulheres. Atualmente afirma *"eu sou trabalhador"*, com o dinheiro do trabalho ele ostenta, assim como, antes fazia, quando traficava. A ostentação é sustentada agora pelo dinheiro do *trabalhador*. *Os* amigos, as festas, a forma de se vestir, de falar e de relacionar são os mesmos da época do tráfico, mas esse significante também faz suporte para novos laços e brechas para mudança de posição na relação com o Outro. Muda o significante que suporta sua identificação viril, mas não sua modalidade de satisfação.

Apesar de ser um adolescente para o qual aparentemente tudo vai bem, são frequentes suas queixas do mal estar produzido na relação com o Outro, sobretudo, na relação com as mulheres. Frente seu embaraço na relação com o Outro, Xavi responde com muita agressividade: "*tá desacreditando de mim só porque eu virei trabalhador.... vou matar ela"*. Após intervenção, na qual o analista interroga a que serve essa posição agressiva, Xavi desloca sua agressividade para si mesmo e em outro momento de dificuldade na relação ameaça *"vou acabar com a minha vida"*. Parece ter se constituído outro modo de investimento objetal quando a agressividade se volta para o eu, como se houvesse uma inversão libidinal a partir do momento em que ele se reconhece sob outro significante: *trabalhador"*. Ao se deslocar do *crime* para o *trabalho*, ele vive o sentimento de perda de um ideal e a resposta é a agressividade, no eixo imaginário, que incide exatamente sobre a impossibilidade da relação sexual, manifesta diretamente com as mulheres: "ou ela ou eu".

Parece ter havido uma escansão com esse trabalho significante, com retorno sobre sua forma de obter satisfação, ainda que sem uma solução ainda assentada. Se ele escandiu a marca de sua posição no mundo, como numa primeira volta sobre a banda de moebius, ainda resta um percurso, uma travessia que incida sobre o núcleo de seu gozo: "*meu conceito*[24] *eu não deixo para trás*".

A marca que surge nesse detalhe indica que somente um ato do analista ou um acontecimento com valor de ato poderá *trabalhar* essa *dor*. O efeito desse ato analítico poderá suscitar que Xavi realize um re-ato, que ele possa dará mais uma volta, completando assim, a dupla volta na banda. Esse novo giro poderá ter como efeito a separação entre o sujeito e o objeto do fantasma, ou seja, na volta dupla, um novo sujeito poderá ser produzido.

Retomando a questão do lace e desenlace, Granon-Lafont (1987) afirma que "apenas um acontecimento temporal diferencia o avesso e o direito, uma vez que eles estão separados pelo tempo que se leva para fazer uma volta suplementar" (pp. 33-34). É nesse sentido que o atar e desatar a presença no laço social pode se dar simultaneamente. Hipotetizamos ser possível que Xavi esteja ao mesmo tempo enlaçado ao significante trabalhador e ao nome que ele não quer deixar para trás. Em uma nova volta, um novo nome poderá ser produzido. Nossa aposta é de que esse percurso da segunda volta possibilitará a Xavi movimentar sua posição na relação com o Outro. Por isso, não entendemos que se trata de estar ou não praticando ato infracional, pois a continuidade da banda nos permite subverter a lógica binária do dentro ou fora, do enlaçado ou desenlaçado, seja à pratica infracional ou a outro laço socialmente aceito. A questão centra-se, a nosso ver no ato com valor de corte nessa relação.

Portanto, é da clínica do ato, assim considerado, que passaremos a tratar no próximo capítulo.

---

[24] Conceito é uma gíria utilizada por Xavi para dizer de um lugar de respeito e de reverência que ainda possui com os amigos do crime e com as mulheres.

3. O ATO ANALÍTICO

Diferenciaremos, neste capítulo, a psicanálise pura da psicanálise aplicada, a fim de assinalar o contexto clínico da prática psicanalítica na instituição. Pretendemos, com essa discussão, pensar a presença do analista na instituição, na medida em que pode ele dar razão do que faz a psicanálise. Nessa análise, verificamos como o analista sustenta, em ato, seu desejo e/ou uma lógica de operar com sujeitos adolescents em que o aspecto sintomático se faz pela via do *acting out* e/ou passagem ao ato. Por fim, discutiremos a prática analítica no *Se Liga*, circunscrita ao caso de Eduardo (nome fictício).

3.1. O ato analítico e seu efeito de corte

Apesar de apresentarem muitas semelhanças, a passagem ao ato se distingue do ato analítico. Por isso, partiremos de sua diferenciação para avançar na discussão do ato psicanalítico e de sua importância, enquanto instrumento de operação da prática analítica.

Relembramos que, na passagem ao ato o sujeito identificado ao objeto se apaga e evade da cena ou pula para fora da cena, frente à impossibilidade de dizer ao não encontrar um único significante que possa nomear seu sofrimento ou que o represente no campo do Outro, no momento do encontro com o *objeto a*. Confrontado com a angústia produzida no encontro com o real, tiquê, e ao se identificar maciçamente ao objeto de angústia presente na cena, não há mais sujeito, somente resta o objeto caído. Como objeto, o sujeito desaparece da cena do fantasma. Passagem ao ato e ato psicanalítico se equivalem, uma vez que no ato psicanalítico não há sujeito, sendo possível o sujeito emergir, a partir do corte que esse ato inaugura. Todavia, eles não são correspondentes, ao contrário, eles são opostos no que diz respeito à estrutura desejante subjetiva.

O ato psicanalítico é o ato no qual se institui um psicanalista, na medida em que esse ato marca um ponto de mudança de posição, não somente de analisante a analista, mas também uma mudança de posição na relação com o Outro. Ele também pode ser considerado como um ato de intervenção do analista ou seja, é o que faz o analista em sua *práxis*. Nesta dissertação priorizamos a discussão do ato analítico enquanto ato de intervenção do analista através da interpretação, da pontuação, do manejo da transferência, e sobretudo, do corte que interrompe o deslizar na cadeia de significantes do analisante.

> O ato analítico igualmente opera uma destituição subjetiva, também pondo em cena o objeto. Entretanto, diferentemente da passagem ao ato, o efeito que ele provoca é o corte entre sujeito e objeto. Diante do Real que o ato deixa vislumbrar, o sujeito separa-se definitivamente do objeto, assujeitando-se à verdade de uma perda definitiva. Ele também desaparece da cena fantasmática, porém em vez de pular fora, a atravessa (Steffen, 2013, p. 7).

No ato psicanalítico, tanto quanto na passagem ao ato, há a confrontação no encontro com a Lei do Outro ou no encontro com o real, o que acarreta em angústia em ambos os casos. O que os diferencia é a saída produzida frente à angústia. Enquanto na passagem ao ato, o sujeito abandona a linguagem, ou seja, prescinde do Outro e foge da cena, no ato analítico, a alternativa para o embaraço maior é mediada pela linguagem e visa produzir escandir o discurso do Outro. Em última instância, o ato analítico almeja produzir um corte na relação do sujeito com o objeto, possibilitando num passo a mais, sua travessia. Já na passagem ao ato, o sujeito se identifica ao objeto para evadir da cena, não medida pela linguagem. Portanto, no ato analítico o analista, ao invés de se identificar ao objeto, ele faz semblante ao produzir um simulacro de *objeto a*, a fim de convocar o sujeito barrado e separado do objeto desejante. Portanto, "seu ato não visa à anulação da castração, senão que, justamente, à sua reafirmação pela promoção do corte" (Steffen, 2013, p. 8).

O ato do analista é sem o Outro e sem sujeito. A sua intervenção acontece ali onde "ou eu não penso ou eu não sou". Logo, se de um lado eu não sou psicanalista, resulta disso que eu não penso (Lacan 1967-1968/2009, p. 82). Portanto, quando não me reconheço na minha ação, eis o ato analítico, um ato inconsciente que ultrapassa o analista marcando um antes e um depois de sua intervenção com valor de ato, ou seja, de corte, em última instância. Concluímos que só há ato sob a condição de que não haja sujeito. Logo, no ato psicanalítico não há sujeito. Essa tarefa implica na destituição do sujeito, pois, é ao não pensar que o psicanalista realiza sua operação.

Por isso, Lacan (1969-1970/1992, p. 45), em *O avesso da psicanálise*, orienta que "o próprio analista terá de representar, de algum modo, o *objeto a* (p. 45). Ele deverá se fazer de *objeto a* pois, "é lá onde estava o mais-de-gozar, o gozar do outro, que eu, na medida em que profiro o ato analítico, devo advir" (p. 55). Essa não é uma tarefa fácil, nos lembra Freud (1925/1996), em *Prefácio a juventude desorientada, de Aichohorn*, tendo em vista que analisar é uma das três profissões impossíveis. Em seu retorno ao Freud, Lacan (1969-1970/1992) localiza que "o ato analítico seria a terceira das profissões impossíveis" (p. 176). Operar sempre como *objeto a* é uma tarefa impossível para qualquer analista, mas

novamente, Lacan (1967/1968/2009), em *O ato psicanalítico*, nos ensina que "o psicanalista não é todo *objeto a,* ele opera como *objeto a"* (p. 139). Portanto, é o próprio ato analítico que autoriza a prática psicanalisante, seja ela no consultório ou na instituição.

"A página somente pode ser virada por um gesto que modifica o sujeito, justamente aquele pelo qual o psicanalista se qualifica em ato" (Lacan, 1969/2003, p. 374). O sujeito é o corte da banda, dessa supressão cai o *objeto a*. Dito de outro modo, o ato psicanalítico é efeito de sujeito, a saber, ele constitui o suporte que engendra o sujeito dividido ou barrado. Segundo Lacan (1960/1998), em a *Subversão do sujeito* "a nós, analistas, convém reduzir tudo à função de corte no discurso, sendo o mais forte aquele que serve de barra entre o significante e o significado (p. 815). A fala dirigida a um analista somente adquire valor em seu tropeço. Nesse instante é o ato do analista com valor de corte da cadeia significante que possibilitará verificar se a estrutura do sujeito descontinua no real e, assim, revelar a verdade da relação entre o significante e o significado, ao fazer dos furos do sentido os determinantes do discurso do sujeito.

Para que haja cortes do discurso que modifiquem a estrutura e que permitam interrogar a relação do dizer com o dito, o analista deverá realizar um ato analítico ou um corte na superfície do sujeito. O dito é efeito do corte na produção do sujeito, mas ele não é o próprio sujeito. Esse corte possibilitará partir de um ponto qualquer dar uma volta pelo direito e seu avesso, sem que se tenha mudado de lado. Como produto se tem a banda de Moebius, unilateral e desprovida de um frente e verso (Lacan, 1970/2003).

O ato de interpretação permitiu somente à psicanálise descobrir que "existe um avesso do discurso – sob a condição de interpretá-lo" (Lacan, 1970/2003, p. 417). O direito e o avesso surgem na cena ao mesmo tempo, no momento do ato interpretativo com valor de corte estrutural. O corte no discurso ou na cadeia de significantes instaura um intervalo entre os significantes, produzindo, assim, uma escansão "não do significante, e sim de seu intervalo, apontando para o não-sentido e para a falta no Outro, lá onde pode presentificar-se o objeto como referente" (Quinet, 2009, p. 72). Enquanto escansão do dito produzido no entre os significantes, o corte produzirá a dimensão do desejo inconsciente sob a forma de enigma ou até mesmo provocará a produção de significantes.

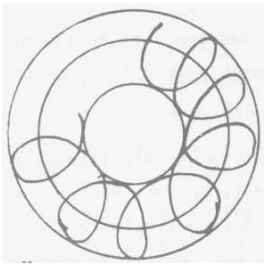
A banda de Moebius "faz seu direito e seu avesso serem um só. Não existe um só ponto dela em que um e outro não se unam" (Lacan, 1972/2003, p. 471). O corte produzido

pelo ato analítico revela o sujeito na banda de Moebius. Logo, o sujeito é a própria banda de Moebius. Ao inscrever seu ato, o analista visa dissociar o sujeito do objeto fantasma, ou seja, o *objeto a*. Dito de outro modo, não se trata de produzir um efeito de significação, mas sim de produzir um sujeito, digamos que "novo", produto da separação entre o sujeito e o objeto.

Em termos topológicos, podemos afirmar que há um vínculo necessário entre o corte e o número de voltas que se realiza na operação, para que se tenha ou não uma modificação da estrutura do analisante ou paciente. Conforme sinaliza Lacan (1972/2003),

> a demanda é enumerável em suas voltas.... insisto: a volta em si não é contável; repetitiva, ela não fecha nada, não é nem o dito nem o por dizer, ou seja, é uma proposição nula.... de todo modo a banda só pode se constituir se as voltas da demanda forem em número ímpar (p. 488).

Nesta imagem, Lacan faz referência às voltas da demanda no toro.



Voltas no toro
Figura 12

Essas voltas da demanda no interior do toro, ao se concluírem reencontrando-se, produzirão uma volta completa em seu interior. Elas esbarram no furo central do toro, furo onde se instala o desejo e nunca alcançam o objeto, produzindo-o sempre como excedente, como a volta a mais que restou do percurso sem ser contabilizada. Daí a relação moebiana, mostrada de outra maneira. Aqui, podemos pensar as inúmeras voltas da demanda associando-as às inúmeras repetições que reenviam o sujeito ao mesmo ponto, sem modifica-lo, pois não tocam o núcleo do desejo. Na imagem acima, o núcleo do desejo é o interior vazio do círculo.

Uma volta única poderá, portanto, produzir o efeito de suplemento, pequenos deslocamentos significantes ou identificatórios. Por sua vez, realizar a volta dupla inaugura algo totalmente inédito e singular. A queda do *objeto a*, enquanto causa do desejo, é que o caracteriza como "novo" ou "inédito. Tais pressupostos nos inspiram a concluir que o duplo

corte é muito interessante, uma vez que se fizermos um corte e dermos uma volta única, abriremos a superfície e a transformaremos em uma faixa, mas não a cortaremos em dois pedaços. Caso façamos um segundo corte ou uma segunda volta, isto irá atravessar o primeiro, mas não o fragmentará. O fato de eles estarem enodados ou enlaçados é que permite realizar um duplo corte, sem que se obtenha dois pedaços como resultante desse processo. Lacan (1961-1962/2003) destaca a particularidade da operação Moebiana, pois "se fizerem tantas vezes quantas quiserem a volta do buraco central, vocês não obterão jamais senão um alongamento de algum tipo de faixa, mas não a dividirão" (p. 378). Portanto, se realizarmos uma volta tripla, quádrupla ou quíntupla e repetirmos esse corte indefinidamente, encontraremos invariavelmente, uma superfície enlaçada uma à outra, à maneira dos laços anéis que encontramos na volta dupla.

Veremos adiante como um ato analítico com valor de corte pode permitir ao sujeito adolescente tomar novos rumos. A vinheta que apresentaremos nos dará elementos para pensarmos e entendermos a afirmação de Lacan (1969/2003): “o próprio ato psicanalítico está sempre à mercê do *acting out* (p. 377). Também será necessária para discutirmos a dimensão do ato analítico como operador Moebiano. Partamos da diferenciação entre psicanálise pura e psicanálise aplicada, para assinalarmos o contexto clínico da prática psicanalítica nas instituições.

3.2. Psicanálise pura e psicanálise aplicada

Miller (2001) em *Psicanálise pura, psicanálise aplicada & psicoterapia* acentua a diferença entre a psicanálise pura, aplicada e aplicada à terapêutica. Segundo ele, esta diferenciação entre os termos psicanálise pura e aplicada é clássica na psicanálise e ultrapassada. Entretanto, tal diferenciação tem produzido embaraço, sofrimento e uma certa hesitação por parte dos analistas. Talvez por isso, Miller (2001) afirma que “essa diferença me pareceu como não sendo feita, não sendo nem sequer considerada, percebida, colocada” (p. 9).

As psicanálises, pura e aplicada, se diferenciam em seu objetivo. A psicanálise aplicada visa o sintoma, ela é “a psicanálise enquanto aplicada ao sintoma” (Miller, 2001, p. 29). A ‘cura’ ou ‘deslocamento’ do sintoma produz alívio e bem estar. Por sua vez, a

psicanálise pura busca um alcance para além do sintoma Por isso, ela conduz ao passe do sujeito, momento em que o sujeito realiza a travessia do fantasma e finda sua análise.

Miller (2001) nos adverte ainda que

> enquanto essa oposição se mantiver do sintoma como o que não vai bem, como o que faz mal, e do fantasma onde nós estamos bem, ou pelo menos de onde se pode tirar um gozo, nós estamos fundados a distinguir a psicanálise pura e a psicanálise terapêutica (p. 30).

Diante do exposto, de que vale a argumentação que desenvolvemos nesse capítulo? Não temos a pretensão de esgotar toda discussão acerca dessa temática. Todavia, posteriormente não nos deteremos nessa última palavra de Miller (2001) sobre o tema e avançaremos nessa discussão, a partir da torção Moebiana, para pensar que o sintoma pode ser ao mesmo tempo aquilo que não vai bem no plano social, mas que vai bem no plano subjetivo, ou o contrário, que o sintoma vai bem no plano social, mas que não vai bem no plano subjetivo. Não são raros os casos de sujeitos atendidos no *Se Liga* que apresentam esse embaraço.

A não diferenciação entre psicanálise pura e aplicada acarretou ao analista confusões práticas ao colocar falsos problemas e soluções, em linhas gerais, e "nos conduziu a uma certa confusão em situar como convém o que nós fazemos na prática" (p. 10).

Para tratar essa diferença, Miller (2001) aposta na psicanálise como prática, pois apesar de serem distintas, a psicanálise pura e aplicada, em última instância, são psicanálise. Vale destacar que ele evocou essa disparidade com a intenção de marcar a diferença entre a psicanálise, seja ela pura ou aplicada, da psicoterapia. Todavia, nesta dissertação nos absteremos de discutir os efeitos da psicoterapia para privilegiar, portanto, a discussão do que realmente é essencial. Segundo a orientação de Miller (2001), o que importa é distinguir "o que é psicanálise e o que não é" (p. 10). Como fazer essa distinção?

Lacan (1973b/2003), em *Televisão*, afirma que "a psicoterapia, qualquer que seja, estanca, não que ela não faça algum bem, mas ela conduz ao pior" (p. 513). Por sua vez, Miller (2001) conclui que "a psicoterapia não existe" (p. 11). A discussão dos efeitos da psicoterapia não nos interessa, pois essa questão não faz laço com os demais saberes. Entretanto, por meio dela podemos deduzir que a psicoterapia não é psicanálise. Logo, por analogia, podemos inferir que quando Lacan (1973b/2003) discerne a psicanálise da psicoterapia, ele também distingue "o que é psicanálise e o que não é". Finalmente, então,

nos servimos da diferenciação entre psicanálise e psicoterapia realizada por Lacan, para discutir a existência ou não da psicanálise, no contexto da psicanálise aplicada, a partir do analista em sua prática, levando, ou não, às últimas consequências sua posição, o seu desejo e seus atos.

Para resolução dessa questão de ser ou não ser psicanálise, Miller (2001) orienta "o que seria preciso é que a psicanálise aplicada à terapêutica permaneça psicanalítica e que ela se mantenha impassível com relação à sua identidade psicanalítica" (p. 10). As colocações apresentadas por Miller (2001), bem como a nossa prática analítica em instituições, evidenciam a percepção de que o que sustenta a psicanálise aplicada no social é a presença do analista em sua função, suportando a posição de objeto causa de desejo para o sujeito, e em alguns momentos também, para a instituição, a fim de suportar com o seu desejo e às vezes com o próprio corpo, a lógica do sujeito. Lacan (1958/1998) fala que: "também o analista tem que pagar.... com o que há de essencial em seu juízo mais íntimo, para intervir numa ação que vai ao cerne do ser (*Kern unseres Wesens*, escreveu Freud)" (p. 593).

Miller (2001) enfatiza a importância de que a psicanálise aplicada à terapêutica, "não ceda sobre seu ser psicanálise.... que ela permaneça psicanálise, que ela seja reservada ao psicanalista, que ela seja psicanálise como tal enquanto aplicada" (p. 11). Que o analista possa suportar o seu lugar e que não se deixe capturar pelo desejo social em fazer o "bem" para o sujeito ou pelo discurso dominante que agencia o saber em nome do sujeito. Essa posição de resistência aos apelos normativos e humanistas da civilização "confere à sua palavra, quando ele a solta, uma potência que é susceptível de operar, que é eficaz, e particularmente para retificar as identificações" do fantasma (Miller, 2001, p. 15).

Nesse sentido, se, equivocadamente, a psicanálise aplicada é exercida em sua prática como um semblante da psicanálise, propriamente dita, apoiando-se na escuta prolongada[25] e de comunicação íntima, a fim de acolher a demanda e o sofrimento do sujeito, o analista poderá se instalar no lugar de grande Outro, como aquele que dá suporte à palavra e tutela o sujeito em seu desejo.

---

[25] O *Se Liga* instituiu o atendimento como espaço para escuta e comunicação íntima do adolescente visando produzir, juntamente com ele, as diretrizes para condução de seu acompanhamento na instituição (Suase, 2012).

Sabemos que, caso o analista sustente essa posição, poderá ele se inscrever no discurso do mestre. Esse discurso o inclui no registro do avesso da psicanálise, na medida em que esse semblante de psicanálise é utilizado para fazer o "bem" para o sujeito. No entanto, ele congela e devora a própria psicanálise pois o semblante de psicanálise, não permite que a verdadeira psicanálise continue avançando, a partir dos alcances e impasses de sua práxis. Mas onde encontrar saídas para essa questão, enfim?

De acordo com Miller (2001), a própria psicanálise conserva esse saber. Ele adverte que os aparelhos de regulação, normatização e validação institucional tradicional, tal qual a Associação Psicanalítica Internacional (IPA)[26], não irão "resistir lá onde a orientação faz falta.... o que nós precisamos é de uma orientação de estrutura para traçar nosso caminho (p. 13).

De acordo com Miller (2001) devemos nos apoiar no grafo do desejo, mais especificamente, no desejo do analista. O desejo do analista se funda na recusa do analista em utilizar o seu suposto saber como o grande Outro todo-poderoso. Tal rejeição é a ferramenta que permite ao analista deslocar-se e ocupar um lugar outro que transcende a palavra e alcançar a pulsão, na qual a questão do gozo está posta. Orientados pelo último ensino de Lacan, transpomos a primeira camada do sintoma e acessamos ao gozo do sujeito ao fazermos do sintoma a nossa principal referência clínica, pois "lá onde isso fala, ao mesmo tempo, isso goza" (Lacan, 1973/2008, p. 123).

Podemos concluir, portanto, que

> pode-se mudar o enquadre de aplicação da psicanálise, mas não a lógica sobre a qual ela se assenta. A instalação das coordenadas simbólicas, que permitem ao sujeito posicionar-se diante do gozo e do saber que escapam disjuntos ao campo do Outro, permanece sempre como eixo de articulação (Guerra, 2011, p. 75).

Talvez por isso, a prática da psicanálise aplicada tem reverberado sobre a psicanálise pura. Veremos como isso se dá nas instituições.

---

[26] International Psychoanalytical Association.

3.3. Psicanálise na instituição

Como podemos pensar a presença do analista na instituição? Como poderá ele dar razão do que faz? Segundo Miller (2008b) podemos conceber o analista como

> objeto nômade e a psicanálise como uma instalação portátil, suscetível de se deslocar para novos contextos e, em particular, para as instituições. Os relatos de caso mostram e demonstram, evidenciam, que os efeitos psicanalíticos propriamente ditos se produzem no seio de contextos institucionais, não importando o quanto esses contextos autorizem a instalação de um lugar analítico. Há um lugar analítico possível na instituição – digamos, um Lugar Alfa (pp. 8-9).

O Lugar Alfa é um lugar analítico possível que possibilita ao sujeito encontrar-se com o seu saber não sabido, o qual ele próprio não acreditava possuir. Em última instância, o Lugar Alfa é "um lugar em que o falar à toa assume a forma de questão e a própria questão, a forma da resposta" (Miller, 2008b, p. 9). Logo, sob transferência, caberá ao analista fazer um ato que elevará o simples falar à toa, momento antes do ato, à condição de enigma na mensagem invertida que retorna ao seu emissor, para que se precipite na forma de resposta ou de solução, o saber inconsciente, o tesouro, opaco em torno da falta de sentido recoberto pela linguagem, no momento após o ato.

Para Viganò (2003),

> a escuta deve-se estender além das palavras enunciadas pelo paciente, deve reconhecer nessas palavras as condições emotivas da enunciação, compará-las com o que a família conta, inseri-las nos acontecimentos da sua realidade infantil, das suas implicações sociais (história de amor e de trabalho, grupo de referência, isolamento, etc). Além disso, a escuta deve registrar as percepções subjetivas que o operador percebe na relação com o paciente e também as escanções efetivas desta: retardos, desaparecimentos, agressividade, excessiva disponibilidade (p. 48).

O discurso analítico pode ser utilizado como estratégia de intervenção clínica na instituição. Visando criar, instituir e formalizar um espaço na instituição que acolha a singularidade do sujeito que ali se apresenta, a forma mais indicada seria através da construção do caso clínico, pois construí-lo é o mesmo que construir o lugar da palavra na instituição (Viganò, 2002 como citado em Alkmim, 2003).

Retomamos a aproximação que fizemos no primeiro capítulo do método socrático e do método analítico, no qual ambos ignoram o que sabem e sustentam que o saber está no

sujeito. Por isso, o saber poderá ser produzido no intervalo entre as falas que dão consistência ao diálogo. Portanto, esse método permite fazer emergir um saber oriundo do próprio sujeito.

Na construção do caso clínico, a equipe também deverá partir da posição de não saber, para que o sujeito possa ser escutado em seus movimentos de endereçamento ao Outro e, sobretudo, em seus modos de gozo. Nesse sentido, estamos operando com um saber do paciente e não um saber sobre o paciente, para fazer surgir daí um saber-fazer com o sujeito que se apresenta na instituição.

A equipe da instituição sejam os técnicos psicólogos, assistente social, pedagogo, enfermeiro, médico, psiquiatra, agente socioeducativo, motorista, administrativo, todos eles devem estar dispostos a escutar e permitir que a palavra circule. Por isso, devem evitar, sobretudo, auxiliar visando o melhor para o sujeito, vislumbrar projetos próprios para o sujeito e, por fim, apagar o sujeito com uso inadequado de psicofármacos (Viganò, 2002 como citado em Alkmim, 2003).

Por vezes, a instituição opera de forma automática e rotineira, executando somente as normas institucionais, sem contudo, desejar saber qual lugar tem ela ocupado na economia de gozo de cada sujeito que lá está. Em outras palavras, sem localizar a demanda do sujeito na relação que mantém com a instituição. Por isso, em alguns casos as instituições fecham as portas para aqueles sujeitos que não se enquadram nas normas e diretrizes institucionais.

Os manejos institucionais são sempre os mesmos, mas pode-se subverter uma regra institucional estabelecida para fazer caber o singular do caso. Todavia, vale destacar que não se trata de criar uma clínica da exceção que toma o caso clínico como exceção, mas sim, sustentar uma clínica que comporta a marca singular do sujeito ao permitir-se que a lei universal seja deslocada em sua lógica de aplicação, mas permanecendo com sua operação que é universal e para todos, inclusive, para um determinado sujeito do caso em particular. Veremos como nesta vinheta clínica foi possível deslocar a lógica de aplicação da lei para fazer caber o singular do caso, sem contudo, fazer da lei uma exceção, o que poderia fundar a instituição como lugar do grande Outro caprichoso, não barrado pela castração.

Vinheta clínica produzida a partir de anotações pessoais do atendimento: Alonso possui 17 anos e cumpriu MSE de internação pela prática de tráfico de drogas, assim como o pai e o irmão, que estavam presos há anos. Ele afirma não ter envolvimento com o tráfico, mas era notória sua identificação com o pai traficante *“meu pai é mestre de obras, ele me*

ensinou .... ele errou e eu também.... meu pai tá preso.... meu irmão tá preso e agora eu”. Alonso *"arma"* contra si mesmo, numa espécie de sabotagem, ao fazer da MSE sua medida para *Internar a Ação.* Fazendo uso da lógica da instituição, ele atua incessantemente e recebe diversas sanções disciplinares[27]. A construção do caso possibilitou uma intervenção analítica cirúrgica no modo de gozo da instituição. Como efeito, veremos, se revelou o desejo inconsciente do sujeito em *“ficar mais trancado que tudo”*, assim como o pai ficara. A partir daí, um novo ato de corte no modo de gozo do sujeito se fez operar. Essa intervenção permitiu a Alonso aceitar negociar, por conta própria, sua dívida impagável com o pai, reconhecendo sua importância e identificando-se a um traço da transmissão que o localiza no mundo como *“mestre de obras”*. Para reinventar sua identidade criou para si um nome próprio com o traço do pai *“sou o mestre da batucada"*, pondo fim, assim, ao embaraço maior da adolescência.

Vejamos os detalhes desse fragmento clínico: a sanção disciplinar pelo descumprimento das normas institucionais foi aplicada para Alonso, assim como, para os demais adolescentes que as violaram. Todavia, a partir da construção do caso e do diagnóstico de discurso que ali se produziu, o detalhe do caso emergiu como um novo saber que balizou e possibilitou à instituição um saber-fazer (*savoir-y-faire*) com aquele sujeito em sua particularidade.

Ao atuar, a instituição aplicava a sanção disciplinar privando Alonso de suas atividades externas, conforme previsto no regimento interno. Suas reiteradas atuações e a ineficácia da intervenção institucional sancionatória reverberavam o mal-estar dessa relação. O detalhe extraído da construção foi perceber que Alonso repetia incessantemente suas atuações para *“ficar na tranca, preso”*, como ele nos diz. A questão é que ao ficar *“na tranca”* ele se alienava cada vez mais ao traço do pai *“preso”*. Portanto, Alonso atuava para ficar *“preso”*, assim como o pai e também para permanecer “preso” ao pai.

Em equipe decidiu-se que a instituição inverteria sua lógica de funcionamento ao singularizar a aplicação da sanção disciplinar ao Alonso. Foi proposto que ao invés de aplicar a sanção, na qual lhe era restrito sua participação em atividades externas, seria aplicada ao Alonso outra sanção, que não lhe privaria de participar das atividades externas, fazendo

---

[27] As sanções disciplinares estão previstas no Regimento Interno dos Centros Socioeducativos e são aplicadas aos adolescentes que transgridem as regras da instituição.

assim, operar uma lei que é para todos. Concomitantemente, acordou-se que sempre que atuasse, para além da aplicação da sanção ele seria convidado para realizar alguma atividade externa, pois se queixa de não participar delas.

Rapidamente, a intervenção produziu efeito *"por que eu atuo e vou para a rua?"*. Coube ao analista fazer retornar ao próprio sujeito sua mensagem invertida na condição de enigma *"por que atuar e ficar preso?"*. Algo se desloca e o adolescente passa a produzir sobre seu desejo inconsciente de ficar preso, tal qual o pai, deslocando-se da alienação a esse ideal identificatório e diminuindo, nesse caso, significativamente suas atuações na instituição, o que significou um ganho terapêutico secundário.

Diante do exposto, pode-se concluir que há manejos para produzir torções e subversão da lógica institucional universalizante, do para todos, e fazer caber na instituição a marca mais singular do sujeito. Todavia, Viganò adverte que "esse trabalho de construção não é ausente de contradições" (Viganò, 2003, p. 49). Há momentos nos quais a presença do analista e da psicanálise é bem quista na instituição, mas alguns atravessamentos e enquadres típicos das instituições, que restringem sua atuação, convocam o analista a dar razão de sua presença na instituição. Dito de outro modo, o analista é convocado a sustentar o seu desejo em ato.

Na clínica tradicional ou na clínica aplicada nas instituições, "não há análise sem enquadre, mas tão pouco há análise se o único que há é enquadre" (Dumézil, 1989, p. 150, tradução nossa). O enquadre institucional, enquadra, ele dá contorno e limites ao definir um espaço, evitando assim, desordens. Muitas vezes, o enquadre institucional torna-se um facilitador, na medida em que possibilita ao analista fazer um bom uso dele na condução dos casos. Por exemplo, no momento em que a participação do adolescente no *Se Liga* está próxima de ser finalizada, não porque o adolescente entende que é o momento de concluir, mas por estar próximo de esgotar seu prazo máximo de participação. De acordo com a metodologia da instituição, o *Se Liga*

> acompanhará o adolescente por um período máximo de 1 (um) ano, contado a partir da data de sua inclusão ao Programa *Se Liga*. O prazo para acompanhamento é baseado no caráter pontual do Programa que, ao não se estender no tempo e à totalidade na garantia dos direitos do adolescente, operando na ótica da incompletude institucional, permite que o adolescente se vincule aos demais espaços disponíveis na rede (Suase, p. 11).

Nesse momento, o analista poderá convocar o sujeito a precipitar uma conclusão ou uma saída, passando assim, do tempo de compreender para o momento de concluir que urge, em alguns casos, até mesmo fazendo a ultrapassagem precipitada do instante de ver para o momento de concluir. Há casos em que o prazo máximo facilita uma precipitação e o sujeito responde bem ao se colocar a trabalho, ainda lógico, que não conclua, ele avança, em muitos casos de forma significativa.

Por outro lado, em muitos outros casos a precipitação dos tempos calcada no enquadre institucional produz efeitos desastrosos, uma vez que o sujeito retorna a uma situação anterior, a um tempo anterior ao que se encontrava no momento em que se anuncia a finalização. No retorno a esse momento anterior, é como se o sujeito estivesse nos dizendo que ainda há trabalho a ser realizado, que o momento de concluir não havia chegado, pois ele está se apresentando de forma similar à que chegou na instituição, com os mesmos sintomas e demandas endereçadas ao Outro e à instituição.

Portanto, o enquadre institucional pode facilitar ou dificultar o trabalho subjetivo, ao atravessar uma direção traçada – da construção do caso ou do cálculo clínico do analista – para o acompanhamento do sujeito em sua particularidade. A relação do sujeito com o analista e com o Outro institucional[28] pode se tornar ainda mais complexa quando este intervém emitindo significantes, normas e regras para sustentar e balizar o acompanhamento. Beneti (2003) afirma que “muitas vezes surgem demandas desses setores junto ao técnico [analista] que o deixam numa posição difícil no tratamento, no que se refere a uma certa liberdade de direção do mesmo, ou seja, com relação aos seus atos (p. 52).

Para demarcar os limites de atuação da instituição, assim como do analista, em cada caso, evitando-se assim, o pior, deve-se investigar e delimitar a posição do sujeito frente ao analista, à instituição, a seu sintoma, seu modo de gozo e de uma forma geral, frente ao Outro. Assim, é a partir dessa orientação clínica que o analista e a instituição poderão tomar um mesmo traçado, ou melhor dizendo, o traço do sujeito para desenharem, cada um dos dois, a intervenção que cabe a cada um. Para além de seu enquadre institucional, segundo Beneti (2003) “para finalizar.... torna-se fundamental delimitar, formular, de modo preciso,

[28] O Outro institucional pode ser o analista ou técnico de referência, a família, os demais sujeitos que frequentam a instituição, a instituição, as instituições parceiras (Beneti, 2003).

as “amarrações e desamarrações” produzidas pelo sujeito, antes e durante a cura [acompanhamento]” (p. 52).

Discutiremos, em seguida, como o analista sustenta seu desejo em ato, dando razão de sua presença na instituição, ao operar com sujeitos adolescentes em que o aspecto sintomático se faz pela via do *acting out* e/ou passagem ao ato.

3.4. A operação clínica, na instituição, com sujeitos adolescentes em que o aspecto sintomático se faz pela via do *acting out* e/ou passagem ao ato

Vimos que da psicanálise pura a psicanálise aplicada há significativas mudanças que trouxeram implicações para a prática analítica nas instituições. Por isso, retomamos a discussão que iniciamos no primeiro capítulo sobre as circunstâncias particulares da psicanálise aplicada na instituição, e que pouco remetem à tradição psicanalítica, para discutir seus efeitos e a operação clínica, no *Se Liga*, com sujeitos adolescentes em que o aspecto sintomático se faz pela via do *acting out* e/ou passagem ao ato.

Partimos do início, do encontro do adolescente com o nome *Se Liga* para enfim discutir o encontro possível com o analista e os efeitos daí decorrentes.

Na clínica tradicional o analisante procura o consultório por conta própria, muitas vezes o analista foi indicado por outro analista ou seu nome foi sugerido por alguém. No consultório, o analisante faz uso da palavra para demandar sua cura ou a melhora de seus sintomas, disposto a pagar por isso, tanto no plano político quanto no subjetivo. Na clínica com crianças e adolescentes, geralmente o sujeito comparece à clínica a partir da demanda dos pais ou de do Outro social, seja ele, escola, amigos ou familiares, sobretudo, quando algo vai mal nessa relação. Sendo assim, o analista deverá se preocupar em deslocar a demanda do Outro para que o próprio sujeito formule sua demanda de tratamento. Mas como poderá um adolescente em conflito com a lei encontrar com um analista na instituição? Será necessário produzir uma demanda de tratamento?

Esse adolescente poderá marcar seu encontro com um analista, a partir da prática infracional que recebe como resposta jurídica, a aplicação da MSE. É via ato, muitas vezes através do *acting out* e/ou da passagem ao ato, ou seja, é pela via da transgressão em ato,

que o desejo do sujeito se institui, tal qual vimos no fragmento do caso Bela, *"posso estar pedindo isso sem eu saber"*. Dito de outro modo, é na infração, pois todo ato é infrator, que o sujeito desejante surge na cena do mundo. Portanto, ainda que esse desejo inconsciente lhe escape, que ele não tenha ciência de seu ato, pois ele é ultrapassado por ele, no ato não há sujeito, é a partir dessa atuação que o adolescente em conflito com a lei se apresenta ao analista enquanto sujeito de desejo.

Na MSE o adolescente é convocado a falar, sem demanda prévia, do ato infracional praticado, sendo contingente o encontro com um analista. Daí a importância de se ter analistas nas políticas públicas de atendimento ao adolescente em conflito com a lei, pois caberá a ele se servir de um "lugar qualquer" para a construção e formalização de um "Lugar Alfa" que lhe permitirá realizar uma torção para investigar se encontramos no ato seu sentido de fala, pois o sujeito se anuncia em ato, em ato de palavra. Em outros termos, poderá ele indagar: será que há na atuação uma mensagem destinada a provocar efeito no Outro, ou até mesmo um modo de inscrição daquilo que se apresenta ao sujeito como insuportável, em última instância, do que não cessa de tentar se inscrever?

É nesse sentido, portanto, que é de suma importância que o analista faça uma análise da(s) cena(s) da prática infracional. Deverá ele se questionar: houve um ato, um ato verdadeiro que comporta uma ultrapassagem do limite do Outro? Esse ato marca um antes e depois na história do sujeito? Com seu ato o sujeito se inscreve em algum lugar no campo do Outro, fundando uma nova experiência? Um novo desejo se instituiu com o ato? Todas essas questões podem servir de balizadores para a localização das coordenadas simbólicas de todo ato, pois todo ato é um ato significante. Por outro lado, mesmo que a acão infracional não tenha valor de ato, mas se inscreva no circuito da repetição, cabe ao analista dirigir sua aposta ao trabalho sobre o gozo, sobre o sem sentido do circuito da repetição, de forma que dali possa nascer uma nova condição subjetiva, desejante.

Retomando o contexto institucional do *Se Liga* no qual o adolescente, desligado da MSE de internação e semiliberdade, escolhe participar, voluntariamente, qual é a marca do encontro desse adolescente com o *Se Liga*? Qual o efeito de seu encontro contingente com um analista? Discutiremos!

Tal qual um adolescente na clínica tradicional se apresenta ao analista, por vezes pela demanda do Outro, o adolescente participante do *Se Liga* também poderá fazê-lo, haja vista

que sua participação é produto de sua escolha, ainda que ela, em alguns casos, se assemelhe a uma escolha forçada pelo laço da tradição como o trabalho, a escola e a profissionalização. Mas esse argumento ainda não responde à questão do que causa ou provoca o desejo desse adolescente em participar do *Se Liga*, nem mesmo a forma com que chega a ele o significante *Se Liga* ou de seus representantes.

Dumézil (1989) lança uma luz norteadora a esse enigma: "sempre há um intermediário, seja quem seja, que dá minha direção a estes pacientes" (p. 48). Considerando essa lógica, podemos supor que são imprescindíveis e de suma importância os momentos nos quais o adolescente encontra o significante *Se Liga*, seja por meio de encontros para "apresentação da proposta do Programa em grupo", seja no momento do "atendimento individual para apresentação do *Se Liga*", em momentos de "participação em eventos nas unidades socioeducativas", ou até mesmo quando a unidade socioeducativa ou outro adolescente transmite algo desse significante para o adolescente, fazendo assim a função que Dumézil nomeou de intermediário. Nas palavras de Lacan (1955/2010) poderíamos dizer que o intermediário é o mensageiro que dá a direção, as coordenadas do espaço no qual ele poderá encontrar com um analista para que, enfim, sua mensagem chegue ao seu destinatário.

Portanto, deve-se ficar atento ao que se diz ao adolescente, pois ele capturará algo desse dito e o fará de vetor transferência com a instituição. O adolescente irá eleger um significante que lhe remete ao *Se Liga* e ele será transmitido em seu encontro com a instituição, podendo ou não, a mensagem enigmática ser decifrada. Daí a nossa aposta na presença do analista não somente nessa instituição, mas no social, na cidade, porque não dizer, no mundo?

O analista no *Se Liga* deverá produzir demanda? Caberá à ele decifrar a mensagem, mas de que forma o adolescente a apresenta ao analista? Em nossa prática, em sua maioria, não diria que o analista produz demanda, mas sim, que ele desloca a demanda do Outro para o próprio sujeito, conforme dito anteriormente. Veremos sob que parâmetros esse deslocamento é possível.

Miller (2008b), no artigo *Rumo ao Pipol 4*, afirma que "um Lugar Alfa não é um local de escuta. Hoje, chama-se de lugar de escuta o local em que o sujeito é convidado a falar o que quiser, à vontade. Diz-se que o pôr em palavras alivia". A discussão de que lugar

ou de qual espaço se trata, o Lugar Alfa, nos parece relevante, não por atestar ou não a eficácia do simples lugar de escuta disponibilizado comumente nas instituições, mas sobretudo, pela possibilidade de o analista fazer uso desse lugar de simples escuta, para transformá-lo em um Lugar Alfa. Portanto, caberá ao analista se servir desse lugar, diríamos, de "um lugar qualquer" que permitisse escutar o sujeito livremente sob transferência, para alçá-lo a um Lugar Alfa. Esse lugar, portanto, não está dado, compete ao analista construí-lo, seja nas instituições ou no consultório. Veremos!

Conforme discutimos no subtítulo anterior, neste lugar o analista possibilita ao sujeito tratar-se de seu ser de gozo na produção de uma saída singular, na qual um saber-fazer com isso (*savoir-y-faire*) poderá ser utilizado em causa própria, não mais servindo ao circuito pulsional mortífero e imperativo de gozo.

Conforme mencionado no primeiro capítulo, o espaço para escuta do adolescente, no *Se Liga*, é nomeado atendimento. Os atendimentos são realizados periodicamente e previamente agendados, o que não impossibilita de atender o adolescente caso ele demande ou compareça à sede do Programa sem prévio agendamento. Esse atendimento tem a finalidade, em última instância, de "auxiliar o adolescente a elaborar saídas para seus impasses" (Suase, p. 18). A saída pode se dar pelo laço tradicional do trabalho, curso profissionalizante, escolarização, família, cultura e lazer, dentre outros, mas também, saídas outras podem ser construídas do encontro com um analista em "um lugar qualquer", no qual o sujeito poderá de forma singular produzir uma saída possível para seu mal estar.

Percebam como as diretrizes traçadas na metodologia de trabalho dessa instituição, construída a partir da prática, são sensíveis ao fazer do analista: "o vínculo estabelecido em atendimento nada mais é do que a ferramenta inicial para possibilitar ao adolescente a (re)construção de sua trajetória pela cidade, pela rede e pela família" (Suase, p. 17). Em síntese, caberá ao analista escolher e sustentar seu desejo ao fazer de "um lugar qualquer", um Lugar Alfa que possibilite ao adolescente tratar os seus sintomas e se reposicionar no laço com o Outro, enlaçando-se ou desenlaçando-se, ou até mesmo, ambos simultaneamente, ao laço com o Outro, no mesmo lugar, mas nunca da mesma maneira, pois o corte na banda engendra um antes e um depois.

No próximo subtítulo veremos como enlace e desenlace podem acontecer simultaneamente sob o prisma da banda de Moebius e do ato analítico como ferramenta de suporte do desejo do analista em sua prática.

3.5. A dimensão do ato analítico como operador Moebiano

Neste tópico apresentaremos a prática analítica no Programa *Se Liga*, bem como discutiremos a dimensão do ato analítico como operador Moebiano.

Em, *O ato psicanalítico*, Lacan (1969/2003) afirma que: "o próprio ato psicanalítico está sempre à mercê do *acting out*, do qual já mostramos acima sob que aparências ele faz caretas (p. 377). Tal afirmativa sugere que a operação inconsciente do ato analítico seja realizada, a partir de um *acting out* do sujeito. Em nossa prática analítica no *Se Liga* são frequentes os casos nos quais o aspecto sintomático do sujeito adolescente, se faz pela via do *acting out* e/ou da passagem ao ato. Por isso, apresentaremos e discutiremos duas vinhetas clínicas para localizar a forma de apresentação desses sujeitos, assim como, a operação moebiana engendrada, a partir do ato psicanalítico.

Conforme mencionado anteriormente, o *Se Liga* é um Programa de livre participação, ou seja, o adolescente poderá escolher por participar ou não do *Se Liga*. A princípio o *Se Liga* apresenta como atrativo: cursos profissionalizantes, inserção no mercado de trabalho, escolarização e ações no que tange aos eixos saúde, cultura, esporte e lazer, bem como, a família. Essa imensa oferta faz com que o adolescente escolha participar do Programa, porém, não faz com que o sujeito se enlace à um ou mais desses dispositivos ou até mesmo faça com que ele sustente por exemplo, o trabalho ou curso iniciado. Em sua dimensão política, o sujeito adolescente escapa do ideal do estado e/ou ao ideal societário de adaptação. Há aqui, portanto, um ponto de escape que produz indagações: se os adolescentes participantes do *Se Liga* não aderem à normatização, à universalização e à massificação das saídas possíveis para o sujeito, em qual laço[29] eles estarão inseridos? Tendo em vista que ao

[29] Aqui utilizaremos a noção de laço a partir da ideia simples de que o sujeito se liga a objetos do mundo. Sabemos que, para Lacan (1969-1970/1992), laço social é discurso e que discurso para a psicanálise

mesmo tempo em que eles não reincidem, realizam cursos profissionalizantes, e estão inseridos e frequentes na escola ou trabalhando, eles sustentam os laços com o crime ou com seus representantes, de alguma maneira. Portanto, o adolescente sustenta no *Se Liga*, muitas vezes, essa posição ambígua na qual ao mesmo tempo em que está trabalhando, por exemplo, ele está infracionando ou praticando os mesmos atos que o conduziram ao cumprimento da medida socioeducativa (MSE).

Portanto, ao mesmo tempo em que esses adolescentes não reincidem, os mesmos também não aderem ao ideal do estado. Então de que serve a esses adolescentes, o *Se Liga*? Nossa aposta é a que esses adolescentes possam se servir desse espaço de ofertas para construir ao seu modo, um espaço para "dar um tempo", um intervalo de suspensão no qual ele poderão elaborar e compreender algo sobre si mesmos e seu sofrimento, para que enfim, eles possam fazer uma escolha e sustentar uma posição decidida no laço com Outro. Pois, como podemos atestar no caso Xavi, mudar de infrator para *trabalhador* é estar na mesma posição subjetiva, já que toda a problemática gira em torno da mudança de posição subjetiva. Daí a importância desse adolescente poder encontrar com um analista e desse encontro um novo desejo, uma nova posição subjetiva poder surgir. É a partir do discurso analítico e da transmissão de sua prática como estratégia de intervenção clínica na instituição que o analista, na instituição, poderá produzir pequenas fraturas na política do Estado e como efeito de sua posição na instituição produzir um Estado cada vez menos rígido e mais sensível às questões do sujeito.

Quando o analista a partir de sua prática abre espaço para o discurso analítico, ele opera uma torção na lógica institucional de funcionamento, por isso ela se vê subvertida. Ele passa de um discurso que dita ou segue regras, para um discurso que comporta o elemento da contingência, do encontro, da surpresa, enfim, da possibilidade em seu interior. Por exemplo, na forma de compreensão ou na forma de escutar e tratar a maneira com que o sujeito adolescente em conflito com a lei se apresenta pela via do *acting out* e da passagem ao ato. No intuito de transmitir uma prática analítica na instituição, apresentamos uma vinheta do caso Eduardo.

---

comporta elementos heterogêneos como sujeito do inconsciente, objeto causa do desejo e linguagem (significante mestre e saber).

Eduardo possui 19 anos e, antes mesmo do final do cumprimento da medida socioeducativa, o mesmo demandou ações para sua inserção no mercado de trabalho. Assim que foi desligado da MSE compareceu à sede do *Se Liga* para efetivar sua inclusão. Todavia, logo em seu primeiro atendimento, Eduardo trajado de chinelo, boné, bermuda e camiseta comparece portanto um "latão" de cerveja, no momento exato em que a recepção da instituição estava lotada. Seus olhos vermelhos e a voz embargada não deixaram dúvidas aos espectadores que aguardavam por atendimento na recepção, quanto ao seu uso excessivo de álcool.

Nesse caso, havia duas possibilidades de operar com essa forma do Eduardo apresentar-se, sendo, uma pela moral disciplinadora e outra pelo discurso analítico. Mas isso não quer dizer que não possam operar simultaneamente, pois, como vimos, o sujeito responde em dois planos, o subjetivo e o político, em um só tempo. Todavia, estamos advertidos das implicações de operar somente por uma dessas vias, uma vez que realizar uma operação somente no plano político não produz mudanças no plano subjetivo, por sua vez, uma resposta unicamente no plano subjetivo poderia gerar efeitos desastrosos na organização institucional, tendo em vista que inauguraria precedentes para esses casos de uso de álcool na instituição que a princípio não é um espaço para lazer do adolescente.

Nossa aposta é que ambas poderiam operar, por isso, Eduardo foi conduzido até a porta do *Se Liga*, por um profissional da instituição, para conversar sobre o fato dele fazer uso de bebida alcoólica na instituição. Essa intervenção institucional introduziu um pequeno espaço de tempo que permitiu ao analista tomar ciência do acontecido. Daí um ato se precipitou: ao olhar para o analista que encontrava-se na porta da instituição, Eduardo caminha em direção ao analista e diz: a latinha acabou, vou jogar no lixo, ao que o analista consente, como veremos em seguida, deslocando a questão. O próprio analista é ultrapassado pelo ato introduz um corte que provoca uma torção, uma subversão, uma sutura na estrutura do sujeito que marcou um antes e um depois em sua trajetória na instituição. Antes desse ato, Eduardo demandava trabalho e, após esse ato, durante um ano em que foi atendido no *Se Liga*, não mais demandou trabalho. Ele os conseguia por conta própria. Poderíamos nos perguntar de que então lhe serviu o *Se Liga*, haja visto que nunca mais solicitou inserção no mercado de trabalho?

Ao analista coube elevar o ato de Eduardo à categoria de mensagem e hipotetizar que através de seu ato ou mais precisamente de seu *acting out*, ele endereçava-lhe em ato um

dizer, ele diz algo e por isso se inscreve como efeito de linguagem. O ato pode ser entendido como uma fala, impossível de ser dita e por isso mesmo atuada, por isso podemos encontrar num ato o seu sentido de palavra. Enquanto, um substituto da palavra, pode ser entendido como o começo da transferência. Na contramão da universalização e da homogeneização da subjetividade no contemporâneo, apostamos que o sujeito em ato inscreve seu desejo ou sua marca como forma de presença no mundo, nesse sentido, Eduardo resistindo à universalização do mal estar contemporâneo esforça-se para tentar salvar sua singularidade. Portanto, após o ato do analista, Eduardo deixou de demandar trabalho e passou a trabalhar a sua relação com o álcool e implicação de seu uso na relação com o Outro. O *Se Liga* serviu de suporte, não como aquele que agencia o saber no lugar do mestre, traçando caminho e direção para a trajetória desse adolescente, mas sim como, um suporte da palavra em sua travessia.

A intervenção do analista, “agora você pode entrar [autorizando a intervenção institucional realizada por um profissional da instituição], a lata pode ir para o lixo, mas conversaremos aqui sobre o álcool”, permitiu uma mudança de posição do sujeito. Portanto, a lata e o trabalho foram descartados com essa intervenção, mas como seu efeito, Eduardo trabalhou durante um ano o conteúdo da lata, ou seja, o álcool. A intervenção foi no sentido de convocá-lo para dizer sobre o que passa nessa cena na qual ostenta o objeto álcool, logo, foi lhe dada a palavra para falar o impossível de ser dito e, por isso mesmo atuado. E, a partir daí ele inaugura um espaço para falar do lugar do álcool em sua vida e desse traço que o enlaçava ao pai.

Viganò (2002 citado por Alkmim, 2003) firma que “o psicanalista é aquele que pode dizer a um sujeito, em um momento crucial de sua vida, alguma coisa que para ele se torna inesquecível” (p. 43). O encontro com um analista no exercício de sua prática permitirá ao adolescente produzir um novo nome que desloca o lugar no qual estava fixado em seu modo de gozo no campo do Outro ou um *savoir-y-faire*, um saber-fazer com isso, com seu mal estar que poderá ser rearranjado em favor do próprio sujeito. Daí pensar o ato analítico como a ferramenta que ao mesmo tempo que corta desatando o laço com o Outro, ele ata o laço com o Outro, mas não da mesma maneira, pois, o sujeito nunca mais será o mesmo.

Os diferentes casos, a sua maneira, atestam o valor do ato analítico e reconfiguram o lugar do ato na clínica com os adolescentes em conflito com a lei. Como vimos, no caso que abre essa dissertação, é pela via do ato, quando este é recolhido, que o sujeito pode fazer

dele um ato de palavra e engajar-se em um novo modo de ser. No caso de Bela vemos isso acontecer a partir de pequenos deslocamentos discursivos que antecedem uma tomada de responsabilidade subjetiva e uma torção que a engaja de uma posição de abandonada, de fora, a uma nova posição de se perguntar pelo que seu ato quer dizer. Ela consente com a experiência inconsciente. E, mais do que isso, localiza na dependência alcoólica a dependência materna que funciona alienando-a de seu desejo. Engajar-se em um novo modo de satisfação foi a consequência dessa operação analítica que recebeu, ao longo de suas atuações, sua mensagem, devolvendo-as invertidas e colocando Bela a trabalho – não sem muita resistência. O corolário ou o outro lado dessa operação subjetiva é operação política que permite a essa jovem, que buscava na rua desligar-se da mãe, fazer um novo uso das cenas da cidade e de suas instituições. Deslocada do significante “infratora”, ela pode se ligar a novos nomes para se localizar na cena da pólis. Ponto precípuo em que sujeito e cidade resistem à reincidência e suportam uma nova condição de funcionamento. Portanto, ao operarmos essa torção no plano político e subjetiva ao mesmo tempo possibilitamos fazer caber na instituição que é para todos, o traço que o sujeito apresenta como mais singular, ou seja, o seu desejo. Nesse sentido, podemos concluir que o ato pode ser entendido como uma tentativa inconsciente do sujeito em salvar sua singularidade, pois é a partir de seu ato infrator, na medida em que transpõem um certo limiar do Outro, que o sujeito pode subverter sua condição e apresentar seu desejo. Essa é uma chave de leitura ou uma lógica possível para se pensar o modo de operar com adolescente em que o aspecto sintomático se faz pela via do *acting out* e/ou da passagem ao ato, em última instância, com o adolescente em conflito com a lei.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa dissertação de mestrado teve como principal objetivo formalizar teoricamente a prática analítica oriunda da experiência vivenciada, sobretudo no âmbito do Programa de Egresso do Estado de Minas Gerais, nomeado *Se Liga*. Por isso, apresentamos o fragmento do caso Bela, assim como as vinhetas clínicas de: Alonso, Eduardo e Xavi.

Vimos como não são raros os casos nos quais o sujeito adolescente com seu ato infrator realiza o movimento paradoxal em (des)atar sua presença no laço social com o Outro, simultaneamente. No fragmento do caso Bela fica implícito, em sua lógica de funcionamento, o atar e desatar sua presença no laço social através do ato infracional. A partir da vinheta do caso Xavi, apreendemos a persistência dos (des)enlaçamentos na costura fina de novos modos de existir, após cumprir a medida socioeducativa. Por sua vez, a vinheta do caso Eduardo nos permitiu verificar o fazer clínico do analista, na instituição, com sujeitos adolescentes em que o aspecto sintomático se faz pela via do *acting out* e/ou da passagem ao ato. E finalmente, a vinheta do caso Alonso ilustrou a importância da presença de um analista na instituição, na medida em que ele pode com seu desejo e ética deslocar a lógica de aplicação da lei institucional para fazer caber o singular do caso, sem contudo, fazer da lei uma exceção.

A fim de fundamentar essa discussão da prática analítica na instituição, bem como em formalizar um arcabouço teórico que permitisse sustentar a hipótese que os adolescentes em conflito com a lei realizam o movimento de desatar e atar sua presença no laço social, investigamos e analisamos a noção de ato na obra de Freud e Lacan, sobretudo nos *Seminários A lógica da fantasia* (Lacan, 1966-1967/2008) e *O ato psicanalítico* (Lacan, 1967-1968/2009). Além disso, nos servirmos especialmente do *Seminário A identificação* (Lacan, 1961-1962/2003) e do texto *O aturdito* (Lacan, 1972/2003) para articular a subversão do sujeito na produção em ato de um novo desejo, a partir da topologia da Banda de Moebius.

Para formalizar a prática clínica do analista na instituição apresentamos o espaço institucional e algumas de suas diretrizes que tangenciam, o entorno do atendimento e o encontro com o adolescente. Em seguida, discutimos a construção de uma prática clínica e

avançamos na investigação e formalização do método psicanalítico. Em nossa argumentação acerca do método articulamos e aproximamos, o método socrático do método psicanalítico. Aprendemos com Freud (1914b/1996), em seu método, digamos, da autenticação, a pinçar detalhes preciosos da escuta clínica do sujeito e colocar em relevo os detalhes de menor importância. Do detalhe passamos à discussão do traço do caso em Lacan (1967-1968/2009; 1973a/2003). Em síntese, o traço do caso conduz ao singular, colocando em jogo a diferença, a alteridade. Nesse dispositivo o analista intervém com a linguagem do inconsciente, da qual pode-se extrair daí suas marcas.

Por fim, articulamos a noção de ato, o ato analítico e a banda de Moebius. O ato produz um corte que marca um antes e um depois. Dele surge um novo desejo. Nessa perspectiva entendemos que o ato permite ao adolescente passar para uma outra condição e apresentar o seu desejo. Hipotetizamos que é com seu ato que o sujeito adolescente em conflito com a lei garante a sua singularidade. O adolescente na instituição poderá encontrar com um analista, mas é o ato deste que poderá ou não marcar esse encontro. O ato do analista em seu valor de corte marca um ponto de mudança de posição, não somente de analisante a analista, mas também uma mudança de posição na relação com o Outro. Isso que faz o analista em sua *práxis* pode marcar um corte na estrutura do sujeito, uma mudança de rumo no destino, a partir do encontro com um analista. A banda de Moebius nos permite compreender o ato como corte estrutural que funda o sujeito, separando-o do Outro e enlaçando-o ao objeto. Ela nos permite pensar que as coisas nem sempre tem um dentro e um fora, um certo e um errado ou que há o inconsciente subjetivo e o consciente político. Mas sim, pelo contrário, evidencia que existe uma relação, uma correção entre o direito e o avesso, sugerida pela continuidade na banda.

Portanto, entendemos que o ato se apresenta ao adolescente em conflito com a lei como única saída possível para lhe dar com seu mal-estar. Além disso, Hipotetizamos que esse adolescente marca sua presença no campo do Outro e sua singularidade em ato. Se essa é a única forma que o sujeito adolescente encontra para se sustentar no laço social e garantir a sua singularidade, “só nos resta uma direção a tomar: a direção do desejo. E é essa direção que sustenta a psicanálise para além de uma técnica ou método, a ética do desejo” (Figueiredo, 2008, p. 250).

Diante do exposto, concluímos essa dissertação apostando que para manter vivo o sujeito, não poderemos abrir mão de nosso desejo. Desejo de saber o que eles querem fazer

crê com seu ato infrator e revolucionário. Aprendemos ainda com Guerra (2011) que, apoiada em sua ética, a psicanálise tem que se fazer presente no mundo, ainda que de forma politicamente incorreta. Sustentamos que a psicanálise deva transmitir o seu desejo de saber e ao analista, cabe a tarefa de transmitir a sua prática.

REFERÊNCIAS

Agord, M. D. (2006). A negação lógica e a lógica do sujeito. *Revista Ágora*, 9(2), pp. 241-258. Recuperado em 04 janeiro, 2015, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982006000200006

Alkmim, W. (2003). Construir o caso clínico a instituição enquanto exceção. *Almanaque de psicanálise e saúde mental: o caso clínico em psicanálise: construção, apresentação, publicação et cetera*, 1(1), pp. 43-46.

Aquino, L. G. (2012). Criança e adolescente: o ato infracional e as medidas sócio-educativas. *Revista Âmbito Jurídico, Rio Grande, 15(99)*. Recuperado em 01 dezembro, 2015, de http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11414.

Barros, F. O. (2005). Angústia em cena: *Jornada de Cartéis da Escola Brasileira de Psicanálise, nº 15*.

Barroso, S. F. (2003). Sobre o caso clínico: uma contribuição à metodologia de pesquisa em psicanálise. *Almanaque de psicanálise e saúde mental: o caso clínico em psicanálise: construção, apresentação, publicação et cetera*, 1(1), pp. 19-24.

Beneti, A. (2003). A apresentação do caso clínico na Instituição. *Almanaque de psicanálise e saúde mental: o caso clínico em psicanálise: construção, apresentação, publicação et cetera*, 1(1), pp. 51-53.

Brasil. (1984). *Código Penal Brasileiro***.** Lei Federal nº 2.848, 07 de dezembro de 1984. Brasília: Senado Federal.

Brasil. (1988). *Constituição da República Federal do Brasil*. Brasília: Presidência da república. Recuperado em 08 de dezembro, 2014, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Brasil. (1990). *Estatuto da Criança e do Adolescente***.** Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Senado Federal.

Brasil. (2012). *SINASE*. Lei Federal nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional e altera outras. Brasília: Presidência da república. Recuperado em 08 de dezembro, 2014, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm

Brodsky, G. (2004). Short story: *Os princípios do ato analítico*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.

Cabas, A. G. (2009). *A realização do sujeito e a razão socrática*. In O sujeito na psicanálise de Freud a Lacan: da questão do sujeito o sujeito em questão (pp. 155-165). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Carvalho, F. Z. F. (2002). Psicose e passagem ao ato: comentário a partir do seminário X de Jacques Lacan. Belo Horizonte: *Abrecampos, 2(2),* pp. 66-79.

Chaui, M. (2000). *Campos de investigação da filosofia*. In Convite à filosofia (pp. 39-51). São Paulo: Ática.

Dumézil, C. (1989). *La marca del caso: el psicoanalista por su rastro*. (I. Agoff, Trad.). Buenos Aires: Nueva Visión.

Drummond. C. (2003). O caso clínico na psicanálise com crianças e seus efeitos de transmissão. *Almanaque de psicanálise e saúde mental: o caso clínico em psicanálise: construção, apresentação, publicação et cetera,* 1(1), pp. 31-34.

Dutra, M. C. B. (2002). *As relações entre psicose e periculosidade*: contribuições clínicas da concepção psicanalítica da passagem ao ato. Belo Horizonte: Annablume.

Fontes, F. F., Medeiros, C. P., Holanda, S. A. R., Maia, A. B. & Sales, A. L. L. F. (2009). Retomando o conceito de conflito psíquico a partir da sua origem na clínica freudiana da histeria: o caso Dora revisitado. *Revista do Núcleo Sephora de Pesquisa sobre o Moderno*

e o Contemporâneo / aSEPHallus, 4(7), pp. 114-123. Recuperado em 04 janeiro, 2015, de http://www.isepol.com/asephallus/numero_07/revista_7.pdf

Freud, S. (1893/1996). *Charcot*. In Primeiras publicações psicanalíticas (Vol. 3, pp. 17-32). (J. Salomão, Trad.). Rio de Janeiro: Imago. (Edição standart brasileira das obras psicológicas completa de Sigmund Freud).

Freud, S. (1893[1887]/1986). *Primórdios da amizade*. In Correspondência Completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess (pp. 15-48). (Editado por J. M. Masson). Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1895/1996). *Estudos sobre a histeria*. In Estudos sobre a histeria (Vol. 2, pp. 11-35). (J. Salomão, Trad.). Rio de Janeiro: Imago. (Edição standart brasileira das obras psicológicas completa de Sigmund Freud).

Freud, S. (1901a/1996). *Lapsos da fala*. In Sobre a psicopatologia da vida cotidiana (Vol. 6, pp. 67-114). (J. Salomão, Trad.). Rio de Janeiro: Imago. (Edição standart brasileira das obras psicológicas completa de Sigmund Freud).

Freud, S. (1901b/1996). *Atos casuais e sintomáticos*. In Sobre a psicopatologia da vida cotidiana (Vol. 6, pp. 193-216). (J. Salomão, Trad.). Rio de Janeiro: Imago. (Edição standart brasileira das obras psicológicas completa de Sigmund Freud).

Freud, S. (1905[1901]/1996). *Fragmentos da análise de um caso de histeria*. In Um caso de histeria, três ensaios sobre sexualidade e outros trabalhos (Vol. 7, pp. 13-116). (J. Salomão, Trad.). Rio de Janeiro: Imago. (Edição standart brasileira das obras psicológicas completa de Sigmund Freud).

Freud, S. (1909/1996). *Análise de uma fobia em um menino de cinco anos*. In Duas histórias clínicas (o “Pequeno Hans” e o “Homem dos Ratos”) (Vol. 10, pp. 13-133). (J. Salomão, Trad.). Rio de Janeiro: Imago. (Edição standart brasileira das obras psicológicas completa de Sigmund Freud).

Freud, S. (1913[1912-1913]/1996). *Totem e Tabu*. In Totem e Tabu e outros trabalhos (Vol. 13, pp. 13-163). (J. Salomão, Trad.). Rio de Janeiro: Imago. (Edição standart brasileira das obras psicológicas completa de Sigmund Freud).

Freud, S. (1914a/1996). *Recordar, repetir e elaborar (Novas recomendações sobre a técnica da psicanálise II)*. In O caso Shreber, artigos sobre a técnica e outros trabalhos (Vol. 12, pp. 159-171). (J. Salomão, Trad.). Rio de Janeiro: Imago. (Edição standart brasileira das obras psicológicas completa de Sigmund Freud).

Freud, S. (1914b/1996). *O Moisés de Michelangelo*. In Totem e Tabu e outros trabalhos (Vol. 13, pp. 213-241). (J. Salomão, Trad.). Rio de Janeiro: Imago. (Edição standart brasileira das obras psicológicas completa de Sigmund Freud).

Freud, S. (1920/1996). *A psicogênese de um caso de homossexualismo numa mulher*. In Além do princípio de prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos (Vol. 18, pp. 155-183). (J. Salomão, Trad.). Rio de Janeiro: Imago. (Edição standart brasileira das obras psicológicas completa de Sigmund Freud).

Freud, S. (1921/1996). *Identificação*. In Psicologia de grupo e análise do ego (Vol. 18, pp. 115-120). (J. Salomão, Trad.). Rio de Janeiro: Imago. (Edição standart brasileira das obras psicológicas completa de Sigmund Freud).

Freud, S. (1923/1996). *O Ego e o Id*. In O Ego e o Id e outros trabalhos (Vol. 19, pp. 13-80). (J. Salomão, Trad.). Rio de Janeiro: Imago. (Edição standart brasileira das obras psicológicas completa de Sigmund Freud).

Freud, S. (1924[1923]/1996). *Uma breve descrição da psicanálise*. In O Ego e o Id e outros trabalhos (Vol. 19, pp. 211-234). (J. Salomão, Trad.). Rio de Janeiro: Imago. (Edição standart brasileira das obras psicológicas completa de Sigmund Freud).

Freud, S. (1925/1996). *Prefácio a juventude desorientada, de Aichhorn*. In O Ego e o Id e outros trabahos (Vol. 19, pp. 303-308). (J. Salomão, Trad.). Rio de Janeiro: Imago. (Edição standart brasileira das obras psicológicas completa de Sigmund Freud).

Freud, S. (1926[1925]/1996). *Inibições, Sintomas e Angústia*. In Um estudo autobiográfico, Inibições, sintomas e angústia, Análise leiga e outros trabalhos (Vol. 20, pp. 81-171). (J. Salomão, Trad.). Rio de Janeiro: Imago. (Edição standart brasileira das obras psicológicas completa de Sigmund Freud).

Freud, S. (1937/1996). *Construções em análise*. In Moisés e o Monoteísmo, esboço de psicanálise e outros trabalhos (Vol. 23, pp. 271-287). (J. Salomão, Trad.). Rio de Janeiro: Imago. (Edição standart brasileira das obras psicológicas completa de Sigmund Freud).

Freud, S. (1940[1938]/1996). *A divisão do ego no processo de defesa*. In Moisés e o Monoteísmo, Esboço de psicanálise e outros trabalhos (Vol. 23, pp. 289-296). (J. Salomão, Trad.). Rio de Janeiro: Imago. (Edição standart brasileira das obras psicológicas completa de Sigmund Freud).

Freud, S. (1950[1895]/1996). *Projeto para uma psicologia científica*. In Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos (Vol. 1, pp. 333-400). (J. Salomão, Trad.). Rio de Janeiro: Imago. (Edição standart brasileira das obras psicológicas completa de Sigmund Freud).

Figueiredo, A. F. (2008). Psicanálise e universidade: reflexões sobre uma conjunção ainda possível. *Fractal revista de psicologia, 20(1)*, pp. 237-252.

Granon-Lafont, J. (1987). *La topologia basica de Jacques Lacan*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión.

Guerra, A. M. C. (2011). *Profanação e resistência: psicanálise, pesquisa e intervenção social*. In Caldas, H. & Altoé, S. Psicanálise, Universidade e Sociedade (pp. 67-80). Rio de Janeiro: Cia de Freud: PGPSA/UERJ.

Guerra, A. M. C & Martins, A. S. (2013). Psicanálise e Política: contribuições metodológicas. Argentina. *Revista Borromeu, 4*, pp. 90-111.

Guerra, A. M. C. (2015). (no prelo)

Homrich, A. C. B. (2008). *O conceito de superego na teoria*. Tese de doutorado, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. Recuperado em 04 janeiro, 2015, de http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47133/tde-13072009-102828/pt-br.php

Jorge, M. A. C. (2010). *Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan* (Vol. 2).. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Lacan, J. (1950/1998). *Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia* (V. Ribeiro, Trad. pp. 127-151). In Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Lacan, J. (1951/1998). *Intervenção sobre a transferência* (V. Ribeiro, Trad. pp. 214-225). In Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Lacan, J. (1953-1954/2009). *Os escritos técnicos de Freud*. (O Seminário 1, 2ª ed.). (B. Milan, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Lacan, J. (1955/1998). *Variantes do tratamento padrão* (V. Ribeiro, Trad. pp. 325-364). In Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Lacan, J. (1955/2010). *A carta roubada* (O Seminário 2, 2ª ed., pp. 259-278). (M. C. L. Penot, A. Quinet, Trad.). In O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Lacan, J. (1956-1957/1995). *A Relação de Objeto* (O Seminário 4). (D. Duque, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Lacan, J. (1957a/1995). *O significante no real* (O Seminário 4, pp. 237-253). (D. Duque, Trad.). In Teoria da Falta do Objeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Lacan, J. (1957b/1995). *O significante e os chistes* (O Seminário 4, pp. 291-308). (D. Duque, Trad.). In Teoria da Falta do Objeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Lacan, J. (1957c/1995). *Transformações* (O Seminário 4, pp. 344-361). (D. Duque, Trad.). In Teoria da Falta do Objeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Lacan, J. (1958/1998). *A direção do tratamento e os princípios de seu poder* (V. Ribeiro, Trad. pp. 591-652). In Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Lacan, J. (1958/1999). *O significante, a barra e o falo* (O Seminário 5). (V. Ribeiro, M. A. Vieira, Trad.). In Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Lacan, J. (1958-1959/2002). *O desejo e sua interpretação. Inédito*. (O Seminário 6).

Lacan, J. (1959-1960/2008). *A ética da psicanálise* (O Seminário 7, 2ª ed.). (A. Quinet, Trad.). In Teoria da Falta do Objeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Lacan, J. (1960/1998). *Subversão do sujeito e a dialética do desejo no inconsciente freudiano* (V. Ribeiro, Trad. pp. 807-842). In Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Lacan, J. (1961-1962/2003). *A identificação*. Inédito. (O Seminário 9).

Lacan, J. (1962-1963/2005). *A angústia* (O Seminário 10). (V. Ribeiro, Trad.). In A angústia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Lacan, J. (1964/2008). *Tiquê e autômaton* (O Seminário 11). (M. D. Magno, Trad.). In Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Lacan, J. (1966-1967/2008). *A lógica da fantasia*. Inédito. (O Seminário 14).

Lacan, J. (1967-1968/2009). *O ato psicanalítico*. Inédito. (O Seminário 15).

Lacan, J. (1969/1992). *O mestre e a histérica* (O Seminário 17, pp. 29-39). (A. Roitman, A. Quinet, Trad.). In O avesso da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Lacan, J. (1969-1970/1992). *O avesso da psicanálise* (O Seminário 17). (A. Roitman, A. Quinet, Trad.) Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Lacan, J. (1969/2003). O ato psicanalítico (pp. 371-379). (V. Ribeiro, A. Harari, M. A. Vieira, A. Telles, Trad.). In Outros escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Lacan, J. (1970/2003). Radiofonia (pp. 400-447). (V. Ribeiro, A. Harari, M. A. Vieira, A. Telles, Trad.). In Outros escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Lacan, J. (1972/2003). O aturdito (pp. 448-497). (V. Ribeiro, A. Harari, M. A. Vieira, A. Telles, Trad.). In Outros escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Lacan, J. (1973a/2003). *Introdução de Scilicet no título da revista da Escola Freudiana de Paris* (V. Ribeiro, A. Harari, M. A. Vieira Trad. pp. 288-298). In Outros escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Lacan, J. (1973b/2003). Televisão (pp. 508-543). (V. Ribeiro, A. Harari, M. A. Vieira Trad.). In Outros escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Lacan, J. (1973/2008). Do barroco (O Seminário 20, 3ª ed., pp. 112-125). (M. D. Magno, Trad.). In Mais, ainda. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Lacan, J. (1977/2007). Apertura de la sección clínica. (versión bilíngue. Melegatti, M. C. & Perez, R. Trad. pp. 1-25). In Miller, J. A. Revista Ornicar? (9). Recuperado em 04 janeiro, 2015, de http://www.ecole-lacanienne.net/pictures/books/4C40FFA6478707ACE599B60D76F49289/ouverture%20de%20la%20section%20clinique.pdf

Lacan, J. (1987). *Da psicose paranoica em suas relações com a personalidade, seguido de Primeiros escritos sobre a paranóia* (A. Menezes, M. A. C. Jorge, P. M. Silveira Jr. Trad.). Rio de Janeiro: Forense-Universitária.

Laurent, E. (2003). O relato de caso, crise e solução. *Almanaque de psicanálise e saúde mental: o caso clínico em psicanálise: construção, apresentação, publicação et cetera*, 1(1), pp. 69-76.

Méndez, E. G. (2000). Adolescentes e responsabilidade penal: um debate latino-americano. *Ministério Público do Rio Grande do Sul*. Recuperado em 09 de dezembro, 2014, de http://www.mprs.mp.br/infancia/doutrina/id114.htm

Méndez, E. G. (2008). A dimensão política da responsabilidade penal dos adolescentes na América Latina: notas para a construção de uma modesta utopia. *Educação e Realidade*, 33(2), pp. 15-36. Recuperado em 08 de dezembro, 2014, de http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/7061/4377

Malengreau, P. (2003). Nota sobre a construção do caso. *Almanaque de psicanálise e saúde mental: o caso clínico em psicanálise: construção, apresentação, publicação et cetera*, 1(1), pp. 11-15.

Miller, J. A. (1988). *Percurso de Lacan: uma introdução* (2ª ed., pp. 40-55). (A. Roitman, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Miller, J. A. (2001). Psicanálise pura, psicanálise aplicada & psicoterapia. *Revista Phoenix,* (3), pp. 9-43.

Miller, J. A. (2005). Introdução à leitura do seminário da angústia de Jacques Lacan. São Paulo: *Opção Lacaniana: Revista Brasileira Internacional de Psicanálise*, 43, pp. 7-81.

Miller, J. A. (2008a). Coisas de fineza em psicanálise. *Orientação lacaniana* 3(11). Material para circulação interna/Mimeo.

Miller, J. A. (2008b). Rumo ao Pipol 4. *Em Correio - Revista da Escola Brasileira de Psicanálise – SP*, 60, pp. 07-14.

Miller, J. A. (2014). Jacques Lacan: observações sobre seu conceito de passagem ao ato. *Opção Lacaniana online nova série*: 13(5), pp. 1-13.

Naveau, P. (2007). A extração do objeto a e a passagem ao ato. *Almanaque On-line: Revista eletrônica IPSNI-MG, pp*. 1-5. Recuperado em 16 agosto, 2011, de Disponível em www.institutopsicanalise-mg.com.br/almanaqueonline.htm.

Nogueira, C. S. P. (2006). *A questão do pai para o adolescente infrator e os impasses na transmissão do desejo*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil. Recuperado em 01 dezembro, 2015, de http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/VCSA-7WSNL2

Pacheco, L. V. (2003). Considerações sobre a construção do caso na clínica das toxicomanias. *Almanaque de psicanálise e saúde mental: o caso clínico em psicanálise: construção, apresentação, publicação et cetera*, 1(1), pp. 35-39.

Platão. (1980). *Górgias* (C. A. Nunes, Trad.). Belém: U.F.P. Recuperado em 04 janeiro, 2015, de http://www.vincedesign.com.br/blogs/animal-politico/platao/gorgias-a-retorica.pdf.

Pinto, J. M. (2001). Resistência do texto: o método psicanalítico entre a literalização e a contingência. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*. 4(1), pp. 77-84.

Quinet, A. (2009). *As 4+1 condições da análise* (12ª ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

RESOLUÇÃO N° 1415/2013 DE 16 DE JULHO DE 2013. (2013). Dispõe sobre o Programa *Se Liga* destinado ao atendimento de adolescentes egressos que cumpriram as medidas socioeducativas de internação e semiliberdade em Minas Gerais. Diário do executivo, caderno 1, Minas Gerais. Recuperado em 08 de dezembro, 2014, de http://www.ijucimg.org.br/projetos/caderno_01_2013-07-17.pdf

Rosa, M. (2007). A psicanálise e os efeitos terapêuticos rápidos. *Cartas de psicanálise*, 1(2), pp. 26-29.

Rosa, M. D., Martins, A. S., Braga, A. P. M., & Tatit, I. (2013). *Clínica e política interrogadas pelo ato infracional: a construção do caso*. In Diálogos com o campo das medidas socioeducativas: conversando sobre a justiça, o cotidiano do trabalho e o adolescente (pp. 75-90). Curitiba: CRV.

Saraiva, J. B. (2004). O adolescente em conflito com a lei e sua responsabilidade. *Revista Brasileira de Ciências Criminais 47*, pp. 123-145.

Silva, G. M. (2010). A liberdade assistida de adolescentes em conflito com a lei. *Revista Multidisciplinar da UNIESP: saber acadêmico*, (10), pp. 110-119.

Silva, G. M. (2011). Justiça juvenil no brasil: breve revisão da literatura. *Revista Brasileira: adolescência e conflitualidade*, (5), pp. 160-182.

Steffen, R. (2013). A passagem ao ato... analítico. Revista d'aCarta, associação campinense de psicanálise. Recuperado em 01 dezembro, 2015, de http://www.acpsicanalise.org.br/docs/aCarta-2013-miolo.pdf

SUASE (org.). (2012). *Metodologia do Programa Se Liga***:** Programa de acompanhamento ao adolescente desligado das medidas socioeducativas de internação ou semiliberdade. Belo Horizonte: Subsecretaria de atendimento às medidas socioeducativas.

Viganò, C. (2003). A construção do caso clínico. *Almanaque de psicanálise e saúde mental: o caso clínico em psicanálise: construção, apresentação, publicação et cetera*, 1(1), pp. 47-50.

Viganò, C. (2010). *A construção do caso clínico*. In Alkmim, W. D. (org.). Carlo Viganò: Novas conferências (pp. 117-129). Belo Horizonte: Scriptum livros.

Viola, D. T. D. (2009). *A travessia da angústia*. Tese de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil. Recuperado em 01 dezembro, 2015, de http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/TMCB-7X9KTV/disserta__o_daniela_viola_2009.pdf?sequence=1

Zanotti, S. V. (2006). *Os jovens e o agir: respostas ao mal-estar*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.